

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 733
14 de Janeiro de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Iniciativa - é com os comunistas

Lisboa: tomada de posição do sector de artes e letras sobre os subsídios do Governo às companhias de teatro; comentário da DORL a propósito do OE para 1988 e a situação no distrito; concorrido plenário de quadros do sector intelectual (com a participação de Álvaro Cunhal)

Porto: encontro distrital de quadros da ORP no próximo domingo; êxito da campanha de fundos do Natal

Braga: assembleia extraordinária elegeu nova Comissão Concelhia

Benavente: trabalho nas autarquias em análise numa iniciativa de âmbito concelhio

Algarve: os efeitos do OE de Cavaco para a região; as conclusões de um recente encontro distrital de quadros

Évora: Comissão Distrital faz o ponto da situação; encontro regional da zona sul sobre Saúde no próximo sábado (iniciativa conjunta das Direcções Regionais do Alentejo, Algarve, Santarém e Setúbal)

Covilhã: 1.º encontro distrital (Castelo Branco) de professores no dia 23

Págs. 6, 7, 8 e 9/Semana



PALESTINA o massacre sionista

Pág. 1/Em Foco • Pág. 16/Semana

A «PAZ SOCIAL» E O «PROGRESSO» DO GOVERNO CAVACO/PSD:



INDEP

Lock out. Fábricas ocupadas pela PSP. Concentração dos trabalhadores em S. Bento e em Belém

PACOTE LABORAL

Previstas manifestações de trabalhadores contra as propostas legislativas do Governo em Braga (23 de Janeiro), Lisboa (27 de Janeiro), Aveiro, Porto e Lisboa (6 de Fevereiro)

COVINA

Greve (14 de Janeiro) exigindo acordo de empresa

COMETNA

Convocado plenário (21 de Janeiro) contra os 500 despedimentos anunciados

ENU (Urgeiriça)

Marcada concentração

ENFERMEIROS

Concentração na próxima sexta-feira frente ao Ministério da Saúde

CEL-CAT

Convocadas greves de 14 a 22 de Janeiro

APARTHOTEL AFONSO III

Convocada greve para 17, 18 e 19 de Janeiro

AUTOSIL

Convocada greve para 12 e 13 de Janeiro

PORTO DE SETÚBAL

Descarregadores em greve desde sexta-feira

CASINOS

Convocada greve para os dias 12 e 13 de Janeiro

CARRIS

Concentração ontem exigindo acordo de empresa

Págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Semana

A fuga de Peniche recordada por alguns dos que ainda ficaram na prisão fascista depois da evasão de 3 de Janeiro de 1960

Págs. 4 e 5/Em Foco

ASSEMBLEIA DEBATE RÁDIOS LOCAIS

Págs. 2 e 3/Em Foco

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 733

14 de Janeiro de 1988

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Factores de confiança

Portugal de Abril inicia o novo ano envolvido numa batalha política em que se joga os destinos imediatos do regime democrático.

Nos actos do Governo cavaquista, na acção institucional das forças democráticas em terrenos diversos, na movimentação popular de massas, uma nova e decisiva etapa da vida nacional se inicia.

As declarações de Cavaco Silva no último fim-de-semana em Vila Real numa operação de «lança-a-pedra», repetidas no dia seguinte à comunicação social em jeito de recado aos «grupos de pressão» interessados, no seu dizer, em paralisar a acção do Governo, são esclarecedoras não apenas do projecto político em que está empenhado e tenta impor ao povo português como da sua falta de vocação para conduzir com serenidade, num mar que se antevê encapelado, a barca do Estado democrático.

Se a isto associarmos a fisionomia moral do Governo, exposta com certa crueza em actos como os da discussão e votação do Orçamento do Estado, designadamente a imposição pela corte parlamentar cavaquista do critério de tributação das receitas e repartição das despesas; do agravamento das condições de vida do povo e do desequilíbrio entre os salários e os preços de bens e serviços de primeira necessidade; do arreganhar dos dentes da repressão, brutalmente exibida contra os operários e operárias da IN-DEP; o das sibilinas diatribes proferidas pelo Primeiro-Ministro contra a prestigiosa central sindical unitária dos trabalhadores portugueses — a CGTP-IN — aí temos a verdadeira índole política e de classe do cavaquismo.

Cavaco Silva foi peremptório nas suas significativas e pouco serenas declarações no oeste transmontano. «Não cedo a pressões» — ouvi-mo-lo pronunciar com evidente nervosismo aos microfones da RTP numa ameaçadora referência às «diversas instâncias que se movimentam na órbita dos departamentos governamentais, na Assembleia da República, até junto da Presidência da República, para impedir que se realize a mudança e o progresso de Portugal».

O «iluminado» Primeiro-Ministro proferiu em Vila Real uma autêntica declaração de guerra contra os opositores que dele radicalmente diferem nos conceitos de «mudança» e de «progresso» do País.

Esta diferença de conceitos derimir-se-á inevitavelmente no terreno institucional e sobretudo no terreno da luta popular de massas.

A nova edição do Governo de Cavaco Silva após as eleições do ano passado já tinha mostrado a sua verdadeira cara aos que, iludidos, lhe deram o voto.

Neste começo de Janeiro do novo ano os primeiros actos do Executivo cavaquista e as suas primeiras iniciativas no plano legislativo indicam a natureza política e o ritmo que pretende impor à concretização do seu projecto.

E que nenhuma dúvida subsista: o projecto cavaquista é o da restauração dos monopólios e do seu poder no prazo mais curto e nas desastrosas condições de integração na CEE e de agravamento da crise no seio do sistema capitalista mundial para a qual o prolongado domínio da direita restauracionista no Poder arrastou perigosamente Portugal.

As primeiras medidas e iniciativas políticas do cavaquismo nestes primeiros dias do ano apontam claramente ao aceleração do processo de destruição das conquistas económicas e sociais do 25 de Abril e de subversão do regime democrático.

Abertura do processo de revisão constitucional; imposição pela maioria do PSD na Assembleia da República de um Orçamento do Estado contraccionista e de classe e entrega de um monstruoso projecto de pacote laboral aos «parceiros sociais», como primeiras investidas anti-populares e antidemocráticas no final do ano transacto — agendamento das leis de reprivatização das empresas públicas nestes primeiros dias de Janeiro do novo ano; anúncio da discussão das leis agrárias para o mês de Fevereiro e de outras iniciativas, algumas abertamente inconstitucionais, no plano legislativo para o período imediato.

«Já deviam saber que não vamos arrepiar caminho», disse Cavaco Silva em Vila Real numa referência aos projectos legislativos da contra-revolução — mas de maneira crescente se manifestam os trabalhadores contra as medidas anti-sociais do Governo e se erguem as vozes da opinião democrática.

A imoralidade dos aumentos de vencimentos ao alto funcionalismo onde o Governo cavaquista alojou a sua clientela e aos principais detentores de cargos políticos na orgânica do Estado, na imensa maioria gente do PSD, em contraste com a exiguidade dos aumentos para os trabalhadores da Função Pública, das Pensões e Reformas e do Salário Mínimo Nacional e ainda com os tectos salariais que pretende impor à classe operária e aos trabalhadores dos serviços é uma afronta ao povo português.

Perante o coro de protestos que se fez ouvir quando constaram aumentos de 60% para directores gerais em contraste com os 6,5% para os trabalhadores da Função Pública, o Governo não deu um desmentido cabal e convincente. Apesar de não terem ainda sido processados os aumentos o Governo não informou se sim ou não, em relação com as novas tabelas, o Primeiro-Ministro passava a ganhar 304 contos (mais 114 que os anteriormente pagos), os membros do Governo mais de 100 contos de aumento, os deputados mais 75. É imperioso que a verdade seja trazida ao conhecimento do público em nome da moralidade do Estado.

O aumento de 7,9% do salário mínimo nacional que o Governo pretende impor, na base de

uma taxa de inflação fictícia, representando, como salienta a CGTP-IN, apenas 53,9% do de 1974 depois do 25 de Abril, foi calculado na base de um índice de preços de há 14 anos, na total ignorância dos dados inquiridos 7 anos depois, em 1981.

Os míseros 10 a 14,7% de aumento das pensões e reformas que dá aumentos de 1100 a 1500 escudos a centenas de milhares de reformados e pensionistas representam um escândalo face aos aumentos não cabalmente desmentidos pelo Governo para os principais detentores de cargos públicos.

É tanto mais escandaloso quando nenhuma medida séria foi tomada ainda para suprimir a chaga dos salários em atraso, que em Outubro do ano passado afectavam ainda cerca de 71 000 trabalhadores.

O agravamento da situação dos trabalhadores, acrescido agora com o aumento da carga fiscal sobre o mundo do trabalho no Orçamento do Estado e a perspectiva da aprovação pela maioria parlamentar domesticada do PSD do iníquo pacote laboral, que legalizaria a completa insegurança no emprego para quem trabalha e está causando a indignação de um leque social e político cada vez mais vasto do povo português, ilumina com significativa luz as invectivas do Primeiro-Ministro em Trás-os-Montes contra a CGTP-IN.

O facto de Cavaco Silva tentar restringir ao âmbito do Conselho de Concertação Social o terreno de decisões dos problemas laborais e tentar nele abafar a voz da central sindical unitária dos trabalhadores através das resoluções «maioritárias» dos «parceiros sociais» — em que se incluem, além da CIP, da CAP e da CCP, os divisionistas da UGT — é um indicativo das suas tentativas de fazer ressuscitar nos tempos actuais o corporativismo salazarista nas relações do trabalho.

Ferraz da Costa tinha já publicamente manifestado as preocupações do alto patronato com o ingresso da CGTP-IN no Conselho de Concertação, tinha já afirmado que o «clima» do Conselho não era o mesmo que antes. Agora o Primeiro-Ministro vem por seu lado atacar a corajosa defesa dos interesses dos trabalhadores pela CGTP no seio do Conselho e a sua não abdicação de dinamizar e alargar fora do Conselho a luta de massas contra a política laboral do Governo em defesa dos trabalhadores.

A participação da CGTP no CPCS tornou-se um espinho e um incómodo para os representantes do alto patronato e do seu Governo cavaquista e para a acção colaboracionista de classes da UGT.

Não é, pois, de estranhar que o Primeiro-Ministro transfira para os encontros bilaterais com os membros do Conselho o debate das questões

Resumo

6 Quarta-feira

O PCP alerta: o aumento do IVA ainda não está em vigor ■ O PSD manifesta «profunda estranheza» pelas críticas de Freitas do Amaral ■ Um conjunto de personalidades do PS apresenta ao presidente do partido o documento «Manifesto aos Socialistas, Unir o PS, Ganhar o País» ■ O Sindicato da Função Pública do Norte avisa que a luta dos trabalhadores vai endurecer se persistirem os propósitos do Governo ■ Os activistas sindicais da Amadora decidem aderir à jornada de luta do dia 27 ■ Os EUA votam, pela primeira vez, conjuntamente com todos os outros países no Conselho de Segurança da ONU, uma moção que condena a política de Israel nos territórios ocupados ■ Frank Callucci confirma que os EUA poderão reduzir, em breve, a presença naval no Golfo ■ A OUA convida os dirigentes da Líbia e do Chade a solucionar o conflito fronteiriço entre os dois países.

7 Quinta-feira

Segundo dados divulgados pelo PCP, o aumento das custas judiciais, decretado pelo Governo, atinge os 250 e os 650 por cento ■ Um Corpo de Intervenção da PSP intervém na



Elementos da PSP impedem os trabalhadores da INDEP de entrar no edifício da administração

INDEP, às ordens de Cavaco Silva, ferindo vários trabalhadores ■ Activistas sindicais do Porto decidem realizar «uma acção de massas» no dia 6 de Fevereiro contra o pacote laboral ■ A Federação dos Sindicatos dos Transportes Urbanos revela que os aumentos dos transportes chegam a ultrapassar os 20 por cento ■ Os três maiores partidos da Holanda com assento parlamentar resolvem boicotar a visita de uma delegação do parlamento sul-africano ■ George Shultz declara que os EUA poderão deixar de apoiar militarmente os terroristas antiafegãos antes da retirada total das tropas soviéticas do Afeganistão. Enquanto isso, um porta-voz soviético anuncia que os EUA e a URSS estão em vias de concluir um acordo sobre a não intervenção no Afeganistão.

8 Sexta-feira

O Orçamento de Estado para 1988 retira às autarquias do Porto mais de 700 mil contos, sublinha a Coordenadora Distrital daquela cidade da CDU em conferência de imprensa ■ Segundo jornais portugueses, Frank Callucci desloca-se em breve a Portugal para

debater a transferência dos F-16 para o nosso país ■ A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos admite a convocação de uma greve da Carris, devido ao impasse na revisão do acordo de empresa ■ O Governo desmente que Cavaco Silva tenha mandado espancar os trabalhadores da INDEP. Entretanto, a empresa entra em «lock-out» e a CGTP reclama a «imediata reposição da legalidade» ■ O presidente francês, François Mitterrand, rejeita uma proposta do líder da Alemanha Democrática, Erich Honecher, para eliminar os mísseis nucleares de curto alcance ■ O exército israelita prende 30 palestinianos sem julgamento, por seis meses, informa um porta-voz militar ■ Um professor recém-expulso da Namíbia desmente, em Luanda, que as tropas da África do Sul estejam a ser retiradas de Angola.

9 Sábado

Cavaco Silva afirma que «as pressões feitas sobre os órgãos governamentais» não impedirão o Executivo de legislar sobre a Reforma Agrária ■ A Assembleia Municipal de Estremoz rejeita o plano e orçamento para 1988 imposto pela Câmara ■ A Comissão Nacional de Jovens da CGTP-IN anuncia a preparação da II Conferência Nacional da Juventude ■ Rádios locais da Região Centro reúnem-se, reclamando pluralismo na atribuição de frequências radiofónicas ■ É assinalada a passagem de 28 anos da histórica fuga de Peniche, com uma jornada promovida pela Comissão Concelhia local do PCP ■ A OLP pede, em Bagdad, protecção internacional para a população palestiniana dos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia ■ O presidente egípcio, Hosni Mubarak, inicia na Arábia Saudita, uma visita aos países do Conselho de Cooperação do Golfo, com o fim de fazer o Egipto participar na defesa do Golfo ■ Uma delegação de peritos norte-americanos chega a Moscovo, para inspecionar os locais de ensaios nucleares na URSS.

10 Domingo

Os trabalhadores das salas de jogos dos casinos estarão em greve de dois dias na próxima semana, anuncia a Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal ■ O Departamento de Mulheres do PS termina o seminário sobre o tema «Que lugar para as mulheres nos partidos políticos?», reivindicando uma presença de 25 por cento nos órgãos de decisão do partido ■ O CDS conclui a eleição de delegados ao seu VIII Congresso, tendo Freitas do Amaral sido o mais votado em Lisboa ■ O dirigente soviético Mikhail Gorbatchov propõe a realização de uma cimeira soviético-chinesa, como «desenvolvimento lógico» do início positivo das discussões sobre os problemas fronteiriços ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha Federal, Hans-Dietrich Genscher, chega à Polónia para uma visita oficial de três dias ■ Israel envia mais reforços militares para os territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia.

11 Segunda-feira

A Câmara Municipal de Coimbra decide mover um processo judicial

contra o Governo pelo não cumprimento do OE de 1987 ■ A JCP apresenta, em conferência de imprensa, o



Os representantes da JCP consideram o Encontro de Amizade entre os jovens portugueses e soviéticos importante para um maior conhecimento mútuo

programa do 2.º Encontro de Amizade das juventudes portuguesa e soviética, a decorrer em Portugal de 18 a 26 de Janeiro ■ Os trabalhadores da INDEP concentram-se em frente à residência oficial do Primeiro-Ministro ■ Segundo um levantamento à situação social do concelho de Cascais, efectuado por uma delegação conjunta dos sindicatos, cerca de mil postos de trabalho foram eliminados naquele concelho desde o segundo semestre de 1986 ■ O Governo aumenta em 10 por cento os preços dos medicamentos iguais ou inferiores a 250 escudos ■ A Universidade jesuíta de El Salvador acusa a administração Reagan de ser «o maior obstáculo à paz na América Central» ■ O presidente do comité especial para as armas químicas da Conferência da ONU para o Desarmamento considera possível a conclusão de acordo universal sobre a proibição destas armas, ainda para este ano.

12 Terça-feira

A União dos Sindicatos de Lisboa revela que os direitos e liberdades sindicais não são respeitados em 82 empresas de apenas cinco sectores de actividade ■ O Partido Socialista afirma, em comunicado, que, caso o pacote laboral seja aprovado, «o Governo tornar-se-á responsável por um aumento inevitável da agitação social» ■ Na Assembleia da República inicia-se a análise das propostas sobre as privatizações pretendidas pelo Governo, com a contestação da constitucionalidade das mesmas, por parte de todos os partidos, à excepção do PSD ■ Israel impede o secretário-geral adjunto da ONU, Marrack Goulding, de



Palestinianos cercados por arame farpado nos territórios ocupados

entrar nos campos de refugiados dos palestinianos na Faixa de Gaza ■ As Forças Armadas sul-africanas estão a substituir os soldados brancos por negros nas unidades que actuam em Angola, anuncia a Angop ■ O primeiro-ministro sueco Ingvar Carlsson informa que será amanhã assinado um acordo sobre a delimitação da zona económica designada por «zona Branca», situada entre as costas sueca e soviética.

quentes da «concertação social» que deveriam ser debatidas em plenário pelo conjunto dos «parceiros».

Não é também de estranhar que os trabalhadores, de maneira crescente, ergam os seus protestos e se mobilizem em combativas acções de massas contra a política antipopular do cavaquismo.

Depois das importantes greves da Petrogal, da CEL-CAT, da Facar e outras empresas, são agora as importantes acções, concentrações e greves da INDEP, da Carris, da Autosil, dos trabalhadores das pedreiras de mármore de Santana e Sesimbra, da Covina, da Cometna, de novo da CEL-CAT, do Aparthotel Afonso III, e outros sectores da hotelaria, da Empresa Nacional de Urânio, das Minas da Panasqueira, da SIPE, das Conservas S. Pedro, (Porto), do pessoal de enfermagem, dos «croupiers» dos casinos e outros.

As manifestações contra o pacote laboral marcadas para os dias 23 em Braga e 27 em Lisboa, e ainda em 6 de Fevereiro de novo em Lisboa, no Porto e em Aveiro, exprimem o protesto generalizado dos trabalhadores contra uma legislação laboral profundamente atentatória dos seus interesses vitais.

Cavaco Silva, que se multiplica em profecias de sucessos para o ano em curso, não esconde o seu nervosismo perante uma conjuntura externa e interna que começa a processar-se de maneira desfavorável ao seu projecto político, de consequências imprevisíveis para a economia portuguesa.

Paralelamente agrava-se a dependência de Portugal no seio da CEE, aproximam-se os dias sombrios da «liberalização» das fronteiras à produção, aos serviços e aos potentados financeiros da CEE, perspectiva real que está já preocupando seriamente círculos cada vez mais vastos e diversificados da actividade empresarial portuguesa que vê com apreensões o futuro.

Neste complexo combate o PCP afirma-se de maneira crescente como campeão da defesa dos interesses dos trabalhadores e das camadas populares mais extensas, da economia portuguesa, da independência nacional, da democracia, das conquistas democráticas de Abril.

Os «profetas da desgraça», os invencionistas das divisões e das dificuldades internas do PCP, vêm falir uma a uma as suas esperanças e profecias. Como força decisiva e nervura principal da luta do povo português o PCP multiplica as suas iniciativas, ultrapassa dificuldades, reforça as suas fileiras, afirma-se como o elemento mais combativo e dinâmico do movimento popular e democrático em Portugal.

Ter tudo isso presente a cada passo é um seguro factor de confiança nos dias futuros.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais, Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcargova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 -
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

Na INDEP, às ordens de Cavaco:

Foi às ordens de Cavaco Silva que o corpo de intervenção da PSP invadiu a fábrica de Braço de Prata na INDEP e carregou sobre os trabalhadores que exigiam o pagamento dos salários em atraso de Dezembro e medidas para assegurar a viabilização da empresa e a segurança dos trabalhadores quanto ao futuro.

O combate do pessoal das Indústrias Nacionais de Defesa EP vem já de há alguns anos; ainda em 1985 a comissão de trabalhadores apresentou um documento intitulado «Contributos para viabilizar a empresa», de que foi entregue em Dezembro uma segunda versão actualizada ao Primeiro-Ministro, à administração e ao Ministério da Defesa. É convicção dos trabalhadores que a INDEP continua a ter enormes potencialidades técnicas e humanas que não estão a ser aproveitadas.

No entanto, a situação continuou a degradar-se e este ano os salários de Novembro foram pagos com 15 dias de atraso e após várias acções de protesto; o subsídio de Natal, que deveria ter sido pago juntamente com o salário de Novembro, foi liquidado (incompleto) só nos primeiros dias de Janeiro e após uma longa luta, que culminou com uma concentração de quase 12 horas junto ao edifício da Comissão Executiva da INDEP, presidida pelo general Casimiro Proença. Depois de tudo isto, os 2100 trabalhadores da INDEP não puderam receber os salários de Dezembro.

O Governo está informado da situação, mais que não seja porque os trabalhadores se encarregaram de ir directamente, em desfile, durante um dos dias de greve a que tiveram que recorrer, ao Ministério da Defesa, onde disseram de sua justiça; mais tarde, membros das ORTs e activistas sindicais

da empresa estiveram durante três dias consecutivos de vigília à porta do Primeiro-Ministro, exigindo uma audiência que não chegou a ser concedida. O mesmo veio a suceder na passada segunda-feira.

Os trabalhadores, certos da sua razão e com um muito forte espírito de unidade e combatividade, não cruzaram os braços, nem o podiam fazer, pois está em jogo o futuro dos postos de trabalho e o sustento de muitas famílias, estão em perigo direitos e liberdades fundamentais que muito custaram a conquistar.

Na quinta-feira, dia 7, à tarde, mais de 90 por cento dos trabalhadores das 3 unidades da INDEP paralisaram espontaneamente e concentraram-se junto da administração, em Braço de Prata protestando contra a falta à promessa de pagamento dos salários feita na terça-feira à CT e que não foi confirmada na reunião desse dia do Conselho de Ministros.

Os administradores presentes no edifício fecharam-se no seu gabinete, recusando assim todas as tentativas de diálogo feitas pela comissão de trabalhadores para encontrar uma solução para o conflito», de acordo com um comunicado da CT.

Por volta das 20 horas chegaram as carrinhas do corpo de intervenção da PSP com cerca de cem homens. Ao diálogo com os trabalhadores seguiu-se uma ligação ao comando e directamente ao Primeiro-Ministro, que ordenou o assalto.

Bater — é para já! Pagar — logo se vê...

Cerca das 22.30 horas foi cortada a electricidade e a polícia invadiu as instalações da empresa e ocupou o edifício da administração. Os bastões fizeram dezolito feridos. Na sexta-feira de manhã as instalações (de Braço de Prata,

de Moscavide e de Barcarena) estavam encerradas e cercadas pela polícia, impedindo o acesso dos trabalhadores, num procedimento prontamente denunciado como *lock-out*.

Desde essa altura que os trabalhadores se mantêm

concentrados à porta das fábricas, exigindo o fim do *lock-out* ilegal e a abertura simultânea de todas as instalações, bem como o pagamento dos salários em atraso, o início das negociações da tabela salarial para 1988 e a sua partici-

pação na definição de medidas que permitam viabilizar a INDEP.

Para ontem de manhã estava marcado um plenário centralizado em Moscavide e uma delegação dos trabalhadores ia ser recebida na Presidência da República.

Intensifica-se a luta nas empresas e nas ruas

À medida que se vai revelando o verdadeiro carácter da política de Cavaco Silva e do PSD no Governo e os interesses de classe que servem, mais e mais trabalhadores vão-se apercebendo que só com a sua luta, unidade e determinação poderão fazer frente à ofensiva do grande capital e do patronato. O início de 1988 é marcado pela intensificação da luta nas empresas e nas ruas em defesa dos direitos de quem trabalha e do regime democrático conquistado com o 25 de Abril.

O Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul realiza amanhã uma concentração junto ao Ministério da Saúde para exigir a aplicação do decreto que reclassifica a sua carreira e o pagamento da dívida do Estado à classe. Nesse dia o sindicato informará se vai ou não avançar com a convocação de uma greve.

CEL-CAT paralisa de hoje até 22

Os trabalhadores da CEL-CAT efectuem paralisações de três horas por dia, de hoje, dia 14, até sexta-feira da semana que vem, dia 22, pela aplicação da tabela salarial já negociada e acordada.

A administração recusa-se a aplicar e actualizar os vencimentos por pretender que os trabalhadores prescindam de uma cláusula no acordo de empresa, atitude considerada pela comissão negociadora sindical (SIESI) como «um acto de chantagem».

Esta luta mantém-se desde Outubro e já levou a várias greves, num total de 88 ho-

ras e com a participação praticamente de todos os trabalhadores.

Num plenário realizado no dia 7 a CNS/SIESI foi mandatada para «intervir, por todos os meios legais ao seu alcance, contra a discriminação salarial a que o patronato vem procedendo desde Dezembro», aplicando a nova tabela apenas aos trabalhadores representados pela FETESE e outros sindicatos da UGT. Numa moção então aprovada denuncia-se o «comportamento discriminatório do patronato», considerado ilegal e inconstitucional, já que nenhum trabalhador pode ser discriminado devido à sua filiação sindical.

Também os trabalhadores das salas de jogos tradicionais dos casinos voltaram à greve. Na sua primeira reunião após o 4.º Congresso, o CN da Federação da Hotelaria (FESHOT) saudou os trabalhadores em luta contra a tributação das gratificações que os frequentadores das salas de jogos lhes entregam e ratificou a apresentação de um pré-aviso de greve para ontem e anteontem, reafirmando que tomará «todas as medidas ao seu alcance para que os direitos dos seus representantes e de todos os trabalhadores das salas de jogos dos casinos sejam respeitados».

Os trabalhadores do *aparthotel* Afonso III (Albufeira) estiveram em greve desde domingo até terça-feira, com uma adesão estimada pela FESHOT em 90 por cento, pelo pagamento de retroactivos de 1985 e 1986 e do subsídio de Natal de 1987; exigem ainda que não lhes seja retirado o fornecimento grátis de refeições

no local de trabalho, regalia garantida pelo CCT.

Na segunda-feira os trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio da Urgeirica (Canas de Senhorim) concentraram-se durante 3 horas frente aos escritórios da empresa protestando contra a forma como foram atribuídos os prémios de produtividade de 1987 e exigindo a atribuição de um prémio que contemple todos quantos laboram na ENU. Já em 23 de Dezembro haviam efectuado uma acção do género, depois de uma moção e um abaixo-assinado a que a administração não deu resposta.

Cento e trinta trabalhadoras ainda não receberam os salários de Novembro e Dezembro nem o subsídio de Natal, a empresa está parada desde 10 de Novembro alegando falta de matéria-prima, já que «não há dinheiro para comprar peixe»; tal é a situação criada pela administração da Fábrica de Conservas de S. Pedro, nas Carinas, Vila do Conde.

As trabalhadoras constituíram uma comissão de luta, dirigiram-se à Assembleia da República, foram ao Ministério do Emprego, denunciaram a situação nos jornais, divulgaram a sua luta junto da população, distribuíram comunicados em Vila do Conde e na Póvoa de Varzim, em vésperas de Natal, dando a conhecer a injustiça de que são alvo e reclamando o pagamento das remunerações em atraso e a abertura da fábrica.

No fim de Dezembro realizou-se uma das mais concorridas assembleias de médicos do distrito de Portalegre, onde foi reafirmada a

Impor uma política de terror

«Restringir as liberdades e impor uma política de terror» é um dos objectivos do Governo Cavaco Silva/PSD e da administração da INDEP. A afirmação consta de uma das numerosas tomadas de posição solidárias com os trabalhadores daquela empresa pública, imediatamente a seguir à carga policial da passada quinta-feira. É o Comité Local de Lisboa do PCP que, ao repudiar «a brutal carga policial que se abateu sobre os trabalhadores», chama a atenção para o significado geral do acto de violência, a juntar a outras violências que o Governo pretende impor através da legislação laboral. Por seu turno, a Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP assinala que «não só a prepotência e a disposição repressiva do Governo, mas também a sua postura de ilegalidade patente na imposição do *lock-out* é de incentivo e cobertura à proliferação dos salários em atraso no nosso país».

Posições idênticas tomaram ainda, e também publicamente, as células do PCP na INDEP. «As mais calorosas

saudações de luta» abrem o comunicado conjunto das células das fábricas de Moscavide e de Braço de Prata, emitido no dia 11, com um apelo à «participação nas jornadas de luta convocadas pelo movimento sindical unitário/CGTP na luta contra o pacote antilaboral (lei dos despedimentos)». Terminando com as palavras de ordem «A luta continua! Pelo pagamento dos salários em atraso! Queremos trabalho e pão, não queremos repressão!», o comunicado das células comunistas lembra que os acontecimentos do dia 7 resultam «no fundamental de uma política de classe, revanchista, ao serviço da reconstrução dos grandes monopólios e contra as classes laboriosas».

Posições no mesmo sentido tomaram ainda a Comissão Concelhia de Loures do PCP, a CGTP-IN, a União dos Sindicatos de Lisboa, a direcção do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Lisboa, a comissão executiva do conselho nacional da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e outras organizações sindicais e comissões de trabalhadores.



Os cortes

Vamos falar de cortes.

Daqueles mais comuns e conhecidos que são, por exemplo, os cortes orçamentais, com os correspondentes efeitos de corte nas possibilidades magras dos cidadãos que trabalham.

Dos cortes de subsídios que deixam a cultura mais pobre.

Dos cortes nos pagamentos de salários. E de muitos outros cortes que por aí abundam.

Em todos estes cortes — e noutros também — há um denominador comum. É que nunca se corta a meio. O corte é sempre injusto se tomarmos como medida de justiça a sentença de Salomão. Como na história do lençol curto de mais que, quando se puxa para o pescoço destapa os pés.

Quando este Governo corta, ou permite, ou estimula o corte nos aumentos justos dos salários dos trabalhadores, alarga os cordões à bolsa para os seus ministros e gestores, permite e estimula o aumento dos lucros do patronato.

Por outro lado, quando aumenta desatinadamente os preços como está de novo a acontecer, não vai cortar aos capitalistas, nacionais e estrangeiros, as suas margens de lucro, antes as acrescenta. E se aumentam os preços dos medicamentos, por exemplo, não só descem as despesas com os serviços de saúde como é a própria saúde dos portugueses em geral que diminui.

Entretanto, um matutino conhecido pelas suas posições reacionárias, «O Dia», dá-nos a notícia de um novo corte. A que chama nada menos que «Tratado de Tordesilhas». O corte parece ter sido acordado entre o Governo e os empresários. Trata-se de um corte muito especial. A bem dizer não é um corte. Porque neste caso ambos arrecadam o mesmo dividendo, ambos estão do mesmo lado e não, como foi o caso das Tordesilhas, em que o corte feito à régua nos mapas de então, a pretexto de bem dividir o mundo e os homens que nele se encontravam mais as suas riquezas, funcionava a favor das pretensões portuguesas, diminuindo as «descobertas» espanholas.

Desta vez, o corte é curiosamente comentado por Rocha de Matos, o representante dos capitalistas reunidos na AIP, de que é presidente. Disse ele que este novo «Tratado de Tordesilhas» partilhava a responsabilidade entre o Governo e os empresários. Mas concluiu que «as preocupações dos empresários são também as do executivo».

Tratou-se, no fim de contas, não de uma divisão de responsabilidades, mas sim de tarefas. Porque, estando de facto este Governo de Cavaco, como outros seus antecessores, fundamentalmente ao serviço dos empresários — e dos grandes! —, são todos responsáveis do estado a que isto chegou e do estado a que pretendem que se chegue: o dos bolsos a abarrotar nos capitalistas e o da miséria entre os trabalhadores.

Foi tudo a cortar para o mesmo lado...

Ainda nos cortes, propomos agora o problema das franjas. Uma questão — a das franjas — que nos foi lembrada pela entrevista dada ao «Expresso» pelo secretário-geral do Partido Socialista, Vítor Constâncio.

Não vamos comentar de modo algum os problemas internos do PS que Vítor Constâncio abordou sujeitando-se à curiosidade daquele semanário. São questões que dizem respeito aos socialistas e a nossa curiosidade é outra e só funciona na medida em que o que dizem e fazem os socialistas pode pesar nos destinos políticos dos outros portugueses. afirmou Vítor Constâncio que «há no PS duas franjas: uma à minha direita e outra à minha esquerda».

Ora isto das franjas é um problema. E continuando a afirmar que não queremos imiscuir-nos nos problemas dos outros, sempre vamos reflectindo no que deles se projecta sobre o país.

Sendo o problema das franjas o deixá-las crescer ou cortá-las — só as dos tapetes não crescem nem eventualmente se cortam —, gostaríamos de saber qual a inclinação de Constâncio. Qual pensa cortar, qual acha que vale a pena deixar crescer. Porque sendo a tendência das franjas o crescimento, elas bem podem chegar a tapar os olhos.

Não se trata propriamente de um problema de penteado.

■ LM

Trabalhadores

Privatizar... os lucros (6)

As comunicações

O sector das comunicações tem grande importância estratégica: por um lado, devido aos vultuosos investimentos necessários e sobretudo no que respeita às infra-estruturas de telecomunicações, que dinamizam particularmente as indústrias de material eléctrico e electrónico; por outro lado, devido ao valor social dos serviços prestados, nomeadamente de correio. Além disso, as comunicações encontram-se no cruzamento de uma série de fenómenos que as tornam alvo, particularmente vulnerável, de cobiça: **as novas tecnologias encontram nesta área um campo vasto de implantação e as grandes empresas multinacionais fabricantes de equipamento tentam penetrar no nosso país ou fortalecer aqui as posições que já detêm.**

O Governo, como é hábito, nestas questões, preocupa-se em desmembrar as empresas do sector, para depois ser mais fácil privatizá-las. **Os interesses dos trabalhadores, das populações e do País são prejudicados.** Mas isso que importa, se privatizar é o que está a dar... para a clientela política de Cavaco e do PSD.

Recordemos alguns princípios gerais elucidativos da cavacal política que visa privatizar os lucros e manter nacionalizados os prejuízos no sector das comunicações. Diz-se no programa do Governo que:

- a prestação de serviços de valor acrescentado, bem como a instalação e exploração de equipamentos e serviços considerados como complementares e acessórios das redes básicas de telecomunicações, serão objecto de liberalização desde que tal se mostre recomendável por razões tecnológicas e pelo interesse económico geral. Em qualquer caso, serão abertas à iniciativa privada, através das adequadas fórmulas de licenciamento ou de concessão;

- o serviço público de comunicações postais continuará a ser explorado em regime de exclusivo por uma empresa única a automatizar;

- será adoptada progressivamente uma política de preços que reflecta as condições de exploração, eliminando a prática de subsídios cruzados entre os diversos produtos e serviços; será feita a liberalização dos preços dos produtos e serviços oferecidos em regime de concorrência. Isto é o que eles

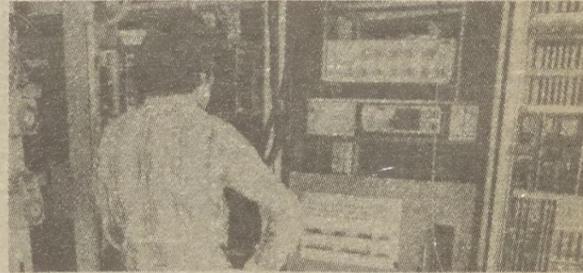
dizem, à sua maneira, mas que dá para perceber onde querem chegar. Só que isto não é tudo.

Num documento distribuído durante os «dez dias de esclarecimento» sobre a verdade da situação e a importância do sector empresarial do Estado, a Federação das Comunicações e Telecomunicações denunciava ainda o propósito governamental de encerrar cerca de um terço das 1040 estações de correios existentes, promover a distribuição de correio em dias alternados, não preencher as vagas existentes no quadro da empresa.

Ainda no tocante aos correios, a FCT afirmava que o serviço de cheques postais, a criar, ficaria não nos CTT, mas numa empresa dita de novos serviços ou num operador financeiro.

Nas Telecomunicações as intenções do Governo apontam para a privatização dos serviços rentáveis, nomeadamente os mais recentes, e para a liberalização da aquisição de equipamento terminal, postos telefónicos e outro equipamento terminal de assinante.

Como consequências para a população e os trabalhadores a Federação prevê, lembrando os efeitos da febre privatizadora na British Tele-



«É tão grande o estardalhaço que o Governo faz à volta das novas tecnologias, como o silêncio em relação a decisões que deveriam ser tomadas para desbloquear projectos de importância real» — acusa a Federação das Comunicações e Telecomunicações na comunicação que apresentou à reunião de ORTs do SEE

com, o aumento de tarifas, a degradação mais acentuada da qualidade do serviço, a perda de importância do carácter social dos serviços prestados, a diminuição de postos de trabalho e o aumento do trabalho precário, a redução dos direitos e regalias previstos nos acordos de empresa.

A Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações avança propostas concretas, começando pela definição de uma política nacional de comunicações que tenha em conta a importância socioeconómica e estratégica do sector, incrementando a rede em extensão e qualidade, de forma planificada, satisfazendo nomeadamente as populações mais isoladas e os agentes produtivos.

Mas para quê privatizar?

As propostas da FCT, apresentadas na comunicação à reunião de ORTs do SEE de 15 de Outubro passado onde se faz uma crítica detalhada das Linhas Gerais de Orientação, apresentadas para os CTT e TLP, apontam a necessidade de, entre outras medidas, dotar estas empresas com capital próprio que restabeleça o seu equilíbrio financeiro e aumente a capacidade de autofinanciamento; restabelecer uma política tarifária com regras precisas; assegurar a participação dos trabalhadores no Conselho Superior de Formação; instituir uma adminis-

tração e um órgão de planeamento comuns para os CTT, os TLP e a Marconi, com a fusão dos CTT e TLP e a concretização de medidas que preparem a unificação com a Marconi; extinguir o consórcio Transdata, TDC, Telemática e qualquer outro consórcio ou empresa que tenha resultado da necessidade de coordenar em aspectos importantes a acção dos CTT, TLP e Marconi; discutir previamente com as estruturas representativas dos trabalhadores a introdução de novos serviços e tecnologias; fazer a implementação acelerada de novos serviços necessários, como o serviço móvel terrestre; estabelecer um orçamento e um plano de investigação e desenvolvimento para o sector; aproveitar as oportunidades que oferecem as novas tecnologias para incrementar a investigação em Portugal; transferir tecnologia para o nosso país e dotar a nossa indústria de capacidade técnica que garanta a independência nacional.

Tudo isto e mais pode ser feito sem necessidade de quaisquer privatizações, basta apenas haver uma política diferente da que tem sido seguida nos últimos anos e que este Governo pretende agravar. Mas isso teria um sério inconveniente: não seriam assegurados os lucros do grande patronato e o Primeiro-Ministro ficaria em dívida para com os que são o suporte principal da sua política e os que mais ganham com ela.

Intensifica-se a luta

(Continuado da pág. 1)

possibilidade de recurso à greve caso não seja reposta a legalidade no cumprimento dos horários e pagamento das horas extra em dívida desde 1982. No intuito de não prejudicar a população, os médicos de clínica geral decidiram prorrogar até 31 de Janeiro o prazo para que a Administração Regional de Saúde responda às reivindicações e passe a cumprir o Decreto-Lei 310/82, que estabelece o máximo de 20 horas semanais para consulta, 12 para serviço nos bancos de urgência e 13 para actividades de saúde pública.

Os trabalhadores da Carris tinham convocada para ontem uma concentração junto ao Ministério dos Transportes; passadas 12 reuniões de negociação para a revisão do acordo de empresa, a comissão administrativa, «com cobertura e

orientação do Governo» — como denuncia a FSTRU —, teima na sua proposta de 4,5 por cento de aumentos salariais (2,375 por cento na massa salarial global).

Braga: manifestação dia 23

Além das iniciativas de repúdio ao pacote laboral de que damos conta na página 3 deste caderno, chegou à redacção do «Avante!», mesmo sobre a hora do fecho da edição, a notícia de que a União dos Sindicatos de Braga, comissões de trabalhadores e sindicatos deste distrito marcaram para dia 23 de Janeiro, com concentração às 16 e 30 horas na Avenida da Liberdade, junto ao teatro-circo, uma manifestação contra os projectos governamentais de revisão das leis laborais.

Obras Sociais dos CTT

A administração dos CTT pretende excluir 20 mil beneficiários do Instituto de Obras Sociais daquela empresa, denunciou recentemente a direcção do SINTEL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações). Já em Dezembro a Frente Comum de Defesa da Empresa (FCDE — composta pelo SINTEL, o SNTOT, a CCT e a FCT) alertava num comunicado para esta possibilidade e para o facto de uma «tentativa de destruição das Obras Sociais constituir um primeiro passo no sentido de preparar o terreno para a concretização mais vasta do objectivo do Governo de separar o Sector Postal das Telecomunicações, destruir e desmembrar os CTT, privatizar os seus sectores rentáveis».

Circular... ao contrário

O IOS está a enviar aos trabalhadores dos CTT circu-

lares pedindo, nomeadamente, cópias das declarações modelo 1 do Imposto Complementar relativamente a ascendentes e cônjuges, «pretendendo desta forma justificar a retirada de uma grande quantidade de beneficiários (cerca de 20 mil)» — informa o comunicado da direcção do SINTEL, que considera tal acção «à margem do actual regulamento ou de qualquer legitimidade».

«Nenhum trabalhador é obrigado a enviar a cópia do modelo 1 do Imposto Complementar» — afirma a direcção do sindicato, que acrescenta: «Deve, isso sim, entregar as fotografias dos ascendentes e cônjuges para a obtenção dos respectivos cartões de beneficiários».

O SINTEL insere esta tentativa de exclusão de beneficiários do IOS «na tentativa mais vasta de acabar com o actual sistema de protecção na doença dos trabalhadores dos CTT».

Trabalhadores

Pacote laboral gera onda de protestos

As intenções do Governo para a alteração das leis que regulam os contratos a prazo, a cessação dos contratos individuais de trabalho, o *lay-off* e a protecção aos representantes dos trabalhadores foram tornadas públicas no Boletim de Trabalho e Emprego de 17 de Dezembro. Já eram conhecidas em linhas gerais e a sua divulgação veio confirmar a apreciação da CGTP-IN e do movimento sindical unitário: **Este pacote laboral é o mais violento ataque contra os trabalhadores e os seus direitos individuais e colectivos que se tentou aprovar no Portugal de Abril.**

Disso tomam consciência cada vez mais portugueses que vivem do seu trabalho. Os protestos e as manifestações de repúdio surgem dos mais variados sectores de actividade e por formas diversas, juntando-se num rotundo **Não!** aos projectos de Cavaco e do PSD e ao verdadeiro carácter da sua política. A **27 de Janeiro** realiza-se um desfile dos trabalhadores de Lisboa, com concentração no Rossio às 18.30 e cujo percurso termina em S. Bento. Para **6 de Fevereiro** estão marcadas pelas estruturas do movimento sindical unitário **manifestações em Lisboa, no Porto e em Aveiro.**

Entretanto, os trabalhadores e as suas organizações prosseguem o debate daqueles projectos e a luta contra os intentos do Governo e do grande patronato.

Intensa actividade

Toda a estrutura da CGTP-IN está a desenvolver uma intensa actividade de esclarecimento e mobilização, nomeadamente plenários de activistas e dirigentes sindicais.

Hoje reúnem os do distrito de Santarém, na União Local de Torres Novas; idênticas reuniões estão convocadas para **Portalegre e Beja.** Amanhã reúnem os activistas e dirigentes sindicais dos distritos de **Faro e Leiria.** Desde a semana passada realizaram-se plenários distritais no Porto, Lisboa, Aveiro, Setúbal, Évora e Coimbra.

O repúdio pelo pacote laboral e a exigência do seu «abandono liminar» foram levados directamente ao **Primeiro-Ministro e ao ministro do Emprego** por uma delegação da CGTP-IN na segunda-feira. No final da reunião que durou mais de uma hora, o coordenador da Central alertou para o facto

verno carece de legitimidade política para empreender tal iniciativa pela via da autorização legislativa. «Qualquer processo de alteração das leis laborais — sublinharam — deve ser sediado na Assembleia da República».

Do Norte...

Os seiscentos activistas e dirigentes sindicais que participaram no plenário distrital do Porto, na quinta-feira passada, decidiram «apoiar e empenhar-se na realização de uma acção de massas no dia 6 de Fevereiro» e apelaram à participação dos trabalhadores e da população no protesto e na luta contra o pacote antilaboral do Governo.

No plenário foi aprovada uma resolução em que se afirma, nomeadamente, que os projectos de Cavaco Silva e do PSD visam, «sem rodeios, dar resposta às exigências do grande capital e do patronato mais retrógrado da sociedade portuguesa, através da liberalização praticamente total dos despedimentos, da contratação a prazo como única forma de admissão de trabalhadores, da marginalização do movimento sindical e da imposição absoluta do poder patronal nos locais de trabalho».

Posições de repúdio foram também assumidas pelo conselho distrital da União dos Sindicatos de Leiria, pelos delegados sindicais de 61 empresas metalúrgicas do distrito do Porto, pelos técnicos de desenho dos Estaleiros de Viana do Castelo pelo Sindicato do Comércio do distrito do Porto e pelos delegados e dirigentes sindicais dos trabalhadores das indústrias químicas do Norte.

«Agravam-se fortemente as condições de vida e de trabalho e cresce o já elevado volume de desemprego e subemprego» — recordaram os participantes no plenário dos químicos, citando o exemplo da Quimigal. Por outro lado, «o direito ao salário continua a não ser respeitado, como acontece, por

exemplo, na Cetap, Reo, Buesco, Xavi e Sintex».

... ao Sul

Convocado pela CIL (Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa), realiza-se hoje a partir das 14.30, no auditório do Sindicato do Comércio (CESL), um encontro distrital de CTs.

A CIL, ao anunciar o encontro, alerta para o facto de que «os projectos ou propostas de legislação laboral estão constitucionais e legalmente obrigados a passar pela Assembleia da República».

Dirigentes e delegados sindicais do distrito de Évora, representando cerca de 25 mil trabalhadores, aprovaram no dia 7 uma moção de repúdio pelo pacote laboral e deslocaram-se à delegação do Ministério do Emprego para aí a entregar. O plenário decidiu ainda constituir uma comissão dinamizadora distrital com vista à mobilização dos trabalhadores para a luta contra as medidas antilaborais do Governo.

A assembleia de delegados do Sindicato dos Professores do Grande Lisboa aprovou também uma moção de repúdio ao pacote laboral. Nesta reunião, efectuada no dia 7, foi ainda aprovado o regulamento da 1.ª conferência de organização do SPGL (3 e 4 de Março) e foi analisado o processo de revisão salarial entre outras questões.

À nossa redacção chegaram igualmente tomadas de posição das federações sindicais da Metalurgia, Metalomecânica e Minas (cujo CN decidiu promover uma jornada de luta contra o pacote laboral, pela revisão do CCTV e pela resolução dos principais problemas do sector), das Indústrias Eléctricas e dos Ferroviários (que condena também os aumentos das tarifas, repudia a proposta do CG da CP para a revisão do acordo de empresa e exige o reconhecimento das negociações do regulamento de carreiras).

Campanha na Saúde

— A fim de sensibilizar a ministra da Saúde, Leonor Beleza, para o diálogo com os sindicatos, a Federação Sindical da Função Pública acaba de lançar uma campanha através de um postal a enviar à titular daquela pasta, que exige dos trabalhadores do sector o pouco trabalho de o assinarem e o meterem no correio. Esta iniciativa, segundo a comissão executiva do conselho nacional daquela Federação Nacional, tem apenas em vista alcançar «o diálogo, afinal ideia tão utilizada pelo Governo que a Senhora Ministra integra». O postal endereçado pessoalmente a Leonor Beleza para a sede do Ministério reproduz na face a efígie da ministra ornamentada com o tradicional fato de Pai Natal e com os dizeres: de um lado, «Vou receber os sindicatos a partir deste Natal!», e do outro «Eu? Livro!». Apesar de o Pai Natal já ter passado, a campanha pode muito bem continuar.

Regulamento dos TFPs

— Acaba de ser publicado oficialmente, entrando em vigor, um diploma do Conselho de Ministros que obriga a cumprir o regulamento geral de higiene e segurança no trabalho nos estabelecimentos comerciais, escritórios e serviços, aplicando-o aos trabalhadores da função pública (TFPs). Segundo a respectiva Federação Sindical, que insistiu com frequência para que essa aplicação se efectivasse, o diploma «adopta os princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT)» e — sublinha — **é o primeiro instrumento legal que visa a protecção da saúde e a melhoria das condições de trabalho na Administração Pública.** «De imediato, todos os ministérios» — destaca ainda a Federação (FNSTFP) — **devem «implementar a aplicação do regulamento».** Os prazos regulamentares previstos é fundamental que sejam cumpridos, «para que finalmente seja legalizada, neste âmbito, a situação dos TFPs».

Sem aulas na Caparica

— A escola secundária Adriano de Castro, no Monte da Caparica, paralisou as aulas no passado dia 4 por falta de pessoal auxiliar. Segundo a comissão sindical da escola, o problema arrastou-se durante todo o primeiro período lectivo, apesar das intervenções junto do ministro, em 18 do mês passado, tanto da parte do conselho directivo como da associação de pais, que se repetiram sem resultado em 22 do mesmo mês. Na origem das dificuldades que levaram à «paralisação das actividades lectivas» está a não renovação do contrato de 18 funcionários, que dependiam do chamado plano de emergência do distrito de Setúbal e da OTJ (ocupação-tempo-jovem). No mesmo dia 4, houve uma reunião do conselho pedagógico e uma outra de professores para conseguir a reabertura das aulas na Adriano de Castro.

Posse na Hotelaria

— Tomou posse na passada sexta-feira, em Lisboa, o conselho nacional da Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT). Os seus 40 elementos representam 65 mil trabalhadores de todas as regiões do Continente e das Regiões Autónomas. Eleitos no 4.º Congresso da FESHOT, em 6 e 7 findo, os dirigentes federativos incluem entre as suas actividades a luta intransigente contra o pacote laboral do Governo e as reivindicações defendidas pelos trabalhadores do sector, designadamente os horários de trabalho e a «eliminação das desigualdades de que são vítimas as mulheres trabalhadoras». O novo conselho nacional editará este ano uma publicação de periodicidade bimestral intitulada «Hotelaria e Turismo» com uma tiragem de 40 mil exemplares, assim como outros materiais informativos, em função das necessidades da sua actividade.

Atrasos nos mármoreis

— Sexta-feira passada, os trabalhadores da empresa Mármoreis do Condado voltavam a afirmar em público, através do seu sindicato, que têm 10 meses de salários em atraso e que tudo têm feito para resolver o problema através do diálogo com a administração daquela unidade extractiva. Como a via do diálogo não resultou até agora e porque continuam por pagar, além dos 10 meses, os salários de Novembro e Dezembro de 1987, na pedreira de Santana (Sesimbra), os trabalhadores e o seu sindicato (Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito de Setúbal) convocaram uma **semana de greve entre 11 e 15 do corrente**, que naturalmente poderá ser desconvocada, se a administração se dispuser a discutir para se encontrar «uma solução que sirva os trabalhadores e a empresa».

Covina em greve

Os trabalhadores da Covina estão hoje em greve; a paralisação prossegue amanhã e nos dias 20 e 21, num total de mais de 48 horas.

Esta decisão foi tomada num plenário geral realizado naquela empresa vidreira no dia 7 devido à «intransigência» da administração (do IPE, do Governo e da multinacional Saint-Gobain).

Segundo um comunicado das ORT's da Covina, os responsáveis da empresa não querem negociar o acordo de empresa, pretendendo antes «impor ilegal e arbitrariamente» um tecto salarial de 6,5 por cento, um horário de trabalho em regime de turno em que os trabalhadores nunca sabem quando estão de folga ou quando têm que trabalhar

«muitas vezes mais de 16 horas consecutivas a fazerem tudo fora do âmbito das suas funções».

As estruturas representativas dos trabalhadores da Covina acusam ainda a administração de querer também «impor a lei da selva no plano social», pretendendo acabar com o infantário e com o serviço de limpeza, «obrigar os quadros técnicos a serem *buffos*, exigindo-lhes relatórios por escrito ou verbais de todos os seus contactos, quer internos, quer mesmo fora da empresa».

Estão ainda em causa os postos de trabalho de 63 pessoas, que a administração pretende despedir por rescisão, enquanto admite — denunciam as ORT's — «trabalhadores e serviços do exterior sem qualquer concurso» ou em regime de sub-aluguer de mão-de-obra.

Despedimentos na COMETNA

A administração da COMETNA já elaborou, a mando do Governo, um documento onde aponta para o despedimento de mais de 500 pessoas das várias unidades da empresa: 135 em Palmela,

100 em Famões, 74 na sede (Lisboa) e 273 na Amadora (o que significa o encerramento desta) — informaram as organizações representativas dos trabalhadores da empresa, reunidas na passada sexta-feira.

Nesse próprio dia os representantes dos trabalhadores da COMETNA deslocaram-se ao Ministério do Emprego, onde entregaram uma moção de repúdio pelo pacote antilaboral do Governo, e ao Ministério da Indústria, onde solicitaram uma audiência para debater a situação da empresa.

Para a próxima quinta-feira está convocado um plenário geral de trabalhadores de todas as unidades da COMETNA.



Trabalhadores

Movimentação sindical no Sul

Não toquem mais na Reforma Agrária!

Várias iniciativas e uma esclarecedora moção aprovada em Évora fazem prova da actividade mobilizadora das organizações sindicais e de outro tipo que congregam os trabalhadores da Reforma Agrária nos campos do Ribatejo e Alentejo. Dessas iniciativas destaca-se o Encontro do próximo dia 5 de Fevereiro em Setúbal e as movimentações anunciadas para os distritos alentejanos de Évora, Beja e Portalegre. Em preparação, essas acções reclamam solidariedade e luta, alertando para o risco decisivo que este Governo representa para as mais legítimas esperanças e anseios do País. E não apenas dos trabalhadores da Reforma Agrária, mas de todos os interessados na defesa e aprofundamento dos direitos democráticos conseguidos em Abril.

Sob o lema «Produzir, lutar, defender a Reforma Agrária», o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal e a Cooperativa Horizonte Novo convocaram um Encontro Distrital de Cooperativas em Alcácer do Sal para o dia 5 do próximo mês de Fevereiro.

A marcação do Encontro foi feita em plenário de quadros da RA em 6 do corrente. O plenário discutiu a aplicação das conclusões da XI Conferência da Reforma Agrária. O Encontro distrital preparará «a campanha de culturas Primavera-Verão» e discutirá «formas de luta em defesa da RA».

Segundo o Sindicato de Setúbal, «todas as cooperativas do distrito estão ameaçadas com pedidos de reservas, majorações, etc.» e mais ameaçadas ficarão se fossem por diante as propostas

de alteração à lei de bases da Reforma Agrária.

Depois de lembrar a situação existente no sector a nível distrital, o plenário de Setúbal acusou em especial o actual Governo Cavaco de intensificar sem contrapartidas a ofensiva generalizada nos campos do Sul.

Os quadros da RA reunidos em Setúbal dispõem-se a defender as cooperativas que têm sido atacadas pelos sucessivos governos desde 1976.

Encontro alargado em 30 de Janeiro

Defender os postos de trabalho e contribuir para o desenvolvimento da agricultura do País foi objectivo do plenário do passado dia 6 de Janeiro e será principalmente esse também o objectivo do próxi-

mo Encontro de Cooperativas em Alcácer no próximo dia 5.

Era anunciado entretanto para 30 do corrente, sob o lema «Defesa e criação, melhor protecção social», um Encontro regional convocado pelas Uniões de Sindicatos e os Sindicatos da Agricultura dos distritos de Beja, Évora e Portalegre.

Está prevista a participação de mil pessoas nesse Encontro, que se efectuará no sábado, 30 de Janeiro, no Teatro Curvo Semedo em Montemor-o-Novo, a partir das 10 da manhã.

Para assistirem aos trabalhos do Encontro serão convidados os partidos políticos, diversas entidades e personalidades, bem como a comunicação social regional e nacional.

A comissão promotora do Encontro de Montemor-o-Novo anuncia que o seu objectivo é «analisar e debater questões relacionadas com a segurança social e a legislação do trabalho, nomeadamente os direitos dos trabalhadores à "luz" do decreto regulamentar 36/87, bem como do "pacote laboral-lei dos despedimentos-contratos a prazo-lay-off"».

Documento de Évora sobre o apagamento da Reforma Agrária

Uma moção, que pela sua importância destacamos à

parte nesta página, foi aprovada no fim do ano passado pela Assembleia Geral do secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora. Além disso, a mesma Assembleia votou o plano de actividades e orçamento para 1988, elegendo, por outro lado, os órgãos sociais daquele organismo para o biénio 88-89. Segundo a União dos Sindicatos de Évora, todos os documentos foram aprovados.

A moção a que se fez referência no parágrafo anterior assinala que o Governo, com a revisão da Constituição e a sua lei de bases da Reforma Agrária, aponta designadamente para «o desaparecimento completo dos limites de áreas para as reservas, o fim dos indivisos, a eficácia das falsas doações feitas antes do processo das expropriações, a reabertura e adequação à nova lei de todos os processos de reserva que foram executados durante os últimos doze anos e a venda em leilão das terras que no fim ainda restem das UCP's/Cooperativas».

Tudo isso, frisa a moção de Évora, levaria, se fosse executado, à «liquidação total da Reforma Agrária», pretensão, aliás, muito nítida deste Governo, que pretende claramente «a reconstituição do latifúndio».

Entre outras iniciativas de luta, a Assembleia Geral das



Afirmava recentemente a União dos Sindicatos de Évora: «No sector privado da agricultura, o patronato aumenta a precariedade do trabalho, não paga a Segurança Social, não cumpre o contrato colectivo de trabalho, aumenta a repressão, e o número de desempregados mantém-se nos seis mil» (Foto de arquivo: apanha da azeitona)

UCP's/Cooperativas propôs a realização em Fevereiro de um novo Encontro extraordi-

nário da RA e, em Abril, um «Encontro de Solidariedade com a Reforma Agrária».

Autosil: balão de ensaio do grande patronato?

Segunda e terça-feira os trabalhadores da Autosil estiveram em greve, protestando contra a escalada repressiva e intimidatória na empresa. A administração recusa-se a dialogar com a comissão de trabalhadores, suspendeu a negociação do caderno reivindicativo e pretende impor a aplicação de uma actualização à sua maneira. Como se não bastasse, arranjou uma forma pouco subtil de proibir a participação do pessoal nas reuniões de trabalhadores, requisitando secções inteiras para «serviços urgentes e essenciais».

«Aliás, a Autosil tem sido pioneira na tentativa de aplicação das orientações repressivas das entidades patronais — disseram à reportagem do «Avante!» os membros da CT que contactámos. Passou-se isso com as rescisões de contratos e a recusa de descontar a quotização sindical, com as reformas antecipadas. Nunca o conseguiu devido à resposta pronta dos trabalhadores e suas organizações».

Este ano foi apresentada à administração, como habitualmente desde 1974, uma proposta de caderno reivindicativo para 1988. Iniciaram-se as reuniões, a negociação estava a andar...

Mas a administração — certamente, segundo a CT, por orientação da CIP e da ANIMEE (a associação patronal do sector de material eléctrico e electrónico) — tentou encontrar um esquema para interromper as negociações.

Fugir ao diálogo...

Começaram a proibir trabalhadores de participarem nos plenários, com o pretexto de ser necessário assegurar serviços essenciais, coisa que — de acordo com a CT — nunca acontecera antes

46/79 — se pode chegar à absurda conclusão de que a participação dos trabalhadores em reuniões convocadas por aquela sua organização representativa, dentro do horário de trabalho e até ao limite anual de 15 horas, não seria remunerada». A direcção de pessoal da Autosil manteve a sua posição (mas não a che-

gou a aplicar), argumentando com uma lei de 1969...

Por terem participado no plenário foram castigados oito trabalhadores.

No plenário seguinte (a 15 de Dezembro) a situação foi denunciada e os trabalhadores, que continuam a ter uma forte participação nas reuniões e se mantêm unidos e combativos, recusaram firme-

mente tal tipo de atitudes de pressão e repressão.

No dia seguinte a administração anuncia que interrompe unilateralmente as negociações do caderno reivindicativo, alegando «acusações infundadas e calúnias despropositadas» que teriam sido feitas no plenário na fábrica por «um elemento da CT».

«A administração não esteve presente. Só podemos dizer que a informação que alguém lhe forneceu é falsa» — foi o comentário dos representantes dos trabalhadores ao «Avante!» quando se levantou esta questão. «Desde que entrou o novo chefe da secção de pessoal que se vêm a dete-



Na Autosil trabalham cinco centenas de pessoas, das quais cerca de trezentas na fábrica de Paço de Arcos (na foto)

Trabalhadores

Moção de Évora

É o seguinte o teor integral da moção aprovada pela Assembleia-Geral do Secretariado das UCPs/Cooperativas do Distrito de Évora:

«1. Os projectos de revisão constitucional apresentados na Assembleia da República e as informações já vindas a público sobre o novo pacote agrícola e, em particular a lei sobre a Reforma Agrária, a par com a prática do Governo, permitem já aos trabalhadores e às suas organizações terem uma real perspectiva sobre os perigos que se abatam sobre a Reforma Agrária e muitos dos direitos e garantias constitucionais dos trabalhadores.

«2. Os projectos de revisão constitucional apresentados pelo PSD e CDS, nomeadamente pelo primeiro que detém a maioria absoluta na Assembleia da República, riscam completamente a Reforma Agrária do respectivo texto, permitindo a reconstituição integral do latifúndio, tal como o conhecemos antes do 25 de Abril, responsável pela opressão social existente, pelo atraso da nossa agricultura, pelo desemprego, a emigração e a fome.

«3. Também a nova proposta de lei sobre a Reforma Agrária, que o Governo anunciou ir entregar à Assembleia da República durante o mês de Janeiro mesmo sem esperar pela revisão constitucional, é uma proposta que, a ser aprovada, retiraria os últimos obstáculos legais à destruição das UCPs/Cooperativas, colocando de novo toda a terra nas mãos dos latifundiários.

O desaparecimento completo dos limites de áreas para as reservas, o fim dos indivisos, a eficácia das falsas doações feitas antes do processo das expropriações, a reabertura e adequação à nova lei de todos os processos de reserva que foram executados durante os últimos doze anos, a venda em leilão das terras que, no fim, ainda restarem nas UCPs/Co-

operativas, tudo isto a ser executado levaria à liquidação total da Reforma Agrária.

«4. O Governo e o PSD defendem assim claramente a reconstituição do latifúndio, mesmo que isso lance de novo a agricultura do Alentejo e Ribatejo numa situação idêntica à anterior ao 25 de Abril, traga de novo ainda mais o trabalho precário, o desemprego e a fome, lance a região numa clara situação de instabilidade.

«5. Perante isto, a Assembleia-Geral do Secretariado das UCPs/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora reclama da Assembleia da República, do Presidente da República e dos demais órgãos institucionais do País que não aceitem aprovar ou promulgar um texto de revisão constitucional que altera por completo o sentido da democracia criada com a Revolução de Abril, nem uma lei que liquidaria a Reforma Agrária e reconstituiria o latifúndio, e lembra que o PSD e o CDS sozinhos não têm a maioria de dois terços necessária à revisão e liquidação do texto constitucional.

A Assembleia-Geral do Secretariado apela à unidade, à coesão e à luta das UCPs/Cooperativas e de todos os trabalhadores da agricultura, apela à solidariedade do movimento sindical e de todas as forças, organizações e personalidades democráticas do País, propõe aos outros secretariados, à Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção, ao movimento sindical a realização em Fevereiro de um novo Encontro Extraordinário da Reforma Agrária e, em Abril, um Encontro de Solidariedade com a Reforma Agrária.

A Assembleia-Geral decide que a direcção do Secretariado promova um conjunto de plenários e reuniões nas UCPs/Cooperativas Agrícolas e encontros concelhios da Reforma Agrária, utilizando todas as forças disponíveis para a defesa da Reforma Agrária, para a defesa de Abril».

riorar as relações laborais. Esta actuação não serve a Autosil nem os seus trabalhadores e põem em causa a empresa, os postos de trabalho e o sustento de 500 famílias» — acrescentaram, na linha de um comunicado de 13 de Novembro da CT e da comissão sindical em que se alertava para a necessidade de mudar a política de gestão de pessoal na Autosil.

... e impor o que bem quer

Depois disto divulgam, em finais de Dezembro, «deliberações» sobre a actualização das matérias constantes do caderno reivindicativo, impondo a sua aplicação a partir do dia 1 de Janeiro. Desde 1974 que todas as actualizações foram negociadas.

Entre outras medidas, justificadas com a apologia da política governamental da inflação prevista e com a «previsível (!) política de rendimentos a estabelecer» pelo Conselho de Concertação Social para 1988, a administração pretende «proceder a um aumento linear geral dos salários individuais numa percentagem, não uniforme, que irá variar entre os 9,2 e 11 por cento».

A questão central de tudo o que se passa na Autosil, frisa a comissão de trabalhadores, é o caderno reivindicativo. «Nós sabemos que custa aos patrões sentarem-se à mesa e negociarem se-

riamente» — denunciava a CT pouco antes do Natal. «Os patrões sonham voltar atrás no tempo, regressarem ao tempo em que davam os aumentos que queriam sem terem que se sentar à mesa e negociar essas verbas e outras matérias».

A greve dos dias 12 e 13 não tem, no entanto, que ver só com o aspecto reivindicativo — sublinharam os membros da CT à nossa reportagem. «Tem também que ver com o combate à atitude da nossa administração, que quer já começar a aplicar antecipadamente o pacote laboral do Governo».

«É ou não um facto que, se as negociações do caderno reivindicativo deste ano ficarem aqui bloqueadas se abre um grave precedente para que, no fim de 1988, a administração se negue a discutir o próximo?» — pergunta a comissão de trabalhadores num comunicado de dia 8, concluindo que «ou nós temos a consciência e a força necessárias para que o estado de coisas se altere, ou corremos o risco de sermos cilindrados futuramente. Por isso, vamos lutar».

Salários em atraso na SIPE

Os trabalhadores da SIPE, empresa de Carcave-

los fabricante de material eléctrico, aprovaram num plenário recentemente realizado uma moção exigindo à administração que sejam tomadas medidas para a viabilização da empresa, a manutenção dos postos de trabalho e o pagamento de dois meses de salários em atraso; esta dívida aos trabalhadores atinge já os 60 mil contos segundo uma nota da direcção do SIESI divulgada segunda-feira.

Na referida moção os trabalhadores da SIPE dão um prazo até hoje, dia 14, para que a administração informe as ORTs se a empresa continua a ser alvo de interesse de compra por parte de um grupo multinacional e esclareça se os postos de trabalho são assegurados e até quando; reclamam ainda a definição de uma data para o pagamento dos salários em dívida.

Desde 1982 — informa o SIESI — que os trabalhadores da SIPE e os seus familiares vivem «uma situação de extrema degradação e instabilidade». Após a saída, a 28 de Outubro, de um despacho do secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional que, segundo o sindicato, põe em causa todo o processo de viabilização da SIPE e a manutenção dos postos de trabalho, o conselho de administração anunciou que a situação na empresa poderia evoluir para o seu encerramento a curto prazo.

Juventude



2.º Encontro de Amizade das Juventudes Soviética e Portuguesa pela paz e amizade entre os povos

A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa realizou uma conferência de imprensa no dia 11 de Janeiro, pelas 15 horas, na sua sede nacional, onde apresentou o programa do 2.º encontro de Amizade das juventudes portuguesa e soviética, que decorrerá de 18 a 26 deste mês, com iniciativas em vários pontos do nosso país, tendo sublinhado quais os principais objectivos desta realização: o convívio, o intercâmbio cultural, o conhecimento mútuo das juventudes dos dois países e, finalmente, uma contribuição para a concretização de um dos mais profundos anseios dos jovens de todo o mundo — a paz e a amizade entre os povos.

O primeiro Encontro de Amizade decorreu no Verão de 1986, na cidade de Minsk, capital da República Socialista Soviética da Bielorrússia.

Desta vez virá a Portugal, para participar neste 2.º Encontro, uma delegação política da juventude soviética, composta por 11 elementos, chefiada por Valery Denisov, membro do Secretariado do Comité Central do Komsomol Leninista (UJCL da URSS). A delegação conta ainda com jovens destacados em diversas áreas, nomeadamente, jornalistas, professores, um colaborador do Instituto de Investigação Cósmica, o pintor Andrei Kazakov e a mestra de xadrez F. Ushova.

A parte artística divide-se em dois sectores: o grupo de música rock «Devadchati Vek» — «Século XX», da República Socialista Soviética da Ucrânia, e o grupo folclórico «Asamat» — «Arco Íris», da República Socialista Autónoma da Chuváquia.

O conjunto de iniciativas que decorrerão durante a semana do 2.º Encontro permitirá aos jovens soviéticos tomar contacto com a realidade portuguesa, conviver, trocar ideias, conhecer a luta, os problemas e as aspirações dos jovens em Portugal, disse

Góis de Carvalho, membro do Secretariado da JCP.

Assim, dentro deste quadro, estão previstas visitas à «Quimigal» e à Unidade Colectiva de Produção «Esquerda Vencerá».

Também fazem parte do programa contactos com órgãos de soberania. Dentro do movimento juvenil foram contactados os órgãos políticos juvenis da Juventude Socialista, do PRD, JOC e Movimento Católico Estudantil; diversas associações estudantis e departamentos juvenis de organizações sindicais, além de vários agrupamentos musicais, desportivos e culturais, segundo afirmou Francisco Pereira da direcção Nacional da JCP.

Ao mesmo tempo que os jovens soviéticos irão conhecendo um pouco do que nós somos através das numerosas iniciativas a realizar em diversas cidades do País, eles darão a conhecer a realidade soviética e o papel da juventude nas transformações por que passa a sociedade soviética, no quadro do desenvolvimento e aperfeiçoamento do socialismo.

Neste âmbito assume particular importância o debate que terá lugar no Anfiteatro 1, da Faculdade de Letras de

Lisboa, no dia 20, às 16 horas, e uma troca de impressões com dirigentes e personalidades destacadas da juventude portuguesa, a realizar na Sala de conferências do Hotel Embaixador, em Lisboa, no dia 23, às 16 horas.

Também está previsto que a delegação soviética conceda uma conferência de imprensa no dia 25 de Janeiro, pelas 15 horas, em Lisboa.

A Paula Coelho, outro membro do Secretariado da JCP, inteirou-nos do que vai ser a semana cultural (ver «Agenda»), que contará com a actuação do Grupo Folclórico «Arco Íris» em várias localidades:

Alhandra, Porto, Aldeia Nova de S. Bento e Mértola. O Grupo Rock «Século XX» dará um concerto em Lisboa, no dia 20, no Rock Rendez-Vous. No dia 24 haverá um grande espectáculo de amizade em Lisboa, com a participação de Jorge Lomba, «Peace Makers», Grupo Folclórico «Arco Íris» e o Grupo Roc «Século XX».

Este espectáculo será um espaço juvenil aberto a todos, e para o qual serão ainda convidados outros grupos musicais e várias associações, acrescentou a Paula Coelho.

A Juventude Comunista Portuguesa reafirma a sua convicção de que o 2.º Encontro de Amizade entre as juventudes portuguesa e soviética será uma excelente ocasião para aprofundar o conhecimento mútuo, o intercâmbio e o convívio entre os jovens dos dois países e dará, assim, uma contribuição importante para a concretização de um dos mais profundos anseios da juventude de todo o mundo: a paz e a amizade entre os povos.

PCP

OE para 1988

O desprezo pelas justas aspirações e necessidades do País

• Dois exemplos

Entrave ao desenvolvimento das regiões, o Orçamento do Estado (OE) para 1988 é revelador do desprezo com que o PSD encara as necessidades e as justas aspirações dos portugueses. Por seu lado, o PCP levou à Assembleia da República um conjunto de propostas objectivas para minorar os efeitos negativos deste OE, às quais o partido do Governo fez, pura e simplesmente, orelhas moucas. Todas as regiões do País ficam a perder com este OE para 1988. Em edições anteriores, já aqui vimos os exemplos de distritos como o Porto e Évora. Lugar agora para o Algarve e o distrito de Lisboa, através de posições recentemente manifestadas pelas respectivas Direcções Regionais do Partido: DORAL e DORL.

Distrito de Lisboa

Oposição cega do PSD a 29 importantes propostas dos deputados do PCP

O Orçamento de Estado para 1988 apresentado pelo Governo de Cavaco Silva e aprovado pelo PSD na Assembleia da República afecta negativamente o desenvolvimento do distrito de Lisboa e das condições de vida da sua população.

Destinado a favorecer o grande capital e a garantir benefícios aos que mais têm, o Orçamento, na linha anunciada pelo Governo de limitar o consumo e reduzir os investimentos públicos, adia o lançamento de obras indispensáveis nas áreas da Saúde, do ensino, dos transportes, da rede viária, da habitação, do saneamento e ambiente, da segurança das populações e de outros serviços públicos.

Os deputados de Lisboa eleitos pelo PCP apresentaram 29 propostas de alteração ao OE no valor de 1 milhão de contos (1 milhão e 360 mil contos), procurando corresponder aos problemas mais prementes e que exigem uma intervenção imediata.

Foram assim apresentadas na discussão do OE propostas com vista a garantir:

- A concretização de obras ao nível da rede viária (cons-

trução das circulares interna e externa, construção das radiais de Odivelas e Pontinha e do nó de ligação à AE/Norte em S. João da Talha, entre outras);

- O início da construção de 21 escolas preparatórias e secundárias;

- O início da construção de 15 Centros de Saúde;

- O início da construção do Hospital Distrital Oriental em Loures;

- O reforço das verbas destinadas à construção do Hospital da Zona Ocidental da Amadora;

- O abastecimento de água aos concelhos de Arruda e



Uma imagem que o Governo Cavaco e o seu Orçamento para este ano de 1988 pretende manter

Sobral de Mt.º Agraço;

- A comparticipação da administração central nas obras de despoluição da baía do Trancão;

- A comparticipação nas obras de recuperação dos centros históricos de Alfama, Mouraria e Torres Vedras;

- A comparticipação nas obras de recuperação de bairros clandestinos do distrito;

- O reforço das acções destinadas à segurança das populações, designadamente ao

nível de novas instalações para as forças de segurança e da construção de passagens desniveladas;

- A construção de uma nova cantina na cidade universitária e o reforço de verbas destinadas à Faculdade de Letras.

A todas estas propostas se opuseram de forma cega e sem discussão os deputados do PSD, inviabilizando assim a satisfação de numerosas

obras indispensáveis à melhoria das condições de vida e bem-estar do povo do distrito.

A DORL do PCP e os deputados eleitos por Lisboa garantem que, independentemente das posições assumidas pelo Governo PSD, continuarão, em ligação às populações, a desenvolver todos os esforços para procurar dar resposta ao conjunto de problemas que continuam a afectar o distrito e a sua população.

Algarve

Em dois anos o Governo Cavaco retira 9 milhões de contos à região

No que respeita ao Algarve este Orçamento consagra uma política de recessão, atraso e dificuldades, não respondendo à resolução dos muitos problemas que a região enfrenta, nomeadamente no domínio das infra-estruturas, no relançamento da sua economia, no combate ao desemprego e na melhoria das condições de vida das populações.

Passadas as campanhas eleitorais e das promessas feitas ao povo português pelo PSD, a política do Governo de Cavaco surge com a sua verdadeira face.

Para além das verbas que decidiu não atribuir às autarquias através do Fundo de Equilíbrio Financeiro, este Orçamento consagra uma diminuição global de 1,5 milhões de contos para o Algarve.

A esta verba temos de somar os 7,2 milhões de contos que já no OE de 1987

foram retirados à região. Em dois anos o Governo Cavaco retira ao Algarve cerca de 9 milhões de contos.

São, entre outros, particularmente significativos os cortes de 500 000 contos para o sistema de barragens Odelouca/Funcho; 500 000 para a construção da nova ponte sobre o rio Arade; 450 000 destinados à construção da nova Escola de Hotelaria e Turismo; 300 000 para obras de infra-estruturas, nas quais avultam o saneamento básico;

140 000 para o lanço da estrada Lagoa/Ferreiras; 116 000 para a Universidade do Algarve; 142 000 para Centros de Formação Profissional.

Para além disso, o Governo faz depender a construção de novas escolas preparatórias e secundárias em V. Bispo, Aljezur, C. Marim, V. Real de St.º António, Olhão e Ferreiras (Albufeira) do compromisso das autarquias respectivas se comprometerem a pagar 30% do seu custo.

Em relação à Saúde, o Governo mais uma vez não prevê qualquer verba significativa para a construção de uma nova unidade hospitalar no Barlavento, necessidade inquestionável e desde há muito reclamada por técnicos

de saúde, autarquias e população.

Procurando diminuir os prejuízos que este Orçamento comportava para a região os deputados do PCP apresentaram um conjunto de propostas das quais salientamos:

- 100 000 contos para a Escola de Hotelaria e Turismo; idêntica verba para o sistema de barragens de Odelouca/Funcho; 50 000 para a Universidade do Algarve; 20 000 para início dos estudos tendentes à construção de nova unidade hospitalar no Barlavento; 10 000 para o início da construção de um porto de abrigo em Armação de Pera; 5000 para cada escola preparatória e secundária de Aljezur, V. Bispo, Olhão, V. Real St.º António, Ferreiras-Albufeira,

C. Marim e Lagoa; e ainda a verba de 5000 contos para a construção em Alcoutim de um cais, adaptável às marés, para embarque de viaturas.

No sentido de responder aos prejuízos causados pelas intempéries que recentemente assolaram o Algarve, os deputados do PCP propuseram ainda a consagração em Orçamento de uma verba de 100 000 contos.

Indiferente à justiça de tais propostas o Governo de Cavaco, usando arrogantemente da maioria que dispõe na AR, rejeitou-as na totalidade.

O Orçamento do PSD adia assim mais uma vez a resolução de urgentes problemas que a região aguarda há muito ver solucionados e

consagra uma política há muito combatida e denunciada pelo PCP, de entrega nas mãos dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros do poder económico, comprometendo o desenvolvimento do País e fazendo cair sobre os trabalhadores e a população o peso de maiores sacrifícios e dificuldades.

O Orçamento do Governo do PSD exprime com clareza o sentido de uma política que nada tem a ver com o progresso, com o bem-estar e com a natureza do regime democrático. Tal política, que já hoje está sendo denunciada e combatida por importantes sectores da população, acabará mais cedo que tarde por ser definitivamente derrotada.

PCP

Subsídios às companhias de teatro Que critérios são estes?

Os subsídios para 1988 representam a manipulação de ridículas verbas iguais às dos anos anteriores, reduzindo ainda mais as companhias beneficiadas e promovendo-se algumas à custa do desaparecimento de outras, no intuito evidente de semear a confusão e a divisão entre trabalhadores do teatro — sublinha o organismo de Artes e Letras de Lisboa, do PCP, numa nota de imprensa em que toma posição sobre a recente atribuição pela Secretaria de Estado da Cultura dos subsídios anuais às companhias de teatro.

A direcção da organização de Artes e Letras ao apontar «as incapacidades da direita para encarar com seriedade e competência o desenvolvimento cultural do povo português», considera que a decisão da SEC agrava objectivamente a situação do teatro e «alerta todos os que dedicam ao teatro o seu talento, o seu saber e o seu esforço, para que, evitando as armadilhas que o Governo lhe estende, se unam cada vez mais, procurem estabelecer plataformas reivindicativas comuns, saibam definir objectivos artísticos e organizativos que visem o desenvolvimento cultural do povo português, contribuam para impedir de forma criativa a queda no marasma a que a direita pretende reduzir o teatro e façam gorar os desígnios obscurantistas, anti-populares e liquidacionistas que ameaçam a cultura nacional».

No documento que fez chegar aos órgãos de comunicação social, a organização

de Artes e Letras de Lisboa comenta três aspectos da política governamental na esfera do teatro:

- Um montante global dos apoios mais do que insuficiente e que representa, de facto, a condenação do teatro português a um miserabilismo ainda mais acentua-

do, retirando-lhe capacidades técnicas e artísticas;

- A tentativa de, em torno da questão dos subsídios, provocar dissensões e quezílias entre profissionais, enfraquecendo a sua lucidez, a sua disponibilidade e a sua capacidade de contribuir para uma política cultural progressista;

- A consideração exclusiva da área de produção, sem que sejam tomadas medidas planificadas quanto à utilização dos espaços teatrais existentes e criação de outros novos, promoção e divulgação de espectáculos junto do público, divulgação da literatura dramática portuguesa contemporânea,

alargamento e credibilidade da formação profissional, acções de reciclagem e aperfeiçoamento artístico, dignificação da actividade profissional, estabilidade e segurança do exercício das profissões teatrais.

Ressalta ainda da decisão da Secretaria de Estado da Cultura, a cegueira, a incapacidade e recusa do Governo, como vem sucedendo de ano para ano, em encarar a actividade teatral como um factor prioritário e insubstituível do desenvolvimento cultural, relegando conscientemente a produção teatral para a esfera da actividade privada, de que o Governo, depois de atribuídos os seus

miseráveis subsídios, lava as mãos, não assumindo para com o teatro português os compromissos e obrigações que lhe competem — conclui a nota da organização de Artes e Letras de Lisboa.

Um protesto de Almada

Em comunicado divulgado pelo seu executivo, a Comissão Concelhia de Almada do PCP protesta firmemente contra a decisão da SEC de interromper o subsídio que concedia há 10 anos à Companhia de Teatro de Almada (Grupo de Campolide). «**Asfixiar economicamente uma companhia que se destaca pela sua actividade artística, estética e social, reconhecida a nível nacional**», é objectivo desta política de subsídios, refere aquele organismo do Partido.

Pautando a sua riquíssima actividade pela descentralização e pelo contacto com os mais variados sectores do público, (escolas, fábricas, colectividades, autarquias, sindicatos, etc.), a Companhia de Teatro de Almada é hoje uma estrutura de primeiro plano na vida cultural deste concelho. «A interrupção do subsídio», sublinha a organização local do PCP, «é produto de uma política que tem por objectivo criar obstáculos ao desenvolvimento cultural da população do concelho».



O Governo de Cavaco e os subsídios às companhias de teatro: um tratamento autoritário e inadequado, uma aposta no fomento da desconfiança e rivalidade entre os trabalhadores do sector.

Breve nota do CLL do PCP

A propósito da situação em Lisboa...

O Comité Local de Lisboa do PCP reuniu no último fim-de-semana para analisar a situação político-social que se vive na cidade.

Em debate esteve a política governamental (leis laborais, ofensiva constitucional contra as empresas nacionalizadas, revisão constitucional, aumento dos bens essenciais), a política municipal nas suas diversas vertentes (urbanismo, parque escolar, situação habitacional, transportes, etc.) e os seus reflexos na cidade de Lisboa.

Desta análise realçam-se os seguintes aspectos:

- O repúdio geral perante a ofensiva policial na Indep e a pronta solidariedade dos trabalhadores e suas estruturas

e das populações locais.

- A crescente predisposição de luta nos trabalhadores de que são exemplo a Guérin, a Petrogal, a Eca, a Quimigal e os trabalhadores das cantinas.

A aprovação da construção do Hilton no alto do Parque Eduardo VII, o «buraco» do Monumental e os buracos das ruas de Lisboa — questões ultimamente levantadas pela CDU — mostram à evidência a necessidade de uma nova gestão que tenha por fim a resolução dos problemas da cidade e da população que nela vive e trabalha, sublinha o Comité Local do PCP na nota divulgada aos órgãos de comunicação social.

Encontro distrital de quadros no Porto

A Comissão Executiva da DORP decidiu convocar para o próximo domingo, dia 17, um encontro distrital de quadros para debate da situação política e da acção do Partido nos próximos meses, na base da resolução aprovada pela última reunião do Comité Central. A análise dos problemas organizativos e das linhas de acção para o reforço do Partido no distrito do Porto será também ponto destacado dos debates.

Com início previsto para as 9.30 h na Faculdade de Engenharia, o encontro da Organização Regional do Porto irá discutir e tomar medidas sobre a actividade do Partido nas duas principais frentes do trabalho de massas: a luta dos trabalhadores e o movimento operário (frente sindical, CTs, células de empresa) e o trabalho local (autarquias, lutas das populações, associativismo, dinamização da CDU).

Até às 10.30 h o encontro funcionará em plenário. Depois, até ao fim da manhã o debate ocorrerá numa secção: problemas de organização e reforço do Partido. Durante a tarde (14.30 - 18 h) funcionarão em simultâneo duas secções: uma sobre a luta dos trabalhadores e o movimento operário, outra sobre o trabalho e a luta local.

Haverá ainda um plenário final.

S. Pedro da Cova: zona das minas e do Passal em luta

Os moradores da zona das minas e do Passal, na

freguesia de São Pedro da Cova, em Gondomar, cortaram no passado dia 5 de Janeiro três ruas de acesso às minas, mantendo-se ali durante todo o dia como forma de protesto e exigindo que a empresa exploradora de carvão «Terra e Minas», de uma vez por todas resolva os graves problemas de poluição que tem provocado na zona.

No próprio dia, a Comissão de Freguesia de S. Pedro da Cova do PCP tomou posição, manifestando inteira solidariedade com a população atingida e referindo, nomeadamente, que a empresa «Terra e Minas» faz há longo tempo o transporte de minério «em condições tais que, progressivamente, tem vindo a deteriorar as ruas da zona do Passal, em particular a Rua da Aldeia, poluindo ao mesmo tempo os produtos hortícolas da zona envolvente das minas».

Esta situação, salienta a Comissão de Freguesia, provoca sérios prejuízos económicos e sanitários para os agricultores e a população. A empresa «Terra e Minas» já

foi notificada pela Câmara Municipal de Gondomar «para tomar medidas que resolvam o problema».

A Comissão de Freguesia de S. Pedro da Cova apela ainda «ao reforço da unidade e da luta até que a «Terra e Minas» resolva definitivamente a situação criada».

Camaradas Falecidos

Joaquim da Conceição Padre

Membro da direcção da Comissão de Reformados da Bobadela, activista do Partido, faleceu recentemente o nosso camarada **Joaquim da Conceição Padre**, de 74 anos. Vítima de doença prolongada, o militante comunista integrava o secretariado do comité local da Bobadela (Sacavém). No período da ditadura fascista, Joaquim da Conceição Padre manteve ligações ao Partido.

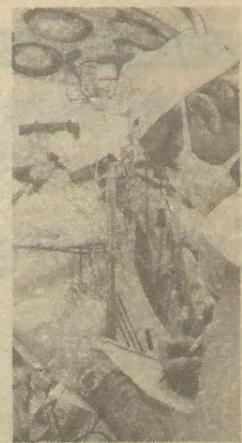
Luís Carvalho

Com 75 anos, faleceu **Luís Carvalho**, membro do secretariado da célula do Bairro 6, na freguesia do Barreiro, distrito de Setúbal.

Albertina Fernandes

Na nota sobre o falecimento da camarada **Albertina Fernandes** na nossa última edição, referiu-se por lapso o Seixal como sua zona de residência. A camarada, estava organizada na célula do Bairro 2, Alto do Seixalinho, concelho do Barreiro. Aqui fica a rectificação e as nossas desculpas.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.



SAÚDE Encontro em Évora

O Teatro Garcia de Resende, em Évora, vai acolher no próximo sábado, dia 16, um encontro regional da zona Sul sobre **Saúde**, integrado na preparação da iniciativa de âmbito nacional sobre essa matéria marcada para o fim-de-semana de 6 e 7 de Fevereiro próximo em Lisboa.

O encontro de sábado é promovido pelas Direcções das Organizações Regionais do Alentejo (DORA), Algarve (DORAL), Santarém (DORSA) e Setúbal (DORS) do PCP e tem como lema «dar mais Saúde à vida».

Em debate estarão os seguintes temas fundamentais:

- Melhorar a qualidade de vida, promover o bem-estar;
- Combater as doenças e as epidemias;
- Defender a integridade do Homem;
- Políticas de Saúde;
- Saúde para todos no ano 2000

O início do encontro está previsto para as 10 e 30 horas.



PCP

ALGARVE

Encontro distrital de quadros definiu linhas de acção para 88

A discussão e as medidas a implementar no plano da organização do Partido devem ter também como objectivo reforçar a unidade e o trabalho colectivo, aumentar o sentido de responsabilidade e de intervenção de quadros e activistas na resolução dos diversos problemas que se colocam ao funcionamento do Partido, preparar mais e melhor os quadros, os activistas, grande número de inscritos, para enfrentar e combater a campanha ideológica que se desenvolve contra o PCP.

Esta uma das passagens do documento com as conclusões do recente encontro de quadros do PCP do distrito de Faro, convocado para «analisar e discutir problemas de organização e funcionamento do PCP no Algarve».

De acordo com a informação que os camaradas nos fizeram chegar através da SIP/DORAL, vejamos algumas das principais linhas de trabalho definidas pelo encontro para este ano de 1988:

- Discutir com regularidade em cada organização concelhia os problemas da organização e funcionamento do Partido. Tal discussão e o conteúdo das medidas a im-

plementar devem ter como principais objectivos: aumentar o nível da estruturação da organização do Partido através de uma maior responsabilização dos quadros pela direcção política de cada organização, e encontrar, com base na discussão política e num melhor conhecimento das modificações nas condições concretas da região, formas organizativas diversas, que possibilitem aumentar o número de camaradas ligados à actividade partidária, com particular atenção para as empresas, autarquias e as diversas formas de acção unitária de massas.

- Dar uma maior atenção aos problemas da formação ideológica dos membros do Partido. Neste sentido é indispensável estimular e alargar a leitura da imprensa e

- Dar uma maior atenção aos problemas da formação ideológica dos membros do Partido. Neste sentido é indispensável estimular e alargar a leitura da imprensa e

A discussão e as medidas a implementar no plano da organização do Partido tem de ter como objectivo central ligar mais estreitamente a acção dos comunistas, das suas organizações, do Partido no seu todo, ao conhecimento dos problemas concretos da vida, e nessa base adquirir condições para alargar a influência política junto de mais largos sectores da população — considera o encontro de quadros realizado há dias pelos comunistas do Algarve.

plementar devem ter como principais objectivos: aumentar o nível da estruturação da organização do Partido através de uma maior responsabilização dos quadros pela direcção política de cada organização, e encontrar, com base na discussão política e num melhor conhecimento das modificações nas condições concretas da região, formas organizativas diversas, que possibilitem aumentar o número de camaradas ligados à actividade partidária, com particular atenção para as empresas, autarquias e as diversas formas de acção unitária de massas.

dos documentos do Partido. Também, para além de uma discussão mais assídua sobre a frequência aos cursos, têm de ser encarados, pelo menos pelas grandes organizações, a realização de reuniões específicas e de palestras e o aproveitamento dos audiovisuais para concretizar um maior número de acções de debate e formação. Deve haver ainda uma maior preocupação no aproveitamento dos Centros de Trabalho.

- Conferir às Assembleias das organizações concelhias e de freguesia e das células



Algarve: empenhamento dos militantes comunistas na definição de objectivos e tarefas para este ano de 1988

Mais atenção à formação ideológica

- Melhorar a coordenação das diversas frentes de acção unitária de massas com o trabalho geral do Partido, no sentido de alargar a influência política e reforçar a intervenção partidária de cada organização.

- Dar uma maior atenção em cada organização concelhia aos problemas da juventude e ao acompanhamento e apoio da acção dos jovens pertencentes à JCP.

- Dar uma maior atenção aos problemas de recrutamento de modo a atrair para o Partido aqueles que mais se destacam na acção reivindicativa e política (jovens, mulheres, hotelaria intelectual e quadros técnicos).

- Aproveitar a entrega de novos cartões para aprofundar o conhecimento dos

Ultrapassados os 10 mil contos!

Importante êxito no distrito do Porto

Terminou a campanha de fundos do Natal, iniciativa da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, na qual o conjunto das organizações do partido do distrito ultrapassou os 10 000 contos.

O secretariado da DORP do PCP, em nota entretanto divulgada, saudou todas as organizações e militantes do Partido por este importante resultado: «do ponto de vista económico, na medida em que permitiu enfrentar despesas correntes e solver alguns compromissos assumidos, nomeadamente na última campanha eleitoral, mas tam-

bém um importantíssimo resultado político.

«Nas empresas e locais de trabalho, nas freguesias, nos bairros e zonas, numerosas camadas contactaram e conversaram com muitos milhares de trabalhadores, intelectuais, mulheres, jovens, que deram as suas contribuições para o desenvolvimento da luta, na base do subsídio de Natal e que adquiriram várias dezenas de milhares de bilhetes do sorteio realizado», salienta a referida nota.

Considerando que na boa recepção à campanha de fundos «foi nítida a compreensão

de empresa, um peso maior no trabalho de cada organização, no sentido das mesmas a realizar de forma mais assídua e menos formalizada.

- Prestar uma maior atenção à situação financeira, que para além dos bons resultados obtidos por algumas iniciativas, é marcada por um elevadíssimo índice de camaradas que não pagam regularmente a sua quotização. É necessário tomar medidas para aumentar substancialmente o número de camaradas a pagar regularmente a sua quota (e a actualização do seu valor), o que só será possível através de formas de descentralização da sua cobrança.

Os problemas que a organização e funcionamento do partido atravessam são em muito fruto do profundo desgaste provocado por uma intensa luta contra o processo

contra-revolucionário. A necessidade da continuação da luta, impõe-se, sublinhou o encontro de Faro.

A compreensão dessa necessidade por parte dos principais quadros é de fundamental importância para animar, mobilizar e reforçar a confiança no partido e na justiça das suas propostas, aponta o documento das conclusões que a SIP/DORAL nos enviou.

A discussão e as medidas a implementar no plano da organização do partido tem de ter como objectivo central ligar mais estreitamente a acção do partido, das suas organizações e militantes, ao conhecimento dos problemas concretos da vida, e nessa base adquirir condições para alargar a influência política junto de mais largos sectores da população.

«Responsabilidade e participação para um Partido mais forte»

Assembleia (extraordinária) da organização concelhia de Braga

Realizou-se no último domingo, nas instalações da Escola Preparatória André Soares, a 3.ª Assembleia (extraordinária) da organização concelhia de Braga do PCP, tendo como principais objectivos a eleição de uma nova Comissão Concelhia e o exame da situação da organização do Partido neste concelho minhoto.

Realizada sob o lema «responsabilidade e participação para um Partido mais forte», que decorava as instalações, e com a participação de mais de 100 delegados das organizações de base do Partido no concelho, a 3.ª Assembleia aprovou por unanimidade o relatório da comissão organizadora contendo a análise à actividade e à organização do Partido na sua evolução desde a 2.ª Assembleia (em 1985) até à actualidade, e a resolução com as linhas de orientação prioritárias para a actividade futura da organização local do Partido.

A nova Comissão Concelhia que assume a direcção do trabalho e da organização do partido em Braga, eleita por unanimidade também, é constituída por: Alfredo Casais Batista, engenheiro da JAE, vereador na Câmara Municipal de Braga; Fernando Ferreira, professor de trabalhos manuais, representante da CDU no concelho de administração dos

TUB/SM: João Batista Pereira da Silva, empregado comercial; João de Oliveira Sousa, operário da panificação; José Magalhães, entalhador; Raul Peixoto, advogado, membro da Assembleia Municipal de Braga, e Viriato Amaral, funcionário do CRSS.

Na resolução aprovada, a par de um conjunto de medidas visando o reforço da organização e a elevação da responsabilidade e da participação dos membros do Partido, dá-se destaque à urgência de avançar com medidas organizativas para a preparação das próximas eleições autárquicas.

Promover o desenvolvimento e a implantação da CDU no concelho (tendo sido proposta a realização para breve de um encontro concelhio) e aumentar a informação e o esclarecimento públicos sobre a actividade, as propostas e a intervenção do PCP no plano autárquico, são outras direcções de trabalho sublinhadas pelos participantes nesta Assembleia extraordinária.



Moções aprovadas

A 3.ª Assembleia tomou ainda posição sobre acontecimentos e problemas de especial actualidade:

- Aprovou uma saudação aos comunistas e trabalhadores da Grundig, pela vitória alcançada pela lista unitária nas eleições mais participadas para a Comissão de Trabalhadores (com a conquista de 10 dos 11 mandatos), como demonstração da sua elevada unidade, consciência e firmeza na defesa dos seus direitos.
- Aprovou uma moção de

rejeição do pacote laboral do Governo PSD, apelando ao empenhamento de todos os comunistas e trabalhadores do concelho na luta contra esta ameaça ao direito dos trabalhadores, e saudando a realização em Braga, nos próximos dias 22 e 23 de Janeiro, da Conferência Nacional da CGTP sobre os direitos dos trabalhadores, que constituirá uma grande jornada e protesto contra o «pacote laboral».

- Sobre o processo de revisão constitucional, aprovou uma moção manifestando o empenhamento dos comunistas de Braga na defesa da Constituição e das características fundamentais e inegociáveis do regime demo-

O ponto da situação no distrito de Évora

A situação social continua a degradar-se no distrito de Évora. Só no sector agrícola, há cerca de 7 mil desempregados, dos quais só cerca de 40% recebem o subsídio respectivo. Simultaneamente, os despedimentos sumários poderão vir a aumentar, caso se cumpram as ameaças já feitas pelo patronato de, no futuro próximo, aplicar o novo «pacote» laboral preparado pelo Governo. Só em Dezembro e Janeiro, numa empresa, a LAW's, foram despedidas cerca de 200 jovens trabalhadoras.

Temas como este foram analisados pela Comissão Distrital de Évora do PCP, que esteve reunida no passado dia 9 para abordar as principais questões da situação política actual e os seus reflexos no distrito, bem como as medidas a tomar para o reforço da intervenção do Partido, na luta pela resolução dos principais problemas.

A destruição do sector produtivo agrícola — lembram os comunistas eborenses — continua a efectuar-se com a colaboração ou a complacência do Governo e do Ministério da Agricultura. O montado de sobre, riqueza nacional, degrada-se cada vez mais. Milhares de oliveiras têm sido arrancadas nos últimos meses pelos agrários, com fins pouco claros. A Reforma Agrária continua a ser atacada e cercada com vista ao seu enfraquecimento e destruição.

O Governo PSD prepara, entretanto, um novo «pacote» de legislação laboral, que pretende, no essencial, permitir que qualquer trabalhador seja despedido, desde que a entidade patronal o entenda, sendo todos os motivos considerados como bons para efeitos de justa causa — alerta a Distrital de Évora, que chama a atenção

postas pelo Governo, aumenta o número e o tipo das pessoas que se sentem desiludidas e entram nas fileiras da luta na defesa da Revolução de Abril — comenta a Comissão Distrital de Évora, que acrescenta:

Numerosas lutas se estão assim a desenvolver, ou em preparação, que contam e contarão com o apoio dos comunistas, ao lado dos trabalhadores e dos interesses das populações.

«Cresce também a aproximação e a cooperação entre sectores e forças democráticas, de que é exemplo a solução encontrada na eleição de nova Mesa da Assembleia Municipal de Estremoz.

A Comissão Distrital de Évora abordou e analisou as conclusões da reunião de Dezembro do Comité Central do Partido, tendo tomado as medidas necessárias à implementação das orientações de trabalho que a situação política exige, e fez ainda uma abordagem das tarefas necessárias à preparação do Congresso do Partido, decidindo reforçar o trabalho do Partido a todos os níveis.

Grandes dificuldades para os Municípios

Nesta situação, em que, como o Partido previu, a maioria conjuntural que o PSD obteve em 19 de julho começa a perder a sua base social de apoio, com o crescimento das dificuldades im-

O documento que sintetiza as conclusões da reunião da Distrital do Partido refere ainda os aspectos essenciais das consequências para o País e para esta zona alentejana do OE aprovado pelo partido do Governo, salientando a dado passo:

«O Orçamento de Estado, tal como o Governo o propôs e o PSD o impôs, agrava largamente sectores fundamentais para o Povo Português e, especialmente, para os trabalhadores, como é o caso das verbas e medidas previstas para a Educação e para a Saúde.

«Também as verbas a transferir para os municípios, que aumentam apenas 1,9%, sofreram um enorme corte em relação ao mínimo indispensável, pois a taxa de inflação apontada pelo próprio Governo para 1987 é de 9%. Esta situação levará inevitavelmente a grandes dificuldades dos Municípios e à anulação de numerosas acções que deveriam ser normalmente realizadas em 1988, procurando o Governo atirar para cima das autarquias o odioso das consequências da política que ele próprio promove.

«Também o agravamento dos impostos que recaem sobre os rendimentos do trabalho e do IVA são componentes do Orçamento do Estado que reflectem a política de direita, que, entretanto, não tributa os rendimentos do capital, como sejam os rendimentos resultantes da especulação na Bolsa.»



crático saído do 25 de Abril, bem como na promoção do esclarecimento da opinião pública.

- Sobre o recente debate do Orçamento do Estado para 88, a 3.ª Assembleia manifestou o seu repúdio pela actuação do Governo e dos seus deputados na Assembleia da República, denunciando «a forma sectária e lesiva dos interesses do nosso concelho e das suas populações como conduziram o debate e as votações, nomeadamente impedindo que fossem aprovadas propostas do PCP para a consignação de verbas tendo em vista o arranque do novo Tribunal (cerca de 60 mil contos), a recuperação da zona histórica (50 mil contos) e a reparação da estrada nacional 201 Braga-Prado-Ponte de Lima (120 mil contos para o início das obras)».

Os trabalhos da 3.ª Assembleia tiveram a presença de membros da DORM e da Comissão Distrital de Braga do PCP, bem como de António Lopes, da Comissão Política do CC do PCP e responsável pela DORM que, na final da Assembleia, interveio sobre os temas em debate e a situação política actual.



Plenário de intelectuais

A situação política e social, as conclusões da última reunião do Comité Central, o trabalho do Partido e aspectos da preparação do XII Congresso foram temas em debate no plenário de quadros comunistas dos sectores intelectuais de Lisboa, realizado na última segunda-feira, à noite, no Vitéria, com a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

A iniciativa realizada na sequência de outras com os mesmos objectivos suscitou vivo interesse, com o salão do Centro Vitéria repleto de camaradas ligados às artes e letras, informação, ensino e quadros técnicos. O plenário foi dirigido por uma Mesa em que se encontravam, além de Álvaro Cunhal, os camaradas José Casanova, da Comissão Política do Partido, Aurélio Santos, do CC, Manuel Gusmão, suplente do CC, Rita Magrinho, Carlos Almeida e Manuel Gonçalves. Depois de uma intervenção introdutória de Álvaro Cunhal, vários camaradas colocaram questões e avançaram ideias que o secretário-geral do Partido comentaria depois.



Benavente: continuar também no plano autárquico uma acção valiosa de trabalho e rigor em favor das populações

Benavente

O trabalho nas autarquias locais foi tema para debate e tomada de decisões no recente encontro de quadros do PCP do concelho ribatejano de Benavente. No documento de conclusões deste encontro, que contou com a participação do camarada Raimundo Cabral, da Comissão Política do Partido, salienta-se a dado passo: a preparação das próximas eleições autárquicas, a realizar em princípio em Dezembro de 1989, deverá desenvolver-se desde já, tendo em conta os seguintes objectivos: na formação das futuras listas, para além da necessária e normal renovação

de quadros, deverá ser tida em grande atenção a inclusão de jovens e mulheres em posição de virem a ser eleitos; há que trabalhar para conseguir a confirmação das maiorias absolutas em todos os órgãos autárquicos do município; entretanto, a possibilidade de criação, a curto prazo, da freguesia da Barrosa (o projecto está pendente na Assembleia da República) obrigará à realização de eleições antecipadas na freguesia de Benavente e na futura freguesia da Barrosa, daí que o acompanhamento permanente desta situação deva ser colocado como objectivo prioritário.

Iniciativa do PCP na Covilhã

1.º Encontro distrital de professores no dia 23

Sob o lema «Professor na defesa da democracia e da escola democrática», a Organização dos Professores de Castelo Branco do Partido Comunista Português promove no próximo dia 23, a partir das 10 horas, na Covilhã, o 1.º Encontro Distrital de Profes-

sores, aberto à participação de outros democratas. O encontro procurará analisar as condicionantes nacionais e distritais da acção educativa nos diversos graus de ensino e a situação social e profissional do professor no distrito de Castelo Branco.

Aos professores comunistas e aos muitos convidados está a ser distribuído um texto de reflexão que, para lá das questões levantadas, tem como objectivo promover um mais profundo e animado debate sobre estes problemas de viva actualidade.

Assembleia da República

Por iniciativa do PCP

Parlamento decide hoje sobre Comissão para análise das Empresas Públicas

A Assembleia da República deverá apreciar durante a tarde de hoje, quinta-feira, um Projecto de Deliberação da iniciativa do PCP com vista à constituição de uma Comissão Eventual para análise da situação do Sector Empresarial do Estado (em especial das Empresas Públicas de Capitais Públicos), bem como as respectivas causas.

Entre as razões que levaram o Grupo Parlamentar comunista a tomar esta iniciativa esteve em primeiro lugar a campanha que de há muito tem vindo a ser desenvolvida junto da opinião pública tendente a criar um clima favorável ao inconstitucional desmantelamento do Sector Empresarial do Estado, campanha essa desenvolvida em moldes onde não têm faltado sequer as afirmações destituídas de rigor, quer pela deturpação da realidade, quer pela omissão das suas causas e razões.

O apuramento rigoroso da situação actual nas empresas públicas bem como das respectivas causas constitui assim a preocupação central desta iniciativa do PCP, encetada de resto com o intuito de desencadear um processo que, como salienta o texto do projecto, «permita concretizar o dever institucional da Assembleia da República de garantir completo rigor na análise dessa situação e do qual venha a resultar um instrumento útil e necessário ao adequado exercício das importantes competências que nesse domínio lhe cabem».

Conhecer a verdade

Por estranho que parece, a verdade é que apesar da

inegável importância atribuída ao sector, a Assembleia da República nunca dispôs de um levantamento completo, objectivo e rigoroso, da sua situação e sobretudo das causas que a ela conduzem, facto este que torna hoje na opinião dos comunistas, como imperativo inadiável a realização do necessário «esforço de avaliação tanto global como empresa a empresa, dos elementos necessários à percepção das causas de uma situação objecto de polémica, feita as mais das vezes sob o signo da confusão, quando não mesmo da obliteração de factores inegavelmente reais».

É manifestamente o caso do Governo que no seu próprio programa adianta como razões fundamentais para a

desnacionalização de empresas públicas o facto de estas apresentarem «valores acumulados de prejuízos» e de constituírem «encargos para o Orçamento do Estado».

Ora acontece que os cálculos apresentados, como alerta o texto que explica os fundamentos em que assenta o projecto do PCP, assentam em critérios considerados «inaceitáveis». Com efeito, deformam «o valor nominal dos prejuízos e das dotações orçamentais» e excluem, por exemplo, na avaliação dos resultados globais do sector, os lucros das empresas públicas do sector bancária e segurador, estimados em 200 milhões de contos a valores nominais (que capitalizados para valores de 1987, excederiam os 400 milhões de contos).

Por outro lado, acusa-se também o Governo de somar indiscriminadamente resultados de empresas que prestam serviços públicos essenciais com os resultados de outras empresas públicas não financeiras, enquanto, em simultâneo, não são distinguidos os resultados de empresas que se encontram em sectores de actividade em reconhecida situação de crise internacional.

Cálculos viciados

Para os comunistas, o Executivo dirigido por Cavaco Silva não tem igualmente

estabelecido a distinção entre os encargos do Orçamento do Estado com investimentos em empresas públicas (dotações de capital) e os encargos «decorrentes da obrigação estadual de garantir indemnizações compensatórias por serviços públicos essenciais prestados a preços inferiores ao custo real».

Realce merece ainda o facto do Governo omitir a contribuição do sector para o Orçamento através da participação do Estado nos lucros das empresas públicas com receitas de montante superior a 100 milhões de contos (que capitalizados para valores de 1987, excedem os 200 milhões de contos) e de ter suportado através da banca nacionalizada muitas dezenas de milhões de con-

tos de bonificação de juros que em rigor, como salienta o texto, «constituíram despesas do Orçamento do Estado».

Como é fácil de constatar está-se, pois, em presença de cálculos distorcidos, empolados e até viciados, situação sem dúvida de grande gravidade mas a que importa juntar uma outra porventura ainda mais grave: o facto de continuar a ser totalmente «escamoteada a questão central de analisar as causas que conduziram as empresas públicas no seu conjunto e cada empresa pública, em particular, à situação actual».

Para que as verdadeiras causas sejam analisadas — nomeadamente as causas relativas à utilização das empresas públicas como instru-

mento da política conjuntural e às causas decorrentes de uma prática de gestão a vários títulos criticável —, e para que o País delas possa ter uma informação transparente e rigorosa, eis, pois, tão somente, o propósito do PCP.

Apesar de se opor claramente ao inconstitucional projecto de desnacionalização anunciado pelo Governo, como salienta o texto do Projecto, o PCP considera que «o País tem direito a que os debates políticos e legislativos em torno da questão fulcral do sector público não venham a assentar em sofismas, amálgamas indevidas, inverdades, mas sejam realizados antes com base na mais completa transparência e rigor possíveis».

Em causa a alienação do sector público
PSD impede impugnação de propostas inconstitucionais

Apesar da validade dos argumentos aduzidos pelas forças políticas proponentes, a folgada maioria do PSD em votação que contou com a abstenção do PS não deixou passar terça-feira última os recursos do PCP e da Intervenção Democrática (ID) visando a impugnação de duas propostas de lei elaboradas pelo Governo (n.º 18/V e n.º 16/V), uma, no sentido da desnacionalização parcial de empresas protegidas pelo disposto no artigo 83 e por princípios fundamentais da Constituição Económica, a outra, por pretender a supressão inconstitucional de uma fatia importante do Sector Público da Comunicação Social.

Particularmente em foco na intervenção de José Manuel Mendes, deputado comunista a quem pertenceu explicitar a posição do PCP sobre a matéria, esteve a proposta de lei n.º 16/V, a qual, recorde-se, procura revogar normas unanimemente aprovadas num passado recente que visavam «moralizar quanto possível» as alienações de empresas públicas de Comunicação Social e estabelecer regras que conduzissem à transparência dos actos do Estado.

Na sua gula privatizadora se inserem, pois, as presentes propostas governamentais onde não é difícil descolinar como principais objectivos, em primeiro lugar, a desvinculação do parecer obrigatório do Conselho da Comunicação Social; em segundo a criação de condições mais favoráveis para a aquisição de empresas públicas por entidades privadas, num caminho de concentração de empresas; e, por último, a redução das exigências constantes da lei em vigor quanto «à salvaguarda de uma participação maioritária do Sector Público no caso de alienação de fracções do capital de empresas públicas da comunicação social».

O Governo não se fica todavia por aqui e acaba por ir mesmo mais longe nas suas propostas, numa postura a justificar com acrescidas razões a impugnação solicitada pelas bancadas do PCP e da ID. Com efeito, como lembrou José Manuel Mendes, para além de «eliminar todas as referências ao enquadramento constitucional das alienações das empresas que hajam sido nacionalizadas e, bem assim, suprimir as cláusulas da sua protecção pela garantia do artigo 83.º da Constituição» o Go-

verno procura também viabilizar a sua «alienação total ou parcial de títulos».

Em simultâneo, nos projectos do Executivo de Cavaco Silva, procura-se ainda consagrar «a alienação total ou parcial dos bens e instalações das empresas, transferindo para o sector privado a sua função» e permitir a transformação de empresas públicas de comunicação social em sociedades anónimas ou a sua cisão, concessão ou cessão de exploração a entes privados».

Por todas estas razões, está bem de ver, como acentuou o deputado comunista, a proposta de lei é obviamente inconstitucional, constituindo uma clara afronta ao referido artigo 83 da Constituição da República, o qual, tem aplicação a todas as nacionalizações posteriores ao 25 de Abril.

A argumentação sustentada pelos partidos de direita de que as empresas de comunicação social foram nacionalizadas apenas por arastamento e, portanto, são livremente alienáveis, mereceu também uma aturada desmontagem por parte do deputado comunista que, a propósito, frisou que todas as principais empresas ou órgãos de comunicação social de sector público foram objecto de «acto legislativo de nacionalização directa», via decretos-leis aprovados por governos posteriores ao 25 de Novembro.

Mas mesmo que o entendimento fosse outro, acen-tuou, estariam sempre sujeitas, no mínimo, ao disposto no n.º 2 do artigo 83 da Constituição, pelo que apenas as pequenas e médias empresas poderão a título excepcional ser alienadas, desde que entretanto os seus trabalhadores não optem «por um modelo auto-

gestionário ou cooperativo».

Ora acontece, porém, que nenhum destes requisitos é cumprido pelo Governo, pela simples razão, como foi salientado, que não se visam desnacionalizações pontuais ou excepcionais mas sim a «liquidação integral do sector».

Antenas parabólicas

Os trabalhos do plenário de terça-feira última foram ainda preenchidos com a discussão de um projecto de lei da autoria do PS relativo à instalação de antenas destinadas à recepção de serviço de radiodifusão sonora e televisiva, no qual se aponta para a imediata liberalização da sua instalação.

Matéria agendada com evidente atraso — já que a situação actual, em virtude da incúria do Governo, se aproxima do verdadeiro caos, com risco de ruptura a muito curto prazo — este projecto de lei vem ao encontro da necessidade hoje sentida de se proceder a alterações na regulamentação existente de modo a encontrar as necessárias respostas que, tendo em conta a evolução tecnológica verificada, permitam salvaguardar, como sublinhou o deputado comunista Jorge de Lemos, «uma correcta utilização do espaço radioeléctrico e do espaço físico, assegurando aos cidadãos a recepção da informação disponível».

Definindo a posição do PCP sobre esta questão, Jorge Lemos afirmou ainda que do seu ponto de vista «não existem quaisquer limitações constitucionais ou legais para a livre recepção pelos cidadãos de sinais de radiodifusão sonora ou televisiva» — a não ser naturalmente as decorrentes dos acordos internacionais subscritos pelo Estado português em matéria de radiocomunicações — posição que no entanto muda de figura no que diz respeito ao regime de actividade, à titularidade, produção, emissão e retransmissão de radiodifusão sonora ou televisiva.

Aumentos brutais nas custas judiciais

Uma acção de divórcio cuja despesa em custos judiciais se situava até aqui em

8430\$00 passa a partir de agora a custar nada mais nada menos do que

37 000\$00. Este e outros aumentos das custas judiciais (ver caixa), resultantes da legislação governamental recentemente aprovada, foram severamente criticados pelo Grupo Parlamentar do PCP, o qual, em nota do seu Secretariado, afirma a intenção de requerer que a Assembleia da República altere o referido decreto-lei.

Nesse sentido e com vista a impedir uma drástica degradação do acesso ao direito, o Grupo Parlamentar comunista solicitou já em conferência de líderes o agendamento urgente da apreciação do diploma do Governo aprovado em 29 de Dezembro último (Dec.-Lei n.º 387-D/87) de cujo conteúdo decorre o desproporcionado agravamento das custas judiciais.

Estes aumentos vêm juntar-se a outras medidas aprovadas no quadro da chamada Lei Orgânica dos Tribunais de que resultará, por exemplo, a elevação das alçadas (impedindo drasticamente o recurso de decisões ilegais para os tribunais superiores), ou seja, agravamento que inevitavelmente provocará um maior distanciamento dos cidadãos relativamente à Justiça.

Preparos até ao julgamento

Antes do aumento	Depois do aumento
Acções de impugnação de despedimento ilegal	
4270\$00	15 000\$00
Divórcios, acções de investigação de paternidade e outras acções de Estado	
8430\$00	37 000\$00
Intervenção como assistente das vítimas de difamação, injúria, ofensas corporais e outros crimes	
4000\$00	18 900\$00 mínimo
Cartas precatórias para produção de prova: em acções do valor da alçada da comarca mais um escudo	
2070\$00	7 800\$00
Reclamação contra a especificação ou questionário	
Isento	¼ da taxa de justiça (18 500\$00 nas acções de Estado e 7800\$00 nas de valor igual ao da alçada de comarca mais um escudo)
Recurso para o Supremo Tribunal de Justiça	
5100\$00	mínimo 37 000\$00

Nacional

Atletismo mobiliza populações em Loures e Alcochete

Enquadrando-se no movimento cultural e desportivo que a Câmara de Loures tem vindo a desenvolver, decorrerão nos dias 30 e 31 de Janeiro a entrega de prémios da III edição Troféu da Corrida das Colectividades e a VIII Corrida Odiveiras-Loures-Odiveiras. Entretanto, no passado dia 9 teve início a primeira fase do curso de formação de animadores de teatro.

Integrada no IV troféu das colectividades do concelho de Loures, vai realizar-se, no próximo dia 31 de Janeiro, a VIII edição da prova de atletismo Odiveiras-Loures-Odiveiras, numa extensão de 18 quilómetros, aberta a todos os escalões, numa organização do Centro do Desporto Popular de Odiveiras, com o apoio da Câmara Municipal de Loures e da Freguesia de Odiveiras.

À partida para esta prova estarão presentes cerca de dois mil atletas de todo o País, integrados em sete escalões: juniores femininos (nascidos em 1970/71), juniores masculinos (1969/70), seniores femininos (nascidos até 1969), seniores masculinos (nascidos até 1968), veteranos I (de 40 a 44 anos

de idade), veteranos II (de 45 a 49 anos) e veteranos III (com mais de 50 anos).

As inscrições dos interessados deverão verificar-se impreterivelmente até ao próximo dia 28 de Janeiro, e deverão ser dirigidas ao apartamento 38, em Odiveiras, acompanhadas de um valor de 50 escudos por atleta, indispensável para a efectivação da inscrição.

A Câmara Municipal promoverá ainda, no dia 30 deste mês, pelas 15 horas, no cinema dos Bombeiros Voluntários de Loures, a sessão de entrega dos prémios referentes à III edição Troféu da Corrida das Colectividades, cujas provas decorreram durante o ano de 1987, com a vitória colectiva da equipa do

Grupo Desportivo e Cultural do Alhões.

Além destas actividades desportivas, iniciou-se, no passado dia 9 de Janeiro, a primeira fase do curso de formação de animadores teatrais, promovido pelo Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, no âmbito da Associação de Municípios para a Acção Cultural, da qual fazem parte os municípios de Loures, Amadora, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço.

A segunda fase terá lugar em Junho e uma semana de estágio na companhia de teatro profissional do Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, a decorrer em Novembro, completam este primeiro curso.

Corrida da Restauração em Alcochete

A prova de atletismo «Corrida da Restauração», a realizar no concelho de Alcochete, no dia 23 de Janeiro, pe-

las 15 horas, insere-se nas comemorações do 90.º aniversário da Restauração do concelho e conta com o patrocínio da Câmara Municipal de Alcochete, Juntas de Freguesia de Alcochete, Samouco e S. Francisco, e tem ainda o apoio das colectividades do concelho.

Todas as equipas participantes, ao fazerem a sua inscrição, deverão indicar a constituição das mesmas. O número de equipas a inscrever não tem limite, devendo todas as inscrições serem dadas até ao dia 23 de Janeiro, pelas 10 horas. Em casos especiais as inscrições poderão ser feitas no local da partida, até 60 minutos antes do início da prova.

Para efectuar as inscrições deverão contactar o Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Alcochete, 2890 Alcochete. As equipas poderão enviar a sua inscrição pelo correio ou pelo telefone (234 01 12). É obrigatório indicar o nome da colectividade, associação desportiva, etc., e o número de atletas que participam.



«Amascultura», quatro concelhos e um desafio cultural

Criada AMASCULTURA para desbloqueio cultural

As câmaras de Loures, Amadora, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira assinaram no passado dia seis de Janeiro, na Quinta Municipal de Suberra, a escritura da Associação de Municípios para Actividades Socioculturais (AMASCULTURA), que tem como objectivo promover estudos e gerir projectos e planos comuns nos domínios da cultura e da promoção sociocultural, com vista ao desenvolvimento cultural e social dos concelhos associados.

Daniel dos Reis Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, salientou a necessidade destes quatro concelhos, situados a Norte de Lisboa, unirem forças no sentido de furar o bloqueio cultural que a capital lhes tem imposto. «A razão profunda de estarmos aqui é o entendimento da cultura como laço cada vez mais forte que liga e que impulsiona a nossa esperança», justificou.

O primeiro projecto da AMASCULTURA vai ser o teatro, com a criação do Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, já em formação. Mas de seguida virão projectos ligados à música, artes plásticas, bailado e muito mais.

No Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, que vai ter as suas instalações na Amadora, serão desenvolvidos cursos de formação para grupos de teatro dos quatro concelhos e serão criadas peças de teatro para serem estreadas e apresentadas nos quatro municípios.

A assinatura da escritura decorreu sob a forma de uma cerimónia simples que não

correu o risco de ser demasiado formal, terminando com intervenções de Eunice Muñoz, Mário Barradas e actuação musical de Carlos Paredes.

O local escolhido para a cerimónia, a Quinta de Suberra, também atraiu as atenções devido à riqueza patrimonial que encerra. Esta quinta, que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira adquiriu em 1980, foi fundada há mais de três séculos pelo fidalgo Diogo da Veiga, servindo, até ao início do nosso século, como ponto de convívio da alta nobreza. Os maiores atractivos da Quinta de Suberra residem na sua azulejaria exterior e na capela de São José, construída em 1633.

O município de Vila Franca de Xira, ao adquirir esta quinta, tornou público um património precioso, a que têm sido dados os necessários restauros e cuidados, proporcionando, ao mesmo tempo, a sua utilização por parte da população, pois durante todo o ano são desenvolvidas diversas actividades socioculturais, que vão desde a realização de colónias de férias para idosos até à ocupação de tempos livres para jovens.

Assembleia Distrital do Porto contra a dissolução da Câmara de Gondomar

A deliberação da Assembleia Distrital do Porto contra a dissolução da Câmara Municipal de Gondomar, na base das conclusões do inquérito que lhe tinha sido enviado pelo ministro do Planeamento e da Administração do Território, Valente de Oliveira, constitui uma pesada derrota política para o PSD, considerou a Comissão Concelhia de Gondomar do PCP, em nota distribuída à imprensa, no passado dia 8 de Janeiro.

«A clara maioria de votos contra a dissolução (31 contra 12 e três abstenções), e onde se integram os votos de vários eleitos do PSD, condenando assim a manobra do Governo, representou

a determinação do poder local de não permitir a ingerência ilegal ao serviço de meros interesses partidários do poder central na vida das autarquias locais e retirou campo de manobra ao PSD e ao seu Governo», refere a Co-

missão Concelhia de Gondomar.

As recentes declarações do responsável do PSD pela preparação das eleições autárquicas e rapidamente empoçadas por vários órgãos de comunicação social, após a Assembleia Distrital, reclamando a dissolução da Câmara, prossegue a Comissão Concelhia de Gondomar, «são bem o sintoma do interesse político do PSD na sua queda, seja a que pretexto for».

Por fim, a Comissão Concelhia de Gondomar do PCP sublinha mais uma vez «que

este propósito do PSD está intimamente ligado aos grandes interesses económicos que hoje se jogam na região do Porto e alerta para eventuais decisões e novas manobras do Governo PSD/Cavaco Silva».

«Na sua tentativa de aprovar este pacote antilaboral», refere ainda a resolução, «o Governo conta mais uma vez com o conluio da UGT, que desenvolve uma grande manobra de diversão, tentando criar na opinião pública a ideia de que está contra as intenções do Governo, ao mesmo tempo que dá o seu apoio à lei para despedir livremente e pôr todos os trabalhadores a prazo».

Ainda as tarifas de electricidade CM do Porto responde à EDP

A resposta que a Câmara Municipal do Porto fez chegar à EDP, e após fazer um pormenorizado historial de «dez anos de vida do Porto», tantos quantos os que decorreram desde o início do processo das tarifas, reafirma posições anteriores de recusa do recuo da EDP, considerando «que o que importa é consolidar a plataforma já acordada, que serve e defende o interesse da cidade do Porto e o interesse do País», conforme já referia o protocolo.

A negociação do protocolo relativo ao tarifário de energia eléctrica, cuja assinatura, prevista para Novembro do ano passado, foi suspensa devido a declarações do Governo no sentido de estar a ser preparado um outro protocolo que prevê «a liquidação das dívidas dos serviços municipalizados do Porto à EDP, as quais ascendem a 40 milhões de contos».

A Câmara Municipal, na resposta, «exprime também o parecer de que os problemas de facturação da EDP, desde 1978 a 1988, resultantes da aplicação no concelho do Porto de um tarifário nacional — previa-se uma recuperação em dez anos — se situam num âmbito eminentemente político, e só nesta perspectiva podem ser resolvidos».

Assim, dispõe-se a «proceder a diligências junto à EDP com vista à assinatura do protocolo acordado», recomendando a urgência «indispensável para alertar os consumidores», reafirmando a disponibilidade para dialogar quer com o Governo, «na busca de soluções políticas, realistas», quer com a EDP, «no caso das soluções necessitarem de esclarecimentos complementares».

Um problema que continua à espera de solução, no qual a população do Porto tem tido uma intervenção decisiva. Como refere o documento citado «a população, lutando pela defesa da qualidade da sua vida, manteve sempre uma resistência generalizada à subida das tarifas da electricidade».

CDU de Valongo denuncia

A CDU do concelho de Valongo, na conferência de imprensa realizada dia 12 de Janeiro, tornou pública a sua posição face às consequências que poderão advir da errada implantação da já iniciada construção do troço de Águas Santas — Campo, integrado na projectada auto-estrada Porto-Paredes, que atravessará o concelho de Valongo, em grande parte do seu percurso.

«As autoridades governamentais persistem em manter a CM de Valongo afastada da análise das soluções a adoptar na concretização da obra em curso, e tal atitude é tanto mais grave quanto se sabe que o atravessamento de vasta zona urbana implica a salvaguarda e coordenação de variadas vias de comunicação das quais a autarquia é responsável, e cuja importância e impacto no desenvolvimento do concelho só a Câmara Municipal e as suas Juntas de Freguesia estão em condições de avaliar correctamente», salientou a CDU de Valongo.

A forma autoritária como o processo está a ser conduzido está bem patente no facto de diversos trabalhos terem sido embargados pela Câmara, por falta de autorização para serem efectuados desvios em algumas vias.

«Mas a situação mais grave», denuncia a CDU de Valongo, «é a intenção já anunciada de construir a travessia da auto-estrada sobre a linha férrea na zona de Suzão, em Valongo, assente em grande parte na construção de um morro de cerca de uma dezena de metros de altura, que corta literalmente a sede

do concelho em duas partes».

Considerando tal solução uma afronta à população, a CDU afirma a sua disposição «de defender nos órgãos autárquicos uma correcta implantação da auto-estrada, entendendo que é indispensável que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Valongo demonstrem a firmeza necessária para obrigar o Governo a encetar o diálogo a que se tem furtado e a aceitar as soluções mais justas e adequadas para o problema».



Nacional

Em defesa da Constituição Apelo divulgado no Porto

Um conjunto de democratas do distrito do Porto, ligados a diferentes partidos políticos e independentes, em que se incluem, nomeadamente, membros e dirigentes do PCP, do PS, do PRD, da ID; do Partido Ecologista «Os Verdes» e da UDP, tornaram público um apelo às forças democráticas representadas na Assembleia da República a propósito da revisão da Constituição.

Afirma-se a dado passo no referido apelo que «os portugueses aspiram não apenas à democracia política mas também à democracia económica, social e cultural prometida

pelo 25 de Abril». «Traduzindo essas aspirações, os constituintes portugueses consagraram na Constituição profundas transformações económicas e sociais e acolheram como fundamentais o direito ao trabalho, à habitação, à saúde e à segurança social, ao ensino e à cultura», refere o apelo que considera ainda, que «os direitos, as liberdades e garantias, o pluralismo político, a representação democrática proporcional são indissociáveis da organização democrática da economia constitucionalmente consagrada».

«Rever a Constituição não

pode significar alterá-la em aspectos substanciais. A fidelidade das forças democráticas ao essencial da herança do 25 de Abril será suficiente para impedir que o regime seja subvertido. É por isso preciso, afirma por fim o documento, reafirmar os consensos que deram corpo à democracia portuguesa, recusando firmemente as cedências ou compromissos que a direita procura alcançar.»

Entre as várias dezenas de subscritores contam-se: Adelino Teixeira de Carvalho, Albano Martins, Alberto Andrade, Álvaro Ferreira Alves, António Fernandes da Fonse-

ca, Armando Castro, Armando Sá, Arménio Losa, Artur Sentieiro, Avelino Gonçalves, Bernardino Neto, Carlos Madsureira, Edgar Correia, Eduardo Costa, Eduardo Miguel, Eduardo Valdez, Emílio Peres, Eugénio de Andrade, Fernanda Costa, Fernando Almeida, Fernando Isaac, Gaspar Militão, José Batista, José Castro, José Luís Borges Coelho, José Luís Quintas, José Morgado, José Viale Moutinho, Lino Lima, Manuel Neto, Manuel Pires, Maria Emília Reis, Orlando Ventura da Costa, Óscar Lopes, Raul Castro, Rui Sá, Serafim Ascensão, Viana de Lima, Virgínia Moura.

Coordenadora CDU do Porto define objectivos e iniciativas para dinamização e alargamento

«Como coligação política permanente, o objectivo mais geral da CDU é o de intervir em todos os domínios da vida pública do País, por forma a suscitar e possibilitar a actuação convergente de forças e personalidades democráticas (designadamente independentes) empenhadas numa acção unitária com vista à realização e concretização dos ideais de Abril e da Constituição da República.» Estas as palavras iniciais da Declaração da Coordenadora Distrital do Porto da CDU, tornada pública no passado dia 8 de Janeiro num encontro com a imprensa, no qual estiveram presentes, em representação daquela Coordenadora, Edgar Correia, membro da Comissão Política do CC do PCP e da DORP, Avelino Gonçalves, membro do CC e da DORP, Raul de Castro, da ID e deputado à Assembleia da República, Alberto Andrade e José Baptista, independentes, e Paulo Sousa e Rosa Pinto, do Partido Ecologista «Os Verdes».

As razões essenciais contidas na Declaração da Coordenadora Distrital do Porto da CDU, apontadas como sendo de maior importância para «a dinamização e alargamento da CDU em todos os concelhos e no maior número de freguesias do distrito», são as seguintes:

A poderosa realidade que representa a intervenção activa e prestigiada de cerca de quatro centenas de eleitos pertencentes à CDU, que em numerosos órgãos do poder local no distrito do Porto trabalham e lutam pela resolução dos problemas das populações, combatem a acção negativa de outras forças políticas e apoiam todas as propostas que visam o efectivo desenvolvimento das freguesias e concelhos; as profundas raízes de uma actuação democrática e unitária, o empenhamento e provas dadas na resolução dos problemas das populações e a contribuição activa para a defesa do poder local democrático; a gravidade dos problemas locais que continuam a atingir a população do distrito e que afectam profundamente as suas condições de vida; a necessidade de acelerar um efectivo desenvolvimento da região virado para a resolução das graves carências existentes e projectando um futuro de efectivo progresso e bem-estar para quem vive e trabalha na região; a política centralista do Governo e as medidas de estrangulamento financeiro do poder democrático, de que constitui exemplo o Orçamento de Estado para

1988, aprovado apenas pelo PSD na AR, que retirou, só às autarquias locais do distrito do Porto, mais de 700 mil contos; as tentativas antidemocráticas de comando e controlo do poder local democrático, por parte do Governo, designadamente através da acção da Comissão Coordenadora da Região Norte e do Governo Civil do Porto, e da utilização dos fundos da CEE.

Iniciativas a desenvolver

Sublinhando «a importância que assume para a resolução dos problemas das populações, o debate aberto e participado em torno da actividade das autarquias e das questões locais, que faça o diagnóstico das dificuldades e entresse e mobilize energias para a sua ultrapassagem», a Coordenadora Distrital do Porto da CDU chama igualmente a atenção para «o facto de a defesa do regime democrático consagrado na Constituição ser inseparável da defesa do poder local democrático existente em Portugal».

«Face a um Governo que promove uma política centralista e que pretende entregar ao grande capital áreas rentáveis fundamentais da actividade municipal, de que a actual tentativa de retirar às autarquias da região do Porto a distribuição intermunicipal do gás canalizado é o exemplo mais recente e escandaloso, um Governo que

estrangula financeiramente as autarquias e procura comandá-las e controlá-las e ao mesmo tempo fabricar artificialmente nas autarquias maiorias que não resultariam do sufrágio nas eleições, a resposta tem de ser a dinamização da vida autárquica e da sua ligação com as populações, a defesa do poder local democrático, o reforço da ligação do trabalho nas autarquias com o trabalho nas organizações populares», declara a Coordenadora da CDU.

Considerando que neste contexto cabe à CDU e aos eleitos pertencentes à CDU, mesmo quando se encontram em minoria nos órgãos locais, desempenhar um papel de importância absolutamente fundamental, a Coordenadora do Porto da CDU lança por fim um apelo para «todos quantos estejam dispostos a unir esforços, a trabalhar, a lutar numa base unitária e aberta, pela resolução dos problemas das suas terras e pela defesa do poder local» que se unam na CDU e em torno da CDU.

O aumento do IVA Cobrança ilegal da nova taxa é da responsabilidade do Governo

No passado dia 6 do corrente, a SIP do PCP divulgava uma Nota, a propósito de alguns órgãos de informação terem vindo a anunciar, erradamente, que os agravamentos fiscais propostos pelo Governo e aprovados na Assembleia da República pelo PSD em matéria de Imposto sobre o Valor Acrescentado — IVA — entrarem em vigor no passado dia 1 de Janeiro.

Vários comerciantes», dizia a Nota da SIP, manifestaram publicamente que, dirigindo-se aos serviços do IVA para esclarecer a situação, teriam sido informados da existência de uma circular do Governo determinando que a nova taxa normal de 17 por cen-

to se aplicava a partir do dia 1 de Janeiro.

Face a estes factos, a SIP do PCP entende chamar a atenção para a completa ilegalidade de qualquer cobrança do IVA para além do que se verificava em 31 de Dezembro de 1987, visto que os agravamentos fiscais só poderão entrar em vigor 5 dias após a publicação do «Diário da República» do Orçamento do Estado para 1988, publicação que, como é sabido, ainda não ocorreu.

Finalmente, sublinhava a Nota da SIP, não pode deixar de se estranhar o silêncio do Governo sobre a matéria, sendo de exigir do mesmo o mais rápido e ca-

bal esclarecimento aos agentes económicos e aos consumidores, de modo a que seja prontamente respondida a legalidade na cobrança do IVA.

Enjeitar responsabilidades

Vinte e quatro horas após a divulgação da Nota da SIP, o Governo, através de declarações quer do Primeiro-Ministro, quer do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, rompeu o silêncio embora de formá a merecer viva discordância, dado que alijou responsabilidades lançando-as para cima dos agentes económicos.



Praça da Liberdade

Liberdade de informação

Defender a liberdade de expressão, de informação e de imprensa alcançadas com o 25 de Abril é o compromisso e o apelo lançado, há algumas semanas, por diversas estruturas representativas dos trabalhadores das empresas públicas da imprensa, com destaque para a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráficos e Imprensa e comissões de trabalhadores e delegados sindicais de várias empresas, entre elas, do «Jornal de Notícias».

Aquelas estruturas, a propósito do objectivo do actual Governo de acabar com o Sector Público da Comunicação Social Escrita, manifestam a sua convicção de que é necessário manter a existência do Sector Público da Comunicação Social, consagrado na Constituição da República, como factor fundamental para a consolidação e desenvolvimento da democracia e garante da liberdade de informação e de expressão e do pluralismo.

As estruturas dos trabalhadores do Sector Público da Comunicação Social Escrita consideram que a manutenção das actuais quatro empresas e títulos pertencentes ao sector público são a garantia de um serviço público mínimo na informação escrita e «um instrumento privilegiado e um espaço público de acesso, difusão, informação e debate cultural e ideológico». Reafirmam ainda a necessidade de serem atendidas as propostas concretas apresentadas pelos trabalhadores do sector. Manifestam-se contra a utilização das empresas públicas como instrumento de propaganda e contra a nomeação de gestores na base de critérios clientelistas, causa de muitas das dificuldades que atravessam algumas das empresas do sector.

O objectivo do Governo PSD/Cavaco Silva mantém-se.

Só a luta impedirá a sua concretização. Para que seja defendida a liberdade de expressão e de informação.

■ M

A verdade é que no aviso enviado aos agentes passivos do IVA, ainda antes da aprovação do Orçamento para 1988 (I), o Governo, através do Serviço do IVA, chamava a atenção para «a obrigatoriedade da aplicação das novas taxas a partir de 1 de Janeiro de 1988»!

O Governo — e só ele — ordenou a aplicação das novas taxas a partir de 1 de Janeiro, sabendo, pelo menos desde os finais de Novembro — altura em que foi tornado público o calendário de discussão e votação do Orçamento pela Assembleia da República —, que era absolutamente impossível a entrada em vigor do OE naquela data.

Assim, quaisquer ilegalidades que se tenham verificado na cobrança do IVA a partir de 1 de Janeiro sem prejuízo do reembolso a que têm direito os consumidores lesados, é da inteira e exclusiva responsabilidade do Governo.

Note-se finalmente que o referido aviso, resultante de um despacho do Governo, ou espelha uma total incompetência e um grave desconhecimento das regras fiscais, ou consubstancia uma tentativa do Governo de cobrar ilegalmente as novas e agravadas taxas do IVA a partir de 1 de Janeiro, na esperança de que ninguém alertasse para tal ilegalidade.

Internacional

Angola denuncia permanência das tropas sul-africanas no seu território

O Ministério da Defesa de Angola divulgou a semana passada um comunicado em que denuncia acções recentes do exército sul-africano que se verificam numa extensa profundidade no interior de Angola e que visam, na sua opinião, o cerco e a tomada de algumas localidades, como Cuito-Cuanavale e a expansão das suas acções para Norte do caminho-de-ferro de Benguela, para dificultar a sua reabilitação. Segundo o comunicado, estas acções são o prenúncio de que o regime racista de Pretória continuará a desestabilizar a República Popular de Angola, em contravenção à resolução 602 do Conselho de Segurança da ONU que exige a retirada imediata das tropas sul-africanas de Angola.

O documento, que se reporta às acções agressivas da África do Sul no período compreendido entre 29 de Dezembro e 3 de Janeiro, denuncia a destruição parcial, no passado dia 30, da ponte ferroviária sobre o rio Kwanza, na província do Bié, por um grupo de comandos sul-africanos equipados com homens-rãs.

Entretanto, no dia 31, a aviação sul-africana sobreviou por duas vezes a região de Cuito-Cuanavale, tendo no mesmo dia flagelado a zona com peças de artilharia G-5 e Kentron, ataque de que resultou a morte e ferimentos de vários populares. No dia 2 de

Janeiro as forças invasoras voltaram a bombardear, com meios aéreos e terrestres, posições das FAPLA nas áreas de Cuito-Cuanavale e da margem Norte do rio Cuatir, tendo flagelado a margem Norte da ponte sobre o rio Cuito com peças de artilharia de longo alcance. Esta ponte veio a ser parcialmente destruída no dia 3 por um avião não pilotado.

Toda esta actividade aponta, segundo as autoridades angolanas, não só para a manutenção da presença sul-africana em Angola, mas também de novas e perigosas acções contra o seu território.

Esta é também a opinião de Peter Allison, professor bri-

tânico recentemente expulso da Namíbia pelas autoridades de Pretória. Em declarações à agência noticiosa «Nampa», Allison assegurou que os racistas sul-africanos nunca abandonarão voluntariamente o Sul de Angola e que, quando forem pressionados a fazê-lo, deixarão algumas unidades especiais como o Batalhão 32.

Aquele professor britânico afirmou, por outro lado, que a estreita identificação que existe entre os integrantes do Batalhão 32, formado por sul-africanos e membros da Unita, torna quase impossível diferenciar uns e outros. Segundo disse, quase todos os membros da referida unidade falam português e são dirigidos por um oficial branco de nacionalidade portuguesa.

Peter Allison denunciou ainda a enorme concentração de tropas sul-africanas na estreita faixa de Caprivi, fronteira com Angola, Botswana, Zâmbia e Zimbábue, a ampliação e renovação das suas bases militares e a construção de outras na região.

Apesar deste intenso aparato militar, as baixas da Unita e das próprias forças sul-africanas são cada vez mais pe-

sadas. De acordo com declarações do comissário provincial Pedro Mutinde, as Forças Armadas angolanas abateram 1500 elementos da Unita durante o ano de 1987, em operações levadas a cabo nas áreas de Cuvelai, Mupa, Caolonga e Mongua, na província Sul do Cunene.

Das operações do exército angolano sobressai ainda a captura de elevadas quantidades de material de guerra de fabrico sul-africano, entre aparelhos de comunicação e obuses de morteiro de 60 e 80 milímetros. No final do ano foram também abatidos três aviões sul-africanos do tipo «Mirage», de uma composição de seis, que bombardeavam posições das FAPLA nos arredores de Cuito-Cuanavale.

É curioso assinalar, uma vez mais, a «coincidência» das acções reivindicadas pela Unita. Em comunicado divulgado na segunda-feira, em Lisboa, a Unita reivindicou a ocupação, no domingo, da vila estratégica de Camacupa, a cerca de 70 quilómetros da cidade de Cuito. Também, como de costume, as autoridades portuguesas continuam a não impedir a actividade da Unita em Portugal.

SWAPO intensifica luta de libertação da Namíbia

A Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) divulgou recentemente em Lusaka um documento em que manifesta a sua determinação em intensificar a mobilização política dos namibianos para a luta contra a ocupação sul-africana.

Proclamando o ano de 1988 como o «ano de unidade e de acção popular», a SWAPO salienta ser «o povo e não as armas que constitui um factor decisivo na história do país», embora as duas vertentes se completem; assim, a SWAPO anuncia que o Exército Popular de Libertação na Namíbia (PLAN) irá também aumentar a intensidade da luta armada em todas as frentes contra os ocupantes racistas.

Entretanto, em Luanda, aquela organização apelou ao boicote do filme que a produtora norte-americana «Moonrose Production Company» está a rodar na Namíbia sobre o chefe da Unita, Jonas Savimbi.

Segundo Theo-Ben Gurirab, secretário da SWAPO, a referida obra, intitulada «O Escorpião Vermelho», deturpa grosseiramente a situação criada na África Austral.

«Savimbi, cujas mãos estão manchadas pelo sangue de milhares de pessoas inocentes, é representado como um defensor da liberdade e da independência e um combatente contra a pretensa ameaça comunista na região», disse Gurirab.

Para o representante da SWAPO, os responsáveis pelas filmagens — a quem o exército e a polícia sul-africanas concederam material de guerra e soldados para as cenas de combate — desafiam a comunidade internacional que exige a cessação de todos os contactos com o regime de Pretória, pelo que exorta «todas as pessoas de boa-vontade a boicotar este filme e impedir que apareça nos ecrãs».

Terror na província do Natal

Na África do Sul, mais cinco negros foram mortos a semana passada nos contínuos confrontos étnicos provocados desde há meses na província do Natal por agentes da polícia política e elementos da organização tribal «Inkatha».

Os confrontos provocaram, só nos primeiros cinco dias do ano, vinte e uma vítimas entre os habitantes negros da zona, a somar aos 280 mortos do ano passado.

De acordo com o jornal sul-africano «Citizen», as forças de segurança e a polícia elaboraram um plano conjunto destinado a «eliminar os focos de motim» no Natal, que inclui o envio para o local de mais uma unidade militar especial.

Chissano declara luta ao banditismo armado

A clemência para com aqueles que romperem com o terrorismo e a luta impiedosa para com os que o prosseguirem será a essência da política do governo moçambicano em 1988 para com o banditismo armado, afirmou o presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, no seu recente encontro com os chefes das missões diplomáticas acreditadas no Maputo.

Na ocasião, Chissano declarou ainda que face ao recrudescimento do terror praticado pela chamada «Resistência Nacional Moçambicana», a direcção do país procedeu à criação de um sistema de defesa nacional para que todos os cidadãos possam participar na defesa dos seus lares, das pessoas que lhes são próximas e das empresas. A África Austral, sublinhou, continua a ser palco de confrontação entre as forças da liberdade, da democracia e da paz, por um lado, e, por outro lado, as forças do racismo, do colonialismo, da agressão e do terror.

A responsabilidade desta conjuntura, como fez notar o dirigente moçambicano, recai sobre o regime de Pretória que continua a utilizar o terrorismo organizado como principal instrumento de desestabilização da situação nos países vizinhos. Joaquim Chissano aproveitou a oportunidade para manifestar o seu apoio à luta do povo sul-africano pela liberdade, democracia e justiça e exigiu a retirada imediata e incondicional das tropas da África do Sul de Angola e a concessão da independência à Namíbia com base na resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Entretanto, cerca de dez mil moçambicanos correm risco de vida por falta de assistência médica e alimentar, na sequência da decisão da Cruz Vermelha de suspender a distribuição aérea de auxílio às populações devido às actividades terroristas da Renamo.

Peter Stocker, representante da Cruz Vermelha em Maputo, afirmou que está «a tentar obter garantias necessárias para retomar os voos logo que seja possível».

Segundo funcionários daquela organização, os voos foram suspensos em 24 de Dezembro, podendo afectar cerca de trinta mil pessoas dos 50 centros de refugiados localizados no interior de Moçambique, inacessíveis por terra.



As armas capturadas no campo de batalha, ontem como hoje, não deixam dúvidas quanto ao papel dos EUA e da África do Sul na guerra não declarada movida contra Angola.

Simpósio internacional dedicado ao 70.º aniversário da Revolução de Outubro

O mundo actual visto pelos comunistas

problemas da paz e do socialismo
revista internacional
revista dos partidos comunistas e operários

Internacional

Haiti em vésperas de eleições

O Haiti volta às urnas no próximo domingo, dia 17, num clima de extrema tensão e ensombrado pela memória do terrível massacre perpetrado pelos «Tonton-Macuts» na tentativa de escrutínio de 29 de Novembro passado.

A poucos dias das eleições, o conselho eleitoral provisório decidiu excluir oito dos candidatos à presidência do Haiti, por terem colaborado anteriormente com o ditador Duvalier. Segundo os observadores, trata-se de uma manobra para prevenir manifestações de descontentamento popular nas vésperas das chamadas «eleições gerais», que a oposição considera «uma farsa».

É que, como foi denunciado, entre os candidatos «aprovados» contam-se alguns altos ex-funcionários do tempo da ditadura. O que reforça a convicção das forças democráticas de que não é possível a realização de verdadeiras eleições livres no Haiti sem a demissão do general Namphy, pró-americano, e a formação de um governo provisório independente.

De salientar que um numeroso grupo de partidos políticos e organizações sindicais, religiosas e de defesa dos direitos do Homem, em conferência de imprensa conjunta, classificaram de «anticonstitucionais» as manobras pré-eleitorais do governo militar do general Namphy e declararam que considerarão nulos os resultados das «eleições» de 17 de Janeiro.

Inflação na Turquia

A taxa de inflação na Turquia atingiu, no final do ano passado, os 60 por cento, valor inédito e duas vezes superior às previsões anunciadas pelo governo.

O acréscimo da inflação ficou a dever-se, sobretudo, à grande subida registada em Dezembro (mais dez por cento), após as eleições antecipadas para o Parlamento.

A contenção artificial dos preços em vésperas de eleições, de que o governo tirou os respectivos dividendos políticos, resultou depois no seu brusco aumento nos últimos dias do ano, altura em que praticamente todos os produtos de maior consumo e dos serviços cresceram de 30 a 100 por cento.

Escândalo com a «Nestlé» no Peru

O governo do Peru decidiu aplicar sanções contra a empresa «Perulac», filial da multinacional suíça «Nestlé», acusada de ter retido nos seus armazéns mais de três milhões de latas de leite a fim de provocar a escassez do produto e consequentemente a sua subida de preço.

A decisão, anunciada pelo presidente Alain Garcia, foi tomada após as autoridades peruanas terem confiscado os três milhões de latas, que foram colocadas no mercado a preço fixo.

A «Perulac» foi ainda alvo de uma acção judicial, sendo provável que venha a ser forçada a vender parte das suas acções a peruanos; o governo de Alain Garcia pretende, com estas medidas, evitar casos futuros que atentem contra os interesses dos peruanos.

Inquérito aos «contras» exigido na Costa Rica

O Partido do Povo da Costa Rica (PPC) exigiu a instauração de um inquérito às acções ilegais desenvolvidas no país pelos «contras» nicaraguenses e personalidades a eles ligadas.

Em mensagem dirigida ao presidente Oscar Arias, o PPC faz notar que a intensificação das acções provocatórias e subversivas nas regiões nortenhas da Costa Rica faz parte integrante dos planos para sabotar o processo de regularização pacífica na América Central, de que Arias é um dos promotores.

Os «contras», refere o documento, pretendem provocar conflitos entre a Costa Rica e a vizinha Nicarágua, existindo a hipótese de virem a atacar uma das patrulhas fronteiriças costarriquenhas, apresentando depois esta acção como «um ataque do exército popular sandinista».

A mensagem do PPC protesta ainda contra publicações de carácter anti-sandinista divulgadas pela imprensa de direita no país, considerando que tal faz aumentar a tensão na América Central e impede a implementação do Plano Arias para a paz na região.

Guerra do Golfo afecta marinha mercante

Cerca de 450 navios de carga foram alvejados ou afundados no Golfo Pérsico nos últimos seis anos, revelou o «Pravda», citando números da companhia de seguros britânica «Lloyds». Só no ano passado foram atingidos 178, tendo morrido 108 marinheiros. O ano de 1987 foi também o que registou maior concentração de navios de guerra ocidentais, cuja presença é justificada para «garantir a segurança da navegação».

Não parar na via do desarmamento

• Carta de Honecker a Kohl

«Não podemos interromper o processo de limitação dos armamentos e do desarmamento. É bem evidente a sua vantagem, nomeadamente para os povos de ambos os Estados alemães» — uma afirmação inserida na carta dirigida por Honecker, secretário-geral do PSUA, ao chanceler da RFA, Helmut Kohl, e que sintetiza a sua razão de ser.

A carta de Honecker vem na continuidade do diálogo mútuo «acerca da contribuição dos dois Estados alemães para uma efectiva limitação dos armamentos e para o desarmamento».

Sublinhando antes do mais «a contribuição concreta dada também pelos dois Estados alemães», para a assinatura do tratado sobre a liquidação de mísseis de médio e curto alcance, Honecker começa por se referir à necessidade de empenho comum na entrada em vigor do tratado assinado por Gorbatchov e Reagan, e de definitiva renúncia a quaisquer medidas de «compensação».

O fundamental da carta ao chanceler da RFA centra-se na necessidade de avançar com novas medidas de limitação de armamentos e de desarmamento.

«Certamente compartilhamos o desejo de que se materializem as possibilidades, indubitavelmente acrescidas, de conseguir outras medidas de desarmamento» — diz Honecker — realçando a opinião comum de que o tratado assi-

nado na Cimeira em Washington não só coloca sinais prometedores, mas abre um capítulo completamente novo do desarmamento — o da redução de armas, irrevogável e mutuamente acordada. Neste sentido já nos pronunciáramos durante as conversações em Bona tanto em favor da redução das armas estratégicas ofensivas em cinquenta por cento como também em prol da observância do tratado ABM.

«O mesmo no que se refere a primeiros passos verificáveis no caminho rumo à cessação global dos testes nucleares».

Outras questões profundamente actuais dos processos de desarmamento, são igualmente abordadas por Honecker, na perspectiva de «englobar sem demora outros campos no processo de desarmamento na Europa».

O dirigente da RDA refere-se, concretamente, à redução de armas nucleares táticas, em conjunto com reduções das Forças Armadas e armamentos convencionais na Europa. A renúncia mútua à modernização de alguns sistemas de armas de curto alcance, o que abriria caminho a novos passos que conduziram «por meio do desarmamento, à eliminação de assimetrias e a outras opções zero». A novas medidas de desarmamento convencional e fomentadoras de confiança e segurança.

Numa referência particular às armas químicas, afirma-se na carta de Honecker: «A República Democrática Alemã e a República Federal da Alemanha manifestaram repetidas vezes o seu interesse premente na conclusão, em breve, de um acordo sobre a proibição global e eficazmente verificável do desenvolvimento, da produção, do armazenamento e utilização de armas químicas. Devíamos fazer todo o possível a fim de impedir que um acordo alcançável seja posto em perigo pelo início da produção de armas químicas qualitativamente novas. Conto com uma atitude do governo da República Federal que, sobretudo, não permita a armazenagem de

novas armas químicas no seu território».

Em França

Erick Honecker deslocou-se entretanto a França, numa visita oficial de três dias, a convite do presidente francês, François Mitterrand.

É a primeira vez que um chefe de Estado da RDA visita a França.

A visita assumiu também particular relevo porque objectivamente se insere num momento em que se abrem perspectivas de desanuviamento e possibilidades de se desencadearem novos processos de desarmamento. Que contam entretanto com resistências a não menosprezar. E na Europa essas resistências manifestam-se mesmo particularmente em Paris.

No decurso da visita, o presidente francês rejeitou uma proposta avançada por Honecker para uma nova iniciativa de redução de armas nucleares de curto alcance na Europa.

À sua partida da capital francesa, o dirigente da RDA declarou que a sua visita oficial a França «contribuiu para um clima de desanuviamento, de confiança e de boa vizinhança».

Relações internacionais e «perestroika»

Entrevista de Gorbatchov à «Liaowang»

«A China é um vizinho nosso e sentimos satisfação com a cooperação mutuamente vantajosa que vem ganhando força nos campos da economia, da cultura, da ciência, da educação e do desporto. As conversações soviético-chinesas sobre a fronteira tiveram um início bem sucedido. Está a ser estabelecido o diálogo político. Um encontro soviético-chinês de alto nível poderia ser, em nossa opinião, o seu desenvolvimento lógico. Pelos vistos sente-se essa necessidade objectiva tanto de um lado como do outro. Estamos convictos de que indo ao encontro uns dos outros, é possível encontrar soluções mutuamente aceitáveis» — esta uma sucinta apreciação das relações soviético-chinesas e das perspectivas que lhes estão abertas, inseridas numa entrevista concedida por Gorbatchov à revista chinesa «Liaowang», neste mês de Janeiro.

Nesta entrevista, o secretário-geral do PCUS avança com alguns balanços genéricos do momento actual. No plano internacional. E ao nível das transformações do socialismo na URSS.

«O ponteiro afastou-se um pouco do traço perigoso, embora ainda seja cedo para falar do começo de uma contagem de tempo absolutamente diferente», diz Gorbatchov, referindo-se à actual realidade internacional e em particular aos resultados da cimeira realizada em Washington. E sublinha:

«Diversos factores desempenharam aqui o seu papel. E entre eles estamos, evidentemente, no direito de

destacar o contributo do socialismo mundial para o despertar do impulso para o saneamento e a normalização das relações internacionais de toda a Humanidade, um contributo que está directamente ligado às profundas mudanças, à «perestroika» e à renovação — a tudo o que distingue presentemente o desenvolvimento da sociedade socialista. É justamente o socialismo que propõe uma alternativa — a perspectiva da construção de um mundo sem armas de destruição massiva — à obsoleta e perigosa concepção da contenção nuclear».

Em breve síntese sobre os progressos e problemas da

«perestroika», Gorbatchov realça, como orientações-chave «a democratização e a reforma económica radical».

«Aproveitámos os 70 anos da Grande Revolução Socialista de Outubro — diz — para avaliar o nosso passado a todos os níveis, tirar lições dele e compreender a «perestroika» como uma etapa natural do desenvolvimento, que está ligado à passagem a formas modernas de organização da sociedade socialista. Sem dúvida que houve e haverá dificuldades. Muitas delas são fruto das contradições do período inicial da «perestroika», com o seu carácter transitório».

Do balanço se passa para as perspectivas.

«Agora a «perestroika» entrou numa nova etapa.

Teremos de fazer as empresas passarem a um regime de funcionamento compensador, de autofinanciamento e autogestão, e reconstruir de forma condizente as relações entre todos os elos do sistema económico.

«Estas transformações são do interesse de uma massa enorme de pessoas e de praticamente todos os trabalhadores. Elas têm directamente a ver com uma ruptura das noções deformadas que foram surgindo do socialismo, como uma espécie de sociedade absolutamente igualitária. Por isso, só há um caminho a seguir para realizar o planeado — o da integração directa das amplas massas na direcção, na tomada de decisões e no controlo».

Saudação ao PC argentino

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista da Argentina um telegrama de felicitações por ocasião «do 70.º aniversário do Partido de gloriosas tradições de luta».

Na sua mensagem, o CC do PCP expressa aos camaradas argentinos as «saudações fraternais dos comunistas portugueses» e deseja-lhes «os melhores sucessos» na sua luta.

Internacional

Armas químicas

Um novo passo no desarmamento?

Reuniu-se em Genebra o comité especial para as armas químicas da Conferência das Nações Unidas para o Desarmamento, para preparar a próxima sessão desta Conferência, que se inicia dia 2 de Fevereiro. O presidente do comité especial, o sueco Rolf Ekeus, manifestou o seu optimismo, considerando possível a conclusão ainda este ano de um tratado universal sobre a proibição deste tipo de armas.

Uma possibilidade que se prende à própria dinâmica política impressa na via do desarmamento, com a cimeira de Washington e a assinatura do primeiro tratado de desarmamento — a liquidação dos euromísseis. Uma possibilidade com o seu próprio caminho aberto dado o avanço já registado nas negociações passadas.

Mas nem tudo, neste momento, são razões de optimismo. Há que realçar também, nestes complexos processos de desarmamento, as dificuldades, em síntese, as resistências do imperialismo, aliás na lógica da própria perspectiva de classe.

EUA e França novas armas químicas

Na Primavera passada, quando da adopção da lei da programação militar para 1987-1991, as autoridades francesas anunciaram a sua intenção de equipar as Forças Armadas com munições químicas. O pretexto invocado é o clássico: dotar-se de uma «capacidade dissuasiva» para fazer face à «esmagadora superioridade soviética».

Um pretexto que, como é aliás normal, nada tem a ver com as realidades. E menos

ainda com a grande ofensiva desenvolvida pela comunidade socialista e pela União Soviética, para inverter a lógica do relacionamento internacional, para desarmar.

Em relatório apresentado em Novembro de 1987 por um membro da União da Europa Ocidental, Stokes, afirmava-se inequivocamente a existência de uma paridade global dos stocks soviéticos e americanos de armas químicas. Cerca de 300 000 toneladas de munições carregadas de substâncias tóxicas.

Entretanto, a 16 de Dezembro passado, os EUA anunciaram oficialmente a sua decisão de lançar a produção de uma nova geração de armas químicas — as binárias, mais fáceis de armazenar e de manipular, e tão perigosas como as já existentes.

Os factos

Recentemente, o semanário «Time» divulgou elemen-

tos concretos sobre o fabrico das armas químicas binárias.

«O enchimento dos projecteis com o componente principal realiza-se no complexo militar em Pine Bluff (Estado de Arkansas)» — informa a revista. — «A segunda parte constituinte, ou seja, o álcool ordinário, é inserida noutra secção do projectil na base em Shreveport (Estado de Louisiana)».

Durante o voo, os dois componentes, relativamente seguros em separado, misturam-se, formando uma substância química mortífera, de acção paralisante sobre o sistema nervoso.

Ao mesmo tempo, ainda segundo o semanário «Time», elaboram-se no Exército dos EUA programas de manejo das cargas binárias para a escola de guerra química em Fort McClellar (Estado de Alabama).

De acordo com dados da Associação química norte-americana, os EUA dispõem de uma quantidade de armas químicas capaz de aniquilar um número de pessoas cinco mil vezes superior ao número da actual população do planeta.

De salientar ainda que esta categoria de armas se aproxima — pela própria doutrina da sua utilização e pelos seus efeitos — às armas nucleares táticas.

A produção assim encetada — ao arpejo das negociações de Genebra — de armas binárias, não se destinaria apenas a ser armazenada nos EUA. A secretaria de Es-



Armas químicas — as experiências com coelhos, para depois fazer dos homens suas vítimas. Estão hoje abertas possibilidades para liquidar este tipo de armas



Jovens estudantes franceses — exigem mais dinheiro para o ensino e menos para armas. Ao lado dos EUA, a França aposta ainda no fabrico de armas químicas

tado da Defesa norte-americana não esconde intenções de instalar estas armas na Europa ocidental.

Nessa sua pretensão não terá entretanto o caminho facilitado.

Não por acaso o ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Genscher, condenou publicamente o fabrico

de armas binárias iniciado pelos Estados Unidos, comentando aos jornalistas que «a humanidade não precisa do aperfeiçoamento das armas químicas, mas antes da sua mais rápida possível proibição».

É ainda o «Time» que informa que «várias personalidades oficiais da NATO admitiram que a instalação de

armas químicas no território oeste-europeu irá provocar grandes protestos da opinião pública».

Uma opinião pública que já demonstrou a sua importância e o seu peso no processo que conduziu ao tratado de destruição dos mísseis americanos e soviéticos de médio e mais curto alcance na Europa.

Perspectiva e obstáculos

O que neste momento se está a passar em termos de debate e de iniciativas para a interdição e destruição do armamento químico, pode ser considerado um exemplo de como se desenvolvem os processos de desarmamento. Quem lhes levanta obstáculos. Quem assume iniciativas. Como se chega aos necessários consensos.

O «dossier» da interdição e desmantelamento dos arsenais de armas químicas, que há meses vem sendo negociado em Genebra, por representantes de 45 países, já venceu quase todos os obstáculos. Os que restam, entretanto, impedem de facto, qualquer acordo eficaz e decisivo. E são obstáculos levantados pelos Estados Unidos.

Boa parte das cláusulas da futura convenção internacional de proibição de armas químicas já foi ajustada no Comité de Desarmamento da ONU.

Os limites da proibição, que deverá ser universal, foram determinados. Os Estados signatários não poderão elaborar, produzir, adquirir, armazenar ou conservar armas químicas, nem tão-pouco empregá-las ou fornecê-las a quem quer que seja, devendo ser destruídos não só os arsenais acumulados mas também a base industrial de fabrico.

Estão acertadas as estruturas, a composição e os poderes dos organismos de controlo, bem como as funções das organizações internacionais que terão a cargo a observância dos com-

promissos decorrentes da convenção pelos países signatários.

A convenção deverá prever medidas muito especiais de controlo, na destruição dos arsenais químicos. Nas instalações de destruição de armas químicas deve haver sempre vários controladores internacionais. Esta proposta foi aceite por todas as delegações.

O controlo da produção de substâncias químicas proibidas pela convenção mas necessárias para verificar a eficiência dos meios de protecção, fabricar medicamentos ou preparar produtos químicos para a agricultura e outros fins, deve ser rígido, constante e eficaz. A produção dessas substâncias químicas será autorizada em empresas especiais e limita-

da a uma tonelada por ano. Deverá haver sempre inspectores internacionais nessas empresas, controlando a produção, as quantidades e os fornecimentos.

Tal é a posição da maioria dos países, menos dos Estados Unidos.

Os obstáculos

Há dois obstáculos à conclusão de um acordo que levará à destruição de toda uma categoria de armas de destruição maciça. E estes dois obstáculos são levantados pelos Estados Unidos. Por um lado, os norte-americanos só admitem inspeções irrecusáveis «in loco» em fábricas estatais; e, por outro lado, afirmam não prescindir das armas binárias — cuja produção oficialmente agora reiniciaram — alegando que os componentes destas, enquanto separados, são inócuos.

Tal argumentação é completamente falha de bases.

• Por um lado, nos EUA, são privadas quase todas as fábricas onde as armas químicas são produzidas.

• Por outro, as armas binárias não o são menos por os seus componentes puderem ser mantidos separados antes da sua utilização.

Assim as posições assumidas pelos EUA são inaceitáveis pois significariam que continuava a haver armas

químicas — mas só nos Estados Unidos e outros países capitalistas!

Há ainda um outro facto a considerar ao apreciar a posição assumida pelos EUA. Os EUA não só produzem e armazenam as armas químicas. Também as utilizam, nomeadamente através de terceiros. Mas sobretudo já as utilizaram directamente e de forma maciça. Foi no Vietnam.

Durante a guerra do Vietnam, os EUA dispersaram 75 mil toneladas de produtos químicos destinados a matar a vegetação, para melhor conduzir a guerra contra a guerrilha dos patriotas vietnamitas. Foram os famosos «desfolhantes», incluindo o «agente laranja», comportando dioxina, veneno sintético extremamente tóxico, cuja fuga provocou a tristemente célebre catástrofe ecológica em Seveso, na Itália.

As vítimas do «agente laranja», (entre as quais se contam também pelo menos 15 mil soldados norte-americanos) viram o seu aparelho hereditário afectado, para além de aberrações cromossómicas específicas, o que levou ao aparecimento de deformações congénitas sem precedentes.

Os estudos mostram também que a dioxina é igualmente capaz de deprimir o sistema imunitário do homem

tal como o vírus «HIV» da SIDA, e que ela permanece activa durante pelo menos 100 anos.

Chikani e Tchapaievsk

No esforço continuado de derrubar barreiras no caminho da liquidação das armas, a União Soviética respondeu à única condição que Washington definia como «obstáculo decisivo», as inspeções «in loco».

Na primeira semana de Outubro, elementos das 45 delegações que negociam em Genebra e jornalista de vários países visitaram as instalações militares químicas de Chikani, na região de Saratov, no Volga. Aliás, já antes tinha ocorrido uma visita do mesmo género de congressistas e jornalistas norte-americanos ao radar de Krasnoiarsk.

Visitas com o mesmo carácter foram efectuadas por soviéticos a instalações congêneras no mundo capitalista, nos Estados Unidos, na Alemanha Federal e uma outra terá lugar ainda na Grã-Bretanha.

Em Abril último, Gorbachov havia anunciado em Praga que a URSS cessara o fabrico de armas químicas e iniciara a construção de uma fábrica com a função especial de destruir de forma

absolutamente limpa esse tipo de armamento. Tal fábrica está já em fase avançada de edificação, e situa-se nas imediações de Tchapaievsk, também no Volga.

Em Chikani, foram apresentados aos especialistas militares praticamente todo o tipo de munições que compõem o arsenal químico soviético. Os convidados puderam também assistir à demonstração do funcionamento de uma unidade móvel de destruição de munições químicas. A fábrica de Tchapaievsk é um novo passo em frente. Na previsão do acordo de liquidação de armas químicas, os soviéticos vão ainda ensaiar todos os projectos técnico-científicos de tecnologias de destruição de armas químicas que, depois, serão empregues na construção de outras instalações do mesmo género.

Após a destruição dos «stocks», a fábrica de Tchapaievsk será convertida numa empresa química normal.

Sinal empolgante dos tempos que vivemos: a ciência e a tecnologia ao serviço da destruição de armas. Um facto que importa salientar sem escamotear que o mais importante, o decisivo, é a acção política. Por parte da comunidade socialista. Ao nível das lutas de massas e povos em todo o planeta.

Internacional

Médio Oriente

Israel aumenta repressão nos territórios ocupados

Pela terceira vez no curto espaço de um mês as autoridades israelitas reforçaram a sua presença militar nos territórios árabes ocupados, onde a tensão continua a aumentar na razão directa do número de vítimas mortais da repressão.

A semana iniciou-se com uma greve comercial e de trabalho de três dias, assinalada com a morte de mais um jovem palestino e ferimento de outros, desta vez às mãos de colonos judeus, segundo a própria rádio de Israel. Mais dois palestinianos morreram entretanto na sequência de ferimentos graves provocados pela violência das tropas de ocupação.

Declarada como «zona militar», a Faixa de Gaza, tal como os aglomerados populacionais da Cisjordânia, onde foi imposto o recolher obrigatório, transformou-se num campo de batalha onde os israelitas atacam com tanques e helicópteros homens, mulheres e crianças que como armas têm apenas pedras e a sua imbatível vontade de conquistar o direito a uma pátria livre e independente.

Segundo as agências noticiosas, as autoridades israelitas multiplicam as medidas repressivas, declarando zonas militares encerradas as regiões dos campos de refugiados palestinianos e lançando mão a legislação que data de 1948 (da administração britânica) e que prevê a detenção «administrativa» por períodos de seis meses, renováveis, sem julgamento. Para além disso, o exército de ocupação começou a atacar as manifestações da população árabe com substâncias tóxicas lançadas por helicópteros, o que leva as grávidas a abortar, provoca ferimentos na pele e pode mesmo levar à morte.

A gravidade da situação levou o Conselho Central da Organização de Libertação da Palestina (OLP) a lançar um apelo à protecção urgente dos palestinianos dos terri-

tórios ocupados, enquanto o responsável da ONU para os direitos do povo da Palestina, em carta enviada a Perez de Cuellar, exortava as Nações Unidas a tomar medidas com vista a garantir

os esforços para a convocação de uma conferência Internacional sobre a paz no Médio Oriente.

Na sua missiva, aquele responsável da ONU insurgiu-se contra a violação perpetrada por Israel sobre a população civil dos territórios ocupados e contra a decisão daquele país de deportar líderes palestinianos para a Jordânia.

Recorda-se que são nove os palestinianos sujeitos a deportação, acusados e condenados por protestarem contra as arbitrariedades israelitas. Aqueles presos, ainda presos à espera da exe-

detidos mais de mil palestinianos.

Americanos condenam

As reacções internacionais a esta situação continuam entretanto a fazer-se sentir, pressionando Israel a modificar a sua criminosa política nos territórios ocupados.

Em Londres, o secretário de Estado britânico para os Negócios Estrangeiros, David Mello, apela em artigo publicado no Daily Telegraph para que Israel aceite a realização da conferência de paz.

Entretanto, nos EUA, uma sondagem divulgada pela revista Time revela que a

cento dos inquiridos declaram que Israel recorre ao emprego injustificado da força contra os manifestantes palestinianos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia e a maioria considera racista a política praticada por Israel nos territórios ocupados. Apenas dez por cento dos inquiridos apoiam a política do governo israelita nesta matéria.

As contradições provocadas pelo agudizar desta crise são, entretanto, cada vez mais visíveis no seio dos responsáveis israelitas. Enquanto o ministro da Defesa, Isaac Rabin (trabalhista), defende que se continue «a determinação e o uso da força», embora reconhecendo que o levantamento nos territórios «exprime o desespero e a frustração proveniente da falta de uma solução para o problema palestiniano», o primeiro-ministro, Yitzhak Shamir, pretende ser possível uma solução sem os palestinianos.

Em entrevista à televisão francesa, Shamir declarou que a solução do problema palestiniano passa por um acordo de autonomia durante um período de transição de cinco anos, após o qual Israel estaria disposto a negociar «um estatuto permanente» para os territórios ocupados.

Recusando negociações com a OLP, Shamir reconheceu não haver «nenhuma justificação» para que os palestinianos continuem a viver, depois de 40 anos, em campos de refugiados e em condições que classificou de «teríveis».

Não se pode dizer que seja uma proposta séria de resolução do problema, mas é certamente o reconhecimento da necessidade imperiosa de o resolver.



A violência israelita contra os palestinianos faz agravar a tensão que se vive nos territórios árabes ocupados.

a segurança dos habitantes da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, a impedir a sua deportação e a activar

ção da sentença, declararam uma greve de fome.

Ao todo, estima-se que só no mês de Dezembro foram

maioria dos norte-americanos condena a repressão e a violência de Israel. Na sondagem, cinquenta e um por

América Latina

Desrespeito pelos direitos humanos

Mais de 115 mil casos de grossa violação dos direitos do homem foram registados no Chile, nos últimos seis anos — denunciou Andres Dominguez, coordenador da Comissão Chilena para os Direitos do Homem, ao intervir num simpósio internacional sobre o tema realizado recentemente em Santiago.

O encontro, que as autoridades chilenas não se atreveram a proibir, contou com a participação de juristas da Bélgica, Holanda, França, Espanha e Itália, e foi um verdadeiro fórum de acusação dos crimes cometidos pelo regime fascista de Pinochet.

De acordo com Andres Dominguez, de Março de 1981 a Novembro de 1987 foram assassinadas no país 394 pessoas, vítimas do terror dos órgãos repressivos do regime e dos bandos de ultra-direita por ele apoiados. No mesmo período, cento e três mil pessoas foram detidas ilegalmente e mais de um milhão de opositores condenados ao exílio.

Ao intervir numa conferência de imprensa sobre o encontro, o ex-primeiro-ministro

francês, Laurent Fabius, afirmou que a realidade chilena se caracteriza por violações gritantes dos direitos humanos. No Chile, disse, não acabam os assassinios e torturas de elementos da oposição, as ameaças e a chantagem às forças democráticas do país, sindicatos, meios eclesásticos, redacções dos jornais.

Na ocasião, o político francês exortou os governos dos países ocidentais a exigirem a libertação dos presos políticos no Chile e o respeito pelos di-

reitos do homem.

Recorda-se que ainda há dias o Conselho de Assuntos Hemisféricos (CHOA), um organismo independente que estuda as questões da América Latina e tem a sua sede em Washington, divulgou um relatório onde se afirma que os governos do Chile, Colômbia e El Salvador foram os que, no ano de 1987, maiores infracções cometeram contra os direitos humanos.

De assinalar que no referido documento os «contras» nicaraguenses são apontados como os maiores violadores dos direitos do homem na América Latina, no ano passado, tendo morto cerca de mil pessoas e atacado objectivos civis como escolas, cooperativas, centros de saúde e outros serviços comunitários.

Para que não esqueça, os «contras» são os mesmos que o presidente dos EUA,

Ronald Reagan, costuma classificar de «combatentes da liberdade». E Pinochet, no Chile, continua a ser para a Casa Branca um aliado, apesar de cada vez mais incómodo.

Assassinio na Colômbia

Na Colômbia, outro dos países assinalados no relatório do CHOA, mais um vereador da União Patriótica foi assassinado no passado domingo.

Arsesio Valencias Arias, que segundo a polícia foi atingido a tiros de pistola e revólver por dois indivíduos, foi o segundo militante da UP a ser assassinado nos primeiros dez dias deste ano.

Desde a sua formação, em 1985, mais de 500 dirigentes e militantes da União Patriótica foram assassinados, in-



cluindo o respectivo presidente, Pardo Leal, sem que as autoridades colombianas tenham tomado medidas eficazes para pôr cobro à actividade terrorista das organizações para-militares que actuam à sombra dos círculos militares mais reacçãoários.

ANO 28 - Nº 14 - 212 - COPIAS DE 100 - PREÇO: 1000
Publicação de todos os meses - UNIVOS!

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Os assalariados agrícolas de Alpiarça, Almeirim, Fazendas de Almeirim e Benfica do Ribatejo, num total de cerca de 6000 trabalhadores, estiveram em greve pela conquista de maiores jornas.

Primeiro foram os de Alpiarça, que depois de uma larga discussão decidiram não pegar no trabalho por menos de 140\$00 por dia. A greve começou em 26/11 com uma concentração de cerca de 150 trabalhadores na Casa do Povo, apoiando uma Comissão eleita para discutir com a Direcção. No mesmo momento a palavra de ordem para a greve era dada de rancho em rancho por delegados eleitos e apoiada por um documento explicativo das razões e justiça da luta.

No dia 27, em nova concentração com cerca de 200 assalariados, a Comissão conseguiu falar com o presidente da Casa do Povo, que foi obrigado a convocar os lavradores para uma reunião com os trabalhadores. Novas concentrações nos dias 28 e 29, com centenas de trabalhadores apoiando sempre a Comissão nas suas discussões com os lavradores, que acabaram por ter de aceitar a jorna de 140\$00 para os homens e 70\$00 para as mulheres, isto é, um aumento de 40 e 20 escudos respectivamente.»

(«Greves vitoriosas» — «Avante!», VI Série, n.º 461, Janeiro 1974)

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«A reunião, em Moscavide, de 250 democratas num jantar comemorativo do 1.º de Dezembro em que foram objecto de discussão a repressão, as torturas aos presos políticos, os próximos julgamentos de antifascistas, a guerra colonial e a subida do custo de vida; a realização de uma assembleia democrática no distrito de Braga com a participação de 71 democratas que debateram os futuros caminhos da acção democrática no distrito; a realização de uma reunião de 20 democratas em Lisboa com o objectivo de revitalizar a CDE — contam-se como algumas iniciativas recentes do movimento democrático. Mas a actividade democrática, nos últimos três meses de 1971, teve como aspecto central a luta contra a repressão.

Neste campo, merece um destacado relevo a contribuição dada para as manifestações populares de 18 de Dezembro, em Moscavide, e de 19 de Dezembro, em Sacavém, nas quais participaram milhares de pessoas.»

(«Na batalha pela liberdade» — «Avante!», VI Série, n.º 437, Janeiro 1972)

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Ainda em Dezembro e integrada na Campanha de Solidariedade de Natal aos presos políticos, mais de 300 democratas se deslocaram a Peniche, traduzindo de maneira concreta a sua total solidariedade para com as vítimas da repressão e fazendo sentir aos presos a calorosa fraternidade de todos os democratas.

Sete camionetas e automóveis dirigiram-se para Peniche, de vários pontos do País, transportando as pessoas com as ofertas para os presos políticos.

Durante a tarde concentraram-se em frente da fortaleza, acenando e levantando os braços, gritando «Liberdade», «Amnistia» e cantando «Avante, camarada» e outras canções. O calor e a emoção desta manifestação irmanou os democratas e os presos.

Uma força de polícia de choque, estacionada em Peniche desde a véspera, interveio e intima os presentes a partir, encontrando resistência. Mais tarde os democratas voltam a concentrar-se junto do Forte. À partida, as excursões abandonam Peniche gritando em coro. (...)»

(«Duas importantes acções» — «Avante!», VI Série, n.º 437, Janeiro 1972)



Palestina

SOS à Humanidade

Para o milhão e meio de palestinianos que vivem na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, ocupados por Israel desde 1967, data da chamada «guerra dos seis dias», os últimos vinte anos nunca foram de paz. E se a situação que se vive actualmente, marcada por tal violência que ninguém tem o direito de ficar indiferente, inscreve dia a dia na História da Palestina novos mártires na luta pelo direito inalienável de um povo à sua pátria, isso significa tão-só que a força das armas israelitas não consegue, como não conseguiu nem conseguirá, pôr-lhe termo.

Com o seu enorme potencial bélico, obtido graças ao sempre presente apoio norte-americano, Israel conseguiu implantar nos territórios ocupados colonatos judeus e impor à população árabe um domínio colonialista que cada vez se assemelha mais a um regime de *apartheid*. Mas não logrou, nunca, acabar com a resistência palestinianiana.

Após um mês de intensos confrontos, durante os quais, segundo as próprias autoridades israelitas

foram detidos dois mil palestinianos, mortos mais de duas dezenas, feridos muitos mais e condenados nove a expulsão, a população árabe dos territórios ocupados continua disposta a prosseguir a luta através dum movimento de «desobediência civil não violenta», desenvolvendo progressivamente um boicote aos produtos israelitas, entre outras acções. Bem pode o primeiro-ministro de Israel, Isaac Shamir, clamar que o seu país não abandonará «nunca» a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, fazendo da História uma leitura que atribuiu aos judeus o direito àquela terra e não reconhece aos palestinianos sequer o direito de existir! A tese encontra entre os israelitas cada vez mais opositores, como o demonstram as declarações recentes de Abba Eban, presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e de Defesa do Parlamento. Eban acusou abertamente Shamir de não oferecer nenhuma solução para o futuro dos palestinianos e de se estar a fazer eco de um sentimento «de superioridade étnica contrária ao judaísmo e ao sionismo clássico».

O que significa, no mínimo, que os israelitas

começam a entender que não haverá paz no Médio Oriente sem que seja resolvida a questão palestinianiana, e que essa resolução passa não pela força das armas, mas sim por soluções políticas. O mesmo princípio é válido para o sul do Líbano, alvo permanente de ataques israelitas, peça igualmente da questão palestinianiana, agravada por problemas internos que Israel tem aproveitado em seu proveito, sem que contudo o propalado desejo de segurança se tenha por isso resolvido. A guerra, com todas as suas consequências, tornou-se um preço demasiado pesado também para a população israelita. As aspirações hegemónicas e expansionistas do imperialismo norte-americano e dos sionistas têm sido o principal obstáculo à paz no Médio Oriente. Conscientes disso, diversos governos, organismos internacionais e movimentos de opinião exigem a realização de uma conferência internacional sobre o assunto. Os entraves colocados à sua realização, em particular pelos EUA, terão de ser ultrapassados. Cada adiamento é uma sentença de morte para mais uns quantos palestinianos e um ultraje à Humanidade. ■

RADIO- DIFUSÃO

Projecto do PCP

Pela igualdade, pelo pluralismo pela transparência de processos

Depois de ostensivamente manifestar o seu desprezo pelo acatamento da Lei

Quadro do Licenciamento de Estações Emissoras de Radiodifusão — num intolerável acto de rebeldia institucional — o Governo apresenta amanhã na Assembleia da República uma proposta de lei de radiodifusão na qual se definem apenas as regras gerais para a sua actividade, deixando para posterior decreto-lei governamental toda a matéria que diz respeito ao regime de licenciamento. Por outras palavras, o Governo guarda para si a exclusiva responsabilidade sobre matérias que dizem respeito ao espectro radioeléctrico, evidenciando assim um conceito de uso e posse que afronta disposições constitucionalmente consagradas no Texto Fundamental.

Entendimento bem diverso têm os projectos de lei apresentados pelo PCP e pelo PS, para os quais o que está em causa é a possibilidade de numa mesma lei contemplar o dois problemas relativos à radiodifusão.

O primeiro, recorde-se, refere-se à definição das condições gerais do exercício da actividade de radiodifusão, o que comporta saber quais os seus fins, a definição do serviço, normas gerais sobre organização das empresas nos domínios da programação e informação, direitos quer de particulares quer de entidades colectivas (direito de antena e de resposta), formas de responsabilidade e respectivo regime sancionatório e processual.

Num outro plano, está o exercício em concreto da actividade de radiodifusão, como seja o regime de licenciamento, designadamente, quem pode exercer a actividade e em que condições, a existência de concursos públicos, quais as entidades fiscalizadoras da actividade, etc.

Conhecer as diferentes posições que a partir de amanhã estarão em confronto no debate na Assembleia, eis, pois, a possibilidade que desde já se oferece ao leitor no trabalho que a seguir publicamos.

«Ao contrário da proposta do Governo, o projecto de lei do PCP não é um projecto contra ninguém ou a favor de alguém especificamente. É um projecto democrático que se pauta pelas normas de igualdade de tratamento e de não discriminação, pela defesa intransigente do pluralismo de opiniões e pela transparência de processos.» Em síntese, foi com estas palavras que o deputado comunista Jorge Lemos definiu para o «Avante!» o conteúdo fundamental do projecto de lei do PCP sobre radiodifusão, um projecto aberto e consensual que resulta, como nos adiantou, de um «amplo diálogo» com profissionais do sector, com representantes de rádios locais e variadíssimas outras entidades e que poderá vir a ser melhorado no debate na especialidade na Assembleia da República.

Mas comecemos então pelo princípio desta história, mais concretamente pelo início da década de 80, altura em que o PCP foi um dos primeiros partidos a bater-se pela aprovação de uma lei de radiodifusão, apresentando para o efeito iniciativas legislativas com vista a «pôr cobro à actual indefinição — as palavras são já de Jorge Lemos — e a dar cumprimento aos comandos constitucionais em matéria de comunicação social».

Os textos então apresentados, segundo nos foi dito, procuraram sempre harmonizar as normas constantes da lei de imprensa e a experiência recolhida ao longo de sucessivos anos de trabalho, sendo também de realçar que a própria Assembleia aprovou em 1979 uma Lei da Rádio a qual, no entanto, nunca viria a ser promulgada, mantendo-se por isso o regime de indefinição que persistiu até agora.

Garantir o pluralismo

Neste contexto surge, pois, o projecto recentemente apresentado pelo PCP (em 19/11/87) no qual se procurou acolher as principais sugestões e críticas surgidas ao longo do debate que se tem vindo a realizar sobre a matéria, excluindo obviamente, aquelas que a serem aprovadas se traduziriam em disposições sem cobertura constitucional ou mesmo contrárias ao disposto na Lei Fundamental.

Quais são então, entrando já no seu conteúdo, os princípios mais relevantes a que obedece o texto apresentado pelo PCP? Desde logo resalta da sua leitura o facto da radiodifusão surgir como serviço público, solução que decorre, como nos foi

explicado, do texto constitucional, sendo em si própria uma garantia institucional de liberdade de expressão e informação e de pluralismo.

O projecto dá assim o devido relevo ao sector público de radiodifusão e prevê que o seu exercício por entidades não pertencentes ao sector público se efectue mediante alvará de licenciamento após concurso público que assegure o respeito pelos princípios de igualdade de acesso e não discriminação nos termos já constantes da lei em vigor.

Partindo dessa lei, afirma Jorge Lemos, acolhem-se um conjunto de disposições nela constantes, como sejam a rigorosa definição do conjunto de frequências disponíveis e sua publicitação, a existência de um conselho de rádio (tal como sucede com organismos de carácter idêntico e funções semelhantes em numerosos países da CEE) com intervenção determinante no processo de atribuição de frequências, a definição rigorosa de quem pode exercer actividades de radiodifusão (excluindo-se os partidos políticos, as organizações sindicais e patronais, as autarquias), prevendo ainda um regime que impeça a concentração monopolista das empresas e defendendo as empresas nacionais contra a invasão estrangeira.

Defender a língua

Quanto à fiscalização das actividades de radiodifusão, o projecto do PCP estabeleceu um regime em que tal função surge distribuída nos termos constitucionais e legais por vários órgãos (Assembleia da República, Governo, Tribunais, Conselho da Rádio e Conselho da Comunicação

Social), prevendo-se ainda disposições tendentes a defender a língua portuguesa e a produção de programas nacionais e a divulgação de música portuguesa ou de autores portugueses.

Nos seus artigos 18.º e 19.º, o texto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP define ainda com rigor o exercício da publicidade, estabelecendo-se nomeadamente tempos máximos por hora e por canal por forma a pôr cobro ao caos que nesse domínio também hoje se vive.

No tocante à liberdade de informação, procurou-se adequar, segundo nos garantiu o deputado comunista, a realidade específica da radiodifusão

às normas constantes da lei de imprensa e demais legislação que protege direitos e salvaguarda garantias dos profissionais de informação.

O direito de antena e o direito de resposta (nele incluindo o direito de réplica política dos partidos da oposição) são também garantidos no projecto do PCP através de normas próprias, prevendo-se por outro lado, noutro capítulo, garantias para os profissionais da rádio, nomeadamente o direito de recusa de participarem na emissão de programas que aten-

Apelo à rebeldia

Na anterior Legislatura, a maioria democrática então existente aprovou a Lei Quadro do Licenciamento de Estações Emissoras de Radiodifusão (lei n.º 8/87), diploma que o Governo de Cavaco Silva se tem, no entanto, sistematicamente recusado a cumprir.

Profundamente democrática — porquanto estabelece princípios que asseguram a igualdade de tratamento e a não discriminação das diversas entidades que pretendem exercer a actividade de radiodifusão —, a lei define com rigor as condições de utilização do espaço radioeléctrico (um bem do domínio público), prevendo a intervenção no processo de atribuição de frequências do Conselho da Rádio, acabando ainda com o regime de privilégios herdado do passado.

Ora acontece que é precisamente esta lei que o actual Governo se recusa a cumprir — numa postura inaceitável — argumentando para tanto que a lei não é do Governo mas da oposição.

Em face disto, não é de mais recordar que as leis são leis da República, vinculando por esse motivo todos os cidadãos e desde logo os órgãos de soberania, incluindo naturalmente o Governo.

Um apelo à rebeldia institucional e um mau exemplo do não respeito pelo funcionamento democrático do regime, eis, pois, a legítima conclusão a tirar da condenável postura do Executivo de Cavaco Silva. ■

tem contra os seus princípios éticos, morais e profissionais.

Nos seus 11 Capítulos, distribuídos por 77 artigos, o projecto define ainda entre outras, formas de responsabilidade e regras processuais e penais, prevendo-se igualmente a constituição do Museu da Rádio e da Fonoteca Nacional, entendidos como instrumentos que permitam preservar e conservar os registos históricos de interesse nacional.

Finalmente, importa ainda salientar que o texto consagra um regime transitório que assegura às actuais estações emissoras o direito de não verem a sua actividade cancelada antes da produção dos efeitos do primeiro concurso público para atribuição de frequências, princípio que de resto já consta da lei 8/87, actualmente em vigor, mas que por omissão poderia ser posto em causa se por acaso fosse aprovada a proposta governamental na sua redacção actual ■



Espaço radioeléctrico

Governo quer uso e posse sem dar cavaco a ninguém

Violando as disposições constitucionais que reservam à Assembleia da República a definição do quadro normativo em matéria de direitos, liberdades e garantias, o Governo sustenta na proposta de lei que elaborou sobre radiodifusão um conceito do espaço radioeléctrico que se pode considerar no mínimo inaceitável, entendendo-o como da sua exclusiva posse e uso.

Entre numerosos outros aspectos, este conceito surge assim como elemento clarificador da filosofia que norteou a feitura da proposta de lei do Governo, diploma cujo carácter nocivo se pode aferir quer pelo que diz quer pelo que não diz.

Começemos pelo que omite. A proposta de lei do Executivo de Cavaco Silva não diz, por exemplo, como é que se vai fazer o regime de licenciamento. O Governo quer assim reservar para si através de decreto-lei a definição desse regime tal como de resto consta do artigo 2.º da proposta.

A questão em causa não é de menores importância na medida em que se trata do regime segundo o qual as entidades podem ter acesso ao espaço radioeléctrico e respectivas condições. O silêncio do Governo deixa pois antever a tentativa de resolução casuística do problema em benefício logicamente dos lobbies que circulam na esfera governamental e que ao longo dos últimos anos não têm deixado de se fazer ouvir.

Operação de silenciamento?

Como segundo aspecto omisso na proposta de lei do Governo surge o facto de nada se adiantar relativamente ao que vai acontecer às rádios locais que estão neste momento a operar. Melhor: como nada se diz sobre esta matéria, mas em simultâneo se prevêem medidas sancionatórias para o exercício ilegal de radiodifusão, é de legitimidade supor que o que pode estar em causa é uma operação de silenciamento de todas as rádios locais ou, pelo menos, de todas aquelas de que o Governo não goste.

A ausência de informação sobre a

estrutura do mapa de frequências do espaço radioeléctrico nem sequer de qualquer referência quanto à obrigatoriedade do seu conhecimento público integral constitui por sua vez o terceiro aspecto das omissões contidas na proposta do Governo.

Nestas circunstâncias, como é óbvio, o Executivo é rei e senhor, cabendo-lhe o exclusivo da divulgação, no momento que entender oportuno, das frequências que quiser, ocultando tudo o restante. Esta omissão é considerada grave na medida em que não se pode conceber qualquer concurso para a atribuição de frequências sem que os concorrentes tenham pleno conhecimento das regras do jogo. A título de exemplo refira-se que de acordo com o regime previsto o Governo deteria a possibilidade de «guardar» um número qualquer de frequências que posteriormente atribuiria, como, quando e a quem entendesse, no momento que considerasse próprio.

Ao não prever a existência de um órgão independente e de composição plural que tenha papel determinante em todo o processo de gestão do espaço radioeléctrico — o conselho da rádio —, designadamente no que se refere às condições de acesso a frequências, concursos, etc., o Governo inscreveu na sua proposta de lei um quarto traço fortemente negativo. Ou seja e em suma, como referimos no início, o Governo tem do espaço radioeléctrico o conceito de um bem cujo uso e posse é da sua exclusiva responsabilidade, o que sem dúvida viola disposições constitucionais que reservam à Assembleia

a definição do quadro normativo de matérias como a que está em causa.

Importa ainda acentuar a alteração de posições entre o actual e o anterior governos, ambos dirigidos por Cavaco Silva. Enquanto na anterior legislatura o Governo apresentou na Assembleia uma proposta de lei (24/IV) sobre licenciamento, hoje, porque tem medo do debate público, quer resolver o assunto nos gabinetes através de um decreto-lei.

Limitar direitos

Quanto ao que o diploma diz, entre os seus aspectos mais negativos, destacamos em primeiro lugar a sua pretensão de limitar a valores perfeitamente inaceitáveis os direitos dos partidos, designadamente os partidos políticos da oposição, quer quanto ao direito de antena quer quanto

ao direito de réplica política às declarações do Governo prestadas através da radiodifusão.

Com efeito, para além da limitação dos tempos, a proposta comporta uma definição inconstitucional destes direitos, tentando limitá-los a apenas um dos canais do serviço público da radiodifusão. Acontece, porém, que a Constituição nesta matéria não oferece dúvidas: os direitos são exercidos na radiodifusão, independentemente da titularidade das empresas que exercem tal actividade.

Fortes críticas suscita por seu turno a proposta de verdadeiro caos publicitário que encerra a proposta do Governo ao não definir com rigor os contornos precisos, designadamente com a referência a hora de emissão e canal, em que podem ser produzidos «spots» publicitários. A fazer vencimento a proposta na sua actual redacção poderíamos ser confrontados com a situação absurda da quase ex-

clusiva emissão de «spots» publicitários nas horas de grande audiência, deixando para os chamados tempos mortos a não emissão de publicidade.

Como terceiro aspecto negativo, realçamos a insistência do Governo numa filosofia que visa degradar a qualidade dos serviços noticiosos a nível da radiodifusão, apontando para soluções como as constantes do Estatuto da Imprensa Regional, as quais, à partida, não asseguram o mínimo de qualidade profissional.

Por último, refira-se que a aprovação da proposta de lei do Governo implica explicitamente a revogação da lei n.º 8/87 — lei quadro do licenciamento de estações emissoras de radiodifusão — aprovada pela maioria democrática existente na anterior legislatura e que desde logo acolheu as opiniões favoráveis da quase totalidade das rádios locais de todo o País. ■

Pôr cobro ao caos

A constituição de estações de rádio a nível local — as chamadas rádios locais ou rádios livres — dá-se a partir do início da década de 80, altura em que se assiste a uma verdadeira explosão de projectos individuais e colectivos um pouco por todo o País.

A medida que o tempo passa — e sem que surja legislação adequada — tal movimento vai-se alargando, acabando por gerar uma utilização caótica do espectro radioeléctrico que acabou por se manter até ao momento presente.

Ora foi para dar resposta a este problema que na Legislatura passada a Assembleia da República discutiu vários diplomas da autoria do PCP, do PS e do Governo, quer sobre a lei de radiodifusão quer sobre o regime de licenciamento.

Por razões várias acontece, porém, que o Parlamento deu resposta em primeiro lugar aos regimes de licenciamento não lhe tendo sido possível aprovar a lei de radiodifusão por, entretanto, ter ocorrido a dissolução.

No processo de discussão que então se estabeleceu houve bastante controvérsia, tendo o amplo

debate público permitido a clarificação das diferentes posições em presença.

Presentemente a situação é considerada bastante mais grave que na altura da aprovação da lei (Dezembro de 86), o que veio colocar ainda com maior acuidade a aprovação de legislação cujo processo de discussão se inicia amanhã na Assembleia.

Com efeito, contam-se hoje por muitas centenas as rádios locais em funcionamento, actividade que em muitos casos não se processa da melhor maneira, com interferências mútuas e em serviços públicos, justificando desse modo medidas que ponham cobro a este estado de coisas.

Importa ainda sublinhar que o movimento de rádios locais recebeu com extremo agrado a lei aprovada na Assembleia da República e tem vindo a reclamar a sua aplicação. É o que decorre de encontros de carácter regional e nacional promovidos por esse movimento, como ainda há pouco aconteceu no Porto em que participaram mais de cem estruturas e mais recentemente, no último fim-de-semana, no distrito de Viseu. ■

Foi há 28 anos

A fuga de Peniche vista pelos

A 3 de Janeiro de 1960 um acontecimento espectacular abalou o regime fascista de Salazar: dez comunistas evadiram-se da fortaleza de Peniche, considerada uma prisão inexpugnável com as suas altas muralhas à beira-mar e um ferocíssimo sistema de vigilância a controlar o interior e exterior. Este feito e a coragem, a audácia, a inteligência e a extraordinária capacidade de organização que o tornaram possível, continuam a ser, hoje, um património inestimável do Partido Comunista Português e do nosso Povo. Na verdade — e como foi devidamente assinalado logo na altura através da imprensa clandestina do Partido — só as qualidades atrás referidas, definidoras da brilhante combatividade e capacidade de organização dos comunistas, aliadas ao apoio inequívoco do povo português à sua luta, tornaram possível, há 28 anos, a conquista da liberdade de destacados dirigentes do PCP, entre os quais Álvaro Cunhal.

Em Peniche, nesse dia, ninguém «viu» nada e todas as bocas se calaram frente à fúria inquiridora do aparelho repressivo do regime, desorientado perante o acontecimento e desencadeando a mais vasta e violenta operação de busca jamais feita no País. Mas dos fugitivos, nem rasto: só um longo cordão de lençóis, esvoaçando ao vento ao longo de 18 metros de muralha «inexpugnável»...

O «Avante!» tem assinalado o acontecimento através da abordagem da própria fuga, descrevendo os pormenores da sua concretização, o formidável esforço de organização do Partido quer no interior, quer no exterior da prisão, o testemunho de camaradas que nela participaram. Desta vez apresentamos depoimentos de camaradas **que ficaram** e foram, portanto, de qualquer modo testemunhas e protagonistas dos acontecimentos imediatamente subsequentes à fuga, no interior do forte de Peniche.

Eis, assim, os depoimentos dados ao nosso jornal dos camaradas **José Vitoriano**, membro da Comissão Política do CC do PCP, **Severiano Falcão**, membro do CC do PCP e presidente da Câmara Municipal de Loures, **Borges Coelho**, professor catedrático na Faculdade de Letras de Lisboa, e **Manuel Andrade**, advogado em Aveiro — todos presos no forte de Peniche na altura da fuga de 3 de Janeiro de 1960. ■

José Vitoriano

Ao fim de quase 30 anos é difícil lembrar alguns aspectos e pormenores interessantes relacionados com a fuga vividos pelos presos que continuaram em Peniche.

Foi sempre preocupação dominante dos carcereiros tudo fazer para manter os presos em completo isolamento uns dos outros. Os que estavam numa instalação não podiam cruzar-se com os de outra, nem sequer verem-se. Claro que às vezes o esquema falhava.

Na altura da fuga os camaradas que fugiram estavam no 3.º piso (celas) do Pavilhão C.

Eu e a maior parte dos restantes presos encontrámo-nos em instalações provisórias, enquanto não acabavam a construção dos pavilhões A e B, para onde passámos mais tarde.

Recordo-me que no próprio dia da fuga, na contagem das 21 horas (rendição dos guardas), notámos certa agitação nos guardas. Os guardas eram rendidos de 4 em 4 horas e os presos contados em formatura, com excepção da rendição da 1 hora da manhã, em que eram contados na cama.

Mas além da agitação dos guardas e dos cochichos entre eles, que observámos, não conseguimos saber nada. Só que, parecia que havia qualquer coisa...

A nossa primeira saída da «caserma» era no dia seguinte às 8 da manhã, para ir à cozinha buscar o café. Erão os faxinas que faziam estas tarefas e eu estava de faxina nesse dia. A cozinha era na altura um barracão junto ao mar e o cozinheiro um preso comum que tinha ido da Penitenciaría para isso, e com quem procurávamos manter um bom relacionamento.

Claro que não era sequer permitido falarmos directamente com ele, ou ele connosco. Tudo tinha que ser através do guarda que nos acompanhava sempre.

Na ida à cozinha dessa manhã,

todas as nossas antenas iam apuradas para captar a mais pequena indicação do que se estaria a passar, apontadas inclusive para o cozinheiro, cujo nome não consigo recordar.

E, de facto, o nosso amigo cozinheiro, enquanto esperávamos pelo café e quando ele ainda estava dentro do barracão da cozinha e fora do ângulo de visibilidade do guarda, fez-nos os sinais suficientes para percebermos que tinham fugido 10 do Pavilhão C.

Claro que sabendo que tinham fugido 10 e sabendo quem lá estava, e que não eram muitos mais, deduzimos facilmente o resto. Isto foi uma alegria indiscriminada para todos nós, alegria que foi completa quando tivemos a confirmação e o conhecimento de quem tinha fugido.

Festejámos como pudemos. E é sempre possível festejar-se um grande acontecimento em quaisquer circunstâncias em que nos encontremos, ainda quando tenha que ser apenas para o interior de nós mesmos. E não foi o caso.

Os carcereiros reagiram à fuga como é normal em situações destas, provocando uma agudização da vida prisional, com o aumento da repressão sobre os presos, inventando novas proibições e limitações às visitas, à entrada de coisas (alimentos, livros, etc.), à movimentação dos presos da cadeia, enfim, descarregando sobre os que ficaram todo o ódio acumulado que votavam aos presos e não podiam descarregar na altura sobre os que fugiram.

Nós protestávamos e reclamávamos, exigíamos a reposição da normalidade, mas para nós mesmos bendizíamos mil vezes as causas que tinham levado a essa agudização e gozávamos interiormente.

Severiano Falcão

O afastamento e o isolamento do local, onde, com outros companheiros, estava encarcerado, no extremo oposto do pavilhão celular dos



- | | |
|-------------------------|-------------------|
| 1 — Terraço do 3.º piso | 4 — Fosso |
| 2 — Morteis | 5 — Muro exterior |
| 3 — Muralha | 6 — Sentinela |

— As setas indicam o trajecto seguido pelos camaradas —

nossos camaradas fugitivos, não permitiu que soubéssemos logo da histórica fuga.

Ali, como diz o poeta, «sem vocação para a morte, víamos passar os barcos, desatando um a um os nós do silêncio».

Demos, entretanto, pela falta das duas sentinelas. Coisa estranha, que nunca acontecera, mas boa. Só nós e o mar. A tentativa para explicá-la alimentou a nossa insónia.

No outro dia, nenhum vestígio do tumultuoso movimento que àquela

hora agitava os carcereiros. Mas a cara de caso dos guardas que tinham regressado ao seu posto, cara de monstros feridos, deu-nos um excelente apetite para comer o intragável.

Também das traineiras que partiam ou chegavam da faina, pescadores levavam e traziam consigo uma alegria ruidosa, gesticulada na nossa direcção.

Ao crepúsculo, em terra, longe, pareceu-nos ouvir o estralar de foguetes. A alegria começava a inva-

dir-nos, sem saber porquê e de onde vinha.

Minutos antes do toque de silêncio, a bela, mas quase incrédula informação, chegou-nos. A ansiedade e o temor das consequências da feroz perseguição aos nossos camaradas, trouxe-nos de novo a insónia, tão angustiante.

Vinte e quatro horas depois já sabíamos que os nossos camaradas estavam em lugares seguros, carinhosamente protegidos pelo Partido, no seu seio e no coração do nosso Povo.



José Vitorlano



Borges Coelho



Severlano Falcão

que ficaram

Então, sim, cantámos, relativamente alto, canções do nosso Fernando Lopes Graça. Lá fora, as sentinelas ouviam. Não responderam com a sua brutalidade habitual.

A ferida aberta, pela heróica fuga, no corpo assassino do regime fascista sangrava, salpicando-os de desalento.

Desalento de pouca dura. As retaliações, as privações, a repressão, os castigos retomaram o seu curso, com sádicos requintes.

As visitas de familiares eram interrompidas abruptamente, e um ou outro dos presos visitados metido no segredo, com o pretexto de que haviam rido ou falado baixo.

No decorrer dos tormentosos catorze anos até à madrugada libertadora do 25 de Abril, foram muitos, imensos, os democratas, os antifascistas que passaram, sofreram e lutaram sem desfalecimento contra a tirania sobre eles exercida, dentro das muralhas da fortaleza.

Decorridos outros catorze anos, depois do 25 de Abril, são fortes as razões para que se invoque a célebre fuga de 3 de Janeiro de 1960, bem como o contexto sociopolítico que a ditou.

Entre outras, a revisão constitucional, pretendida pela direita, na substância e nos contornos, visa a restauração de dominações e privilégios, contra os quais a fuga de Peniche e a Revolução democrática do 25 de Abril se fizeram.

Uma e outra dignas dos que as empreenderam, respeitam e não abdicam da sua intransigente defesa.

Borges Coelho

No pavilhão da fuga, voltado a Norte, voltado ao largo onde nas tardes soalheiras as mulheres jogavam a pela, e a nascente, sobre o molhe e o porto, ficámos quatro: o Manuel Andrade, advogado de Estarreja, eu e os queridos amigos, já desaparecidos, o Humberto Lopes, advogado em Santarém, e o Agostinho Saboga, operário vidreiro da Marinha Grande/Figueira da Foz que durante mais de dois anos me acompanharia na chamada «Cisterna».

Quando abandonámos o refeitório com os fugitivos, o gira-discos, recém-entrado (até aí a música era outra), tocava, se não estou em erro, o Lago dos Cisnes. E enquanto alguns camaradas arrastavam e amarravam o guarda na cela do Guilherme de Carvalho, outros fecharam por fora as celas dos que ficaram.

Das sete às nove horas da noite, vivemos o tempo segundo a segundo até que se ouviram nitidamente as botas do corpo da guarda a subir a rampa. O gira-discos sem música continuava a girar enquanto o guarda regougava em luta contra o clofórmio.



Um dos guardas prisionais que entrava de serviço gritou então quase em choro para a Guarda Republicana que subia:

— Ó da guarda! Fugiram os presos!

A metralhadora do corpo da Guarda desatou a disparar rajadas sem sentido. E começou o inferno. Durante toda a noite ouvimos o ruído dos carros que partiam e chegavam, sentimos os cães que entraram nas celas a farejar a roupa dos fugitivos, ouvimos as vozes na visita nocturna dos altos comandos.

Sabendo que a repressão se abateria sobre nós, murmurávamos: — Não os apanharam! Já não os apanham!

No dia seguinte coube-me a faxina, a mim e ao Saboga, com os nossos protestos e as provocações do guarda Estêvão e do chefe dos guardas, branco, como se estivesse assombrado.

Mais tarde, meteram-nos em carros celulares e despejaram-nos nos curros do Aljube. O Manuel Andrade e eu fomos então submetidos à tortura da estátua. Vieram-me buscar pela calada da noite, empurrado como um saco para um carro celular e depois mantido acordado com reguadas sobre a mesa e gritos de tortura que chegavam de verdade ou a fingir de outras salas.

— Como é que foi? Quem ajudou a fuga?

Mantiveram-me na estátua uma noite e um dia. Estava prestes a explodir num ataque de loucura, quando apareceu o inspector Rosa Cavaco que fazia o papel de «bom»:

— Não nos quis dizer nada, mas vá lá descansar!

Voltei de novo à cela, cela 1:

«passos dois por um». E nessa noite fria de Janeiro, enrolado nos cobertores cheirando ao esperma de gerações de presos, as lágrimas molharam-me, em silêncio, livremente, o rosto por fora, como se me lavassem por dentro.

Manuel Andrade

Foi a escassas horas dos camaradas fugirem do Forte, que me apercebi que algo de importante se iria passar. Contudo, desde as visitas do Natal, tinha a sensação que alguma coisa pairava no ar: as conversas mais ciciadas, a nervosidade sídua de uns, a alegria contida de outros, a confiança que reflectia o rosto de todos permitia chegar a essa conclusão por um observador mais ou menos atento ao meio que o rodeia.

Tive a felicidade de, quando fui para Peniche, ir parar ao terceiro piso onde se encontrava a grande maioria dos dirigentes do Partido: Álvaro Cunhal, Jaime Serra, Pedro Soares, Francisco Miguel, Carlos Costa, Joaquim Gomes, Guilherme de Carvalho, Rogério de Carvalho, José Carlos, Borges Coelho, Agostinho Saboga e Humberto Lopes. Felizmente que a maior parte deles ainda estão vivos e trabalham no Partido por uma vida melhor para todos os portugueses.

Nesse domingo de Janeiro, houve entre o almoço e o jantar, a hora de convívio no refeitório, como era costume. Lia-se livros ou jornais, jogava-se xadrez e escrevia-se ou conversava-se. Na presença de um guarda dentro do maior silêncio, era preciso pedir autorização para passar de uma mesa para a outra ou

entregar um livro ou um lápis a outro camarada. Foi então que Álvaro Cunhal veio à minha mesa e, em poucas palavras, comunicou a fuga que se projectava, desejando-nos as maiores felicidades e nós retribuimos-lhe com os votos de pleno êxito e as mesmas felicidades.

Recolhemos às celas e tudo decorreu normalmente até ao jantar. Novamente no refeitório, a meio da refeição o guarda de serviço que era uma pessoa compreensiva (reCORDO uma vez o Álvaro Cunhal dizer que ele era um carcereiro mas não um fascista) foi substituído por um outro guarda, o Serradas, um antigo barbeiro que apareceu como guarda prisional em Peniche. Recordo que durante a refeição ouvi bater nas janelas de uma das celas que presumo ter sido do guarda da GNR que abalou com a malta, a avisar que tudo estava em ordem. Depois disto vi ainda o Jaime Serra com aquela sua calma diabólica, descascar mais uma laranja, comer parte dela e dar um gomo ao Cunhal.

Terminada a refeição, o Serradas à porta do refeitório apitou determinando que eram horas de recolher às celas. Quando ia a sair ouvi o Carlos Costa a fazer uma pergunta ao guarda que ele não compreendia e ao mesmo tempo o Guilherme de Carvalho agarrá-lo por trás. Continuei a caminhar para a minha cela naturalmente, como se nada tivesse acontecido.

As horas que se seguiram foram extraordinariamente tensas. Passados tempos um dos fugitivos fechou-me a porta da cela, perguntando-me previamente se eu não queria ir. Passei nervosamente na cela durante cerca de duas horas; não fui à janela para não ouvir nem ver

nada. Olhava para o relógio constantemente: cada minuto tinha para mim efectivamente sessenta segundos. O tempo custava a passar mas tinha o sabor de uma vitória quando passava. Quanto mais tempo, mais longe estavam os companheiros. Quanto mais tempo passado, mais seguros eles se encontravam.

Só quando foi da rendição dos guardas, às 21 horas, é que os carcereiros deram pela fuga dos presos. E então era um prazer olhar para a cara dos guardas: davam a impressão que tinham acabado de acordar estremunhados. Contavam e recontavam os presos que ficaram. E eles eram só quatro: o Humberto Lopes, o Borges Coelho, o Agostinho Saboga e eu.

No dia seguinte é que foi bonito: quando fomos buscar o café, o cozinheiro (que era um preso comum simpático chamado Barata) sem poder falar porque o guarda estava presente, esfuziava alegria por todos os poros. Depois, fomos fazer a limpeza como de costume e tivemos de limpar e de lavar o corredor desde a porta do refeitório até à cela do Guilherme, que era a mais próxima.

Os camaradas, depois de neutralizarem com éter o guarda, levaram-no para a cama do Guilherme, tomando todas as precauções para que nada de mal lhe acontecesse, mas isto não impediu que os intestinos do guarda funcionassem com grande flexibilidade, deixando pelo corredor um rasto de trampa.

Apesar de tudo isto, a direcção da cadeia fez uma participação-crime para a respectiva comarca contra todos os presos do terceiro piso, acusando-os de tentativa de homicídio na pessoa do guarda, mas ficando os autos arquivados depois de termos sido ouvidos na cadeia pelo delegado do Ministério Público.

Ainda nesse mesmo dia fomos visitados, ou melhor, revistados pelo chefe dos guardas, uma figura sinistra que diziam ter sido «Viriato» e pertencido aos pelotões de execução na Guerra Civil de Espanha e que um dia disse ao Borges Coelho, depois de uma discussão: «para mim os presos políticos não são precisos para nada, não sei se compreende».

O dia seguinte foi uma festa. Como tinha fugido também com os presos um guarda da GNR, apareciam na Fortaleza o respectivo general comandante devidamente fardado, com os seus ajudantes, bem como os maiores da PIDE e guardas republicanos, tratadores de cães policiais. Levavam os cães à sala onde durante todo o tempo, sozinho, tinha estado o Álvaro Cunhal para cheirar os lençóis e depois, agarrados à trela, os guardas deixavam-se conduzir por eles.

Felizmente que esses animais eram cães mas não eram fascistas. E em várias tentativas, sempre levavam a comitiva à enfermaria. Nunca denunciaram o sítio por onde os presos tinham fugido. E isto para nossa grande alegria.

Finalmente, da minha parte, foi a ida para as prisões privativas da PIDE, em Lisboa. As perguntas que me fizeram durante uma noite e quase dois dias (o conhecimento que eu tinha da fuga e qual a participação que tinha dado à mesma) e a minha resposta sempre: que não sabia de nada, mas mesmo que soubesse não dizia e que eles policiais já tinham obrigação de me conhecerem. Depois foi a volta para Peniche onde estive em contacto com o Carlos Brito, com o Domingos Abrantes, o Severiano Falcão e tantos outros camaradas. ■

DIREITOS HUMANOS

o direito à vida

Todos os dias a morte — a morte de fome ou de doenças hoje curáveis, a morte fruto da dureza da luta pela liberdade — está dolorosamente presente, muito em particular na vasta mancha geográfica designada por Terceiro Mundo. São os homens e mulheres palestinianos, assassinados pelas balas e os gases lançados por tropas de Israel, as vítimas inúmeras do regime de «apartheid» dentro e fora das suas fronteiras, de guerras regionais impostas e/ou alimentadas pelo imperialismo. São os mortos quotidianos de fome, as crianças que tão pouco chegam a engatinhar. No século da revolução técnico-científica, a política actuante do imperialismo, de par com as sequelas múltiplas de séculos de exploração colonial, impedem que o próprio direito à vida — direito humano fundamental, sem o qual nenhum outro tem sentido — seja uma realidade. Para já ele é ainda contestado mesmo para a Humanidade no seu conjunto. Não é desta violência

extremada que queremos aqui falar. Mas tão só de alguns exemplos de violação dos direitos humanos, no mundo capitalista desenvolvido. Apregoado como exemplo de liberdades e democracia.

Liberdades e democracia relativas, de facto fruto de uma longa história de lutas dos trabalhadores pelos seus direitos, fruto da erupção inicial do socialismo no velho continente, dos próprios

resultados da Segunda grande Guerra Mundial. Hoje esses direitos estão a ser frontalmente postos em causa. E na batalha gerada em torno dessas conquistas dos trabalhadores, põe-se em

causa a própria vida dos que em sua defesa se batem. É de repressão e de morte, de alguns direitos vitais que são violados neste nosso «democrático» e «livre» mundo do capital, mesmo do assassinato puro e simples — que aqui iremos sucintamente falar, cingindo-nos a alguns exemplos concretos. Sem esquecer que este é um dos lados da moeda. Do outro estão pequenas e grandes lutas, a luta de classes no quotidiano. Sem esquecer ainda um outro facto relevante. Falamos do que não é falado. Uma pequena manifestação de umas dezenas de pessoas na União Soviética, merece honras de televisão, é utilizada contra o socialismo, tocam-se as trompas dos «direitos humanos» que se dizem desde logo ameaçados. Mas um homem assassinado pela polícia em França, quando se manifestava pelos direitos dos trabalhadores — isso não é notícia. Desse e de outros factos aqui iremos falar.

■ LC

França, um operário assassinado

«É preciso que este drama não seja esquecido: ele não deve apagar-se das memórias, mesmo nos próximos dez anos, cem anos, é preciso não esquecer, se não será o direito a manifestar-te, esta liberdade, que será suprimida», são palavras emocionadas da irmã de Lucien Barbier, assassinado, no passado mês de Novembro, pela polícia francesa.

Sintetizemos o «filme» dos acontecimentos, tal como vem descrito nas páginas de «L'Humanité», órgão central do PCF.

«No dia 6 de Novembro, o governo realiza, em Amiens na Somme, o segundo fórum económico dos conselhos regionais de França. As 15

horas frente ao Parque de exposições juntam-se mais de três centenas de pessoas. Ao apelo da CGT, com o apoio do PCF, exigem que sejam ouvidas as reivindicações dos trabalhadores da Picardia. Um cordão de polícias da segurança urbana de Amiens, sob as ordens do comissário Dhé, impede os manifestantes de se aproximar. Duas companhias de CRS (polícia de choque) colocam-se por detrás



Cena da caça aos militantes comunistas e sindicalistas, no dia 6 de Novembro, em Amiens



Lucien
trabalhador francês
espancado até à morte
● Um testemunho

«Os polícias da segurança estavam como doidos. Tinha-se a impressão que se babavam como bois. Quando carregaram, tudo se passou muito rapidamente. Alguns deles encarniçaram-se a partir e a espezinhar os panos com as inscrições. Um deles (...) agarrou num dos paus dos panos. Primeiro golpeou Lucien por detrás. Várias vezes. Segurava o pau com as duas mãos e dava o máximo de impulso. Pareceu-me que era este polícia que, no início da manifestação, dava entrada aos carros oficiais no parque das exposições» — testemunho de um manifestante. ■

Despojados dos direitos fundamentais

«Quando pensamos no futuro, sentimo-nos desencorajados, porque o desemprego é a única perspectiva. Quando imaginamos que aos 17 anos, ainda temos 50 anos nesta galé, sem dinheiro, sem direito à alimentação e ao alojamento, é a angústia que nos domina.» São palavras de um jovem — um jovem oeste-alemão, de 17 anos, desempregado — transmitidas pela Televisão da RFA em Novembro de 86. Palavras chocantes de tão desencantadas. Testemunho vivo de um dos mais graves problemas sociais de hoje, no mundo capitalista: o desemprego. E que, na política hoje desenvolvida pelo capital, ombreia com os cortes nas despesas sociais, a degradação da saúde e do ensino, a mancha que alastra da «nova pobreza».

Graves problemas sociais que são outros tantos atentados aos mais elementares direitos humanos. Atentados aos direitos de carácter socioeconómico que, como a nossa própria experiência indica, sempre andam de par de outras violações das liberdades e direitos. Das leis anti-sindiais ao «homem de vidro», da repressão directa das manifestações às manipuladoras alterações da legislação eleitoral.

São os robots os responsáveis?

No início de 1987, os países capitalistas desenvolvidos contavam com 30 milhões de desempregados. Um facto apresentado como «inevitável», fruto do desenvolvimento tecnológico.

Entretanto, estudos efectuados em diferentes países indicam que, em média, um robot «substitui de duas a seis pessoas. Isto em termos restritos, naturalmente. Ou seja, sem ter em conta as necessidades acrescidas de trabalhadores noutros sectores, nomeadamente na saúde e ensino, formação profissional, cultura.

Ora na prática não é isto que se passa. Na Grã-Bretanha, por exemplo, onde actualmente funcionam 2600 robots industriais, isto significa que eles «lançaram no desemprego» 15 600 pessoas no máximo, enquanto o número de desempregados no país ultrapassa os 3,2 milhões.

O mesmo poderíamos dizer em relação aos outros países capitalistas.

As razões fundamentais do aumento constante do desemprego devem ser procuradas, não em razões tecnológicas, mas sociopolíticas. Concretamente nos diferentes métodos utilizados pelo grande capital para aumentar os lucros, reduzindo ao mínimo os custos com a mão-de-obra.

Diferentes são as formas de exploração utilizadas.

Referimos antes do mais a imposição de desproporcionadas cadências de trabalho, com a consequente sobrecarga psíquica e nervosa, dadas as características do trabalho, hoje.

No que respeita às doenças profissionais, constata-se um aumento sensível do número de pessoas atingidas por perturbações do sistema nervoso, o que está essencialmente ligado a cadências de trabalho excessivas. Em numerosos países capitalistas contam-se hoje mais pessoas que sofrem de perturbações neuropsíquicas, que de doenças cardiovasculares, cancro e tuberculose, consideradas em conjunto!

Os «tempos modernos» estão também presentes sob formas mais «clássicas». Trata-se nomeadamente da superexploração do trabalho das mulheres, dos jovens (e das crianças), das minorias nacionais e dos trabalhadores imigrantes. Actualmente, estima-se que dezenas de milhões de pessoas trabalham num sistema de economia clandestina, em pequenos ateliers artesanais, ao domicílio (o que não significa que trabalhem para a pequena produção, podem também trabalhar para grandes monopólios) — por salários de miséria. E o que é mais, sem sindicalização e sem beneficiar de qualquer esquema de protecção social e jurídica.

Um outro elemento base de exploração: nos últimos anos a curva de evolução dos salários reais registou nítida tendência para a estagnação e mesmo para a baixa. Nos Estados Unidos, no Japão e na RFA, os rendimentos médios do conjunto dos assalariados são actualmente inferiores aos de há dez anos atrás.

São factos muito concretos, e mesmo quantificáveis e que bem se traduzem nas evoluções registadas nos lucros do patronato. Na RFA, por

exemplo, esses lucros cresceram de 11,5% em 1986. A título de comparação: as taxas de crescimento foram de 5,5%, de 12%, de 9% e de 8% nos últimos 4 anos.

Um fosso cada vez mais profundo

«O fosso entre ricos e pobres no nosso país aprofundou-se ao longo dos últimos dez anos — lê-se no documento dos bispos norte-americanos, divulgado em 87 «Justiça económica para todos», em que também se afirma: «Nenhuma economia pode ser considerada como verdadeiramente sã quando a milhões de homens são recusados empregos por motivos de que não são responsáveis».

E sublinha-se: «Os direitos do homem não só incluem os direitos civis e políticos mas também os direitos económicos. Isto significa que quando os homens não têm possibilidade de ganhar a sua vida e que são obrigados a ter fome e a não ter casa, estão a ser despojados dos direitos fundamentais».

Em 1986, ano considerado por Reagan como de recuperação económica, 32,4 milhões de cidadãos norte-americanos viviam abaixo do nível oficial de pobreza. O Ministério das Finanças referiu mesmo que a distância entre ricos e pobres se havia ampliado mais que nunca desde 47, ano em que este tipo de informações começou a ser recolhido.

Em 1986, 20% das famílias mais ricas receberam 43,7% do rendimento nacional por família e as 40% de famílias pobres, 15,4% (a percentagem mais baixa alguma vez registada).

Note-se ainda que o problema da pobreza não atinge apenas os desempregados. 8,5 milhões de pessoas com trabalho (das quais 2 milhões com trabalho permanente e com horário completo) vivem abaixo do nível de pobreza.

As dimensões da pobreza nos EUA, o fosso que se alarga entre os que vivem de superlucros e a mancha crescente das graves carências quotidianas e da pobreza, é particularmente chocante nos EUA, cabeça do mundo capitalista desenvolvido — que sorve trabalho, riquezas e vidas de todo o mundo subdesenvolvido e até dos outros países capitalistas desenvolvidos. ■



A outra face dos Estados Unidos — os despojados

dos polícias. Uma primeira ofensiva policial tem lugar por volta das 15 e 45. Quase uma hora mais tarde, quando os manifestantes dispersavam são desencadeadas acções de agressão, imediatamente seguidas de uma brutal carga da polícia de segurança. Os militantes conhecidos são os primeiros visados. Os CRS não intervêm. Lucien Barbier acaba de ser mortalmente agredido. Nós sabemos como. Nós sabemos por quem.»

Lucien Barbier, sessenta e dois anos, comunista, militante da CGT, morreu dia 26 de Novembro após um longo período de coma profundo. Assassinado, um ano depois de malik, também numa manifestação contra a política governamental, também contra a política do capital. Em Amiens é o problema da desindustrialização que está em causa. Em Paris foi a elitização do ensino.

Repúdio popular

Quando a morte de Lucien Barbier foi conhecida, o protesto dos trabalhadores correu o país.

Por toda a capital da Picardia, cartazes colados pelas paredes convidavam a população a participar na homenagem ao trabalhador assassinado. Correspondendo ao apelo da CGT, os trabalhadores de Amiens observaram um minuto de silêncio. Em diversas empresas tomou-se a iniciativa de suspender o trabalho durante quinze minutos.

Em milhares de empresas, um pouco por todo o país, os trabalhadores manifestaram-se de diferentes formas, em homenagem a Lucien, e contra a violência policial.

Em Amiens a homenagem assumiu particular envergadura e significado. Nela participaram os mineiros marroquinos em greve em Nord-Pas-de-Calais, os ferroviários, os trabalhadores da Renault em luta.

Carros e comboios afluíram com trabalhadores de todas as regiões. A classe operária francesa prestou a sua homenagem ao camarada caído. Da única forma adequada: com luta.

Dia 7 de Dezembro, em Paris, 25 mil manifestantes desfilarão do Luxembourg à Bastilha, com uma palavra de ordem central: «Não esqueceremos» — inscrição levada à cabeça da manifestação pelo Comité das famílias das vítimas da repressão policial desencadeada contra o movimento estudantil quando das grandes lutas de Dezembro de 86.

Lado a lado os nomes de Malik e Lucien, o estudante e o operário, vítimas ambos da repressão, numa batalha que é comum. Uma confiança igualmente comum — «podem cortar as flores, não impedirão a vinda da Primavera». Homenagem aos mortos em que bem vivas e presentes estão as reivindicações actuais, como a de maiores verbas para o ensino. Que não para a repressão.

«O luto que nos atinge a todos só pode ampliar ainda o protesto que por todo o lado se levanta face à repressão contra as liberdades sindicais, o direito à greve, as liberdades democráticas e as lutas sociais no país», sublinha-se na declaração da CGT, em vésperas da manifestação de Paris.

No dia 6 de Novembro, em Amiens, eram algumas centenas de pessoas a protestar contra a política económica do governo. Quando da morte de Lucien, foram muitos milhares de trabalhadores por todo o país a participar na homenagem nacional. Em Paris, entre 25 e 35 mil pessoas manifestaram-se em defesa das liberdades.

É a dinâmica da luta. A resposta dos trabalhadores às tentativas de imposição — mesmo pela mais brutal repressão — da política socioeconómica do patronato. ■

A morte é rentável!

Diríamos que há muitas formas de matar. Ou de deixar morrer...

Em vésperas da selvática carga policial que levaria à morte de Lucien Barbier, a CGT divulgou, em conferência de imprensa, dois inacreditáveis documentos da Caixa Nacional (CNAM) francesa.

O primeiro, intitulado «A despistagem do cancro da mama: eficaz mas de elevado custo», foi nomeadamente utilizado para recusar um projecto de prevenção do cancro da mama apresentado por um grupo de médicos.

Contestando a ideia de que a prevenção da doença pode resultar em economia para a Segurança Social, a CNAM escreve: «As 500 pessoas cujas mortes poderiam ter sido evitadas, não terão na verdade mais que tratamentos de baixo custo, sobreviverão, produzirão. Esqueçemo-nos frequentemente de prosseguir a argumentação, referindo que essas mulheres irão para a reforma, terão doenças e que a última as irá matar, mais tarde, com elevado custo. Portanto esta argumentação não tem base. A prevenção de doenças letais (mortais) do adulto permite às pessoas viver mais tempo para morrer mais tarde, em geral

de outra causa».

Em síntese: é mais rentável deixar morrer rapidamente! A morte de velhice fica demasiado cara!

O segundo documento divulgado pela CGT, e apresentado a 29 de Setembro de 1987 ao conselho de administração da CNAM, acompanhava uma informação sobre os projectos actualmente em debate de prevenção do tabagismo e do alcoolismo. Sempre dentro da lógica da rentabilidade, a CNAM escreve: «A diminuição do alcoolismo e do tabagismo levará a um aumento da esperança de vida. As mortes prevenidas virão mais tarde, com outras causas, e implicarão outras despesas».

Dois documentos elucidativos a que há que acrescentar um terceiro — um relatório oficial sobre saúde e o progresso da medicina.

Concretamente, o progresso médico é aí considerado como «uma das causas fundamentais das dificuldades que atravessa a Segurança Social na medida em que dá origem ao actual crescimento das despesas de saúde e ao crescimento da duração da vida».

Um exemplo elucidativo da lógica do capital. Quando a rentabilidade é a bitola para as decisões políticas, chega-se a este extremo: a morte é rentável. ■

Os recados do diabo

Não se pode dizer que o mais reaccionário de todos os pasquins reaccionários desta terra não tenha apoiado, sempre e sempre, o projecto cavaquista. Apenas que, quando chega a ocasião, vem lembrar aos governos de direita algumas promessas que à direita foram feitas e que demoram a concretizar-se. E, quando surgem as críticas, elas têm como fundamento real a pressa e não a oposição. Tal como a oposição de Freitas não é uma oposição mas apenas um demarcar-se, aproveitando as pressas dos mais radicais. E ninguém crê no professor ex-candidato que já acusou o PSD de ser «ateu»!

Dando a palavra à pressa do radicalismo direitista, o pasquim «O Diabo» veio dar nada menos que «treze conselhos» a Cavaco. Conselhos de amigo, claro. Tão amigo que fala de dentro do PSD, mal coberto por um pseudónimo demasiado conhecido. Revelam entretanto os treze conselhos algumas verdades. A saber, que há descontentes no PSD com a composição do Governo e com a respectiva distribuição

dos tachos; que se teme a baixa da popularidade do Governo na sequência do agravamento dos impostos sobre os trabalhadores; que se critica a incompetência mostrada na entrada em vigor — ilegal, dizemos nós — das novas taxas sem a aprovação do Orçamento; que se recomenda o pagamento a Freitas do Amaral, em nome da boa amizade; serenidade quanto à agitação que reinará nas Forças Armadas; e imparcialidade no combate à corrupção que, admite o articulista, toca o PSD e a área da AD...

Mas o recado que melhor define as preocupações do «Diabo» é este: «O PSD reforçado não foi para S. Bento para conservar o *status quo*, mas para o demolir; delicadamente se possível, mas violentamente se necessário»... Recados do diabo.

Vender jornais

Há os que vendem jornais usando a foto mais ou menos despida de uma estrela na moda. Há outros que anunciam como notícia vagas promessas governamentais de melhorias para apanhar desprevenido o eventual comprador. E há os

Pontos Cardeais

especuladores de informação, os que produzem factos, os que silenciam outros, os que titulam velharias dando-lhes forma de novidade.

Entre estes últimos, um exemplo de um semanário que, tendo no seu interior algumas peças onde avulta o papel mobilizador da CGTP-Intersindical, a sua firmeza e a sua dinâmica, prefere chamar à primeira página um título que tomado por si, dá uma estranha notícia — a de que os «Comunistas vão ao congresso da UGT». Vai-se a ver nas páginas interiores (quem acabou por comprar o «jornal» na mira de uma novidade bombástica) e chega-se à conclusão de que, como sempre, os delegados comunistas e unitários dos sindicatos bancários e de seguros vão, como sempre foram, ao congresso da UGT, onde o seu sindicato está filiado. A novidade não é nenhuma.

Mas causou tanto nervosismo aos seus leitores que acabaram por trocar o texto desta com a notícia importante de que a Inter marcou para dia 27 uma manifestação em Lisboa.

Um sábado de silêncio

«O primeiro-ministro caracterizou em Vila Real a Intersindical como a força que impede a concretização da acção governativa, designadamente as reformas estruturais prometidas na campanha eleitoral, por força das actividades que desenvolve junto dos trabalhadores, da opinião pública e mesmo de todos os órgãos do poder. A RTP, por, ventura sensibilizada pelas declarações do Primeiro-Ministro, «esqueceu-se», logo nesse dia, de pôr no ar as notícias de importantes acontecimentos respeitantes a actividades dos trabalhadores para cuja cobertura enviou equipas de reportagem que, inclusive, pelo menos num caso, solicitaram à prestação de depoimento ao Coordenador da CGTP-IN (referimo-nos à reunião da Comissão Nacional da Juventude da CGTP-IN onde Manuel Carvalho da Silva respondeu a questões levantadas pela equipa da RTP). Outro acontecimento que mereceu o mesmo tratamento foi a reunião da Conferência Nacional de Quadros, realizada na Aula Magna da Reitoria e na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Curiosamente, no «Jornal de Sábado» o Director de Informação da RTP, sr. José Eduardo Moniz queixava-se aos telespectadores de que era um dia parco em notícias nacionais.»

(De um comunicado de imprensa da CGTP/Intersindical Nacional)

Quem ganhou?

Da seráfica harmonia que se dizia reinar nas hostes centristas, onde os supremos interesses do partido e da nação estariam acima de todas as questões pessoais, chegam notícias de nada harmoniosa turbulência. Parece que as eleições de fim-de-semana para os delegados ao Congresso, realizadas em Lisboa, tiveram dois vencedores: os apoiantes de Freitas dizem que o mestre ganhou folgadoamente (81%) e os de Adriano que foi o CDS, já que ambas as listas elegeram o mesmo número de mandatos, ou seja, para quem gosta de preciosismos, 23. Há ainda uma terceira facção que fala de empate. O mais interessante é que, seja qual for o ponto de vista que se adopte, não é possível iludir o desinteresse que rodeou o evento que tanto está a dar que falar nos sempre prestimosos meios de comunicação. Sabem, apenas 25% dos inscritos no CDS por Lisboa participou no acto. Para salvadores da nação, assim, felizmente, não vão longe.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Justamente...

Não conto uma anedota. É a verdade. O Cavaco, que tem o povo à perna, diz que o que quer é uma sociedade «mais humana, mais justa e mais fraterna».

O seu conceito de fraternidade tem raízes de fundo e de caverna. E quanto a isso, enfim, de humanidade, encontre-a quem tiver boa lanterna...

Das malhas da justiça, tão injustas que já eram, Cavaco aumenta as custas aumenta-as logo, escandalosamente.

E depois disto, se vier dizer que assim melhor justiça quer fazer, é justamente... pra gozar com a gente.

A questão

Uma fortuna, porcamente rege-a a ignorância, a maldade ou a tolice ou o compadrio, enfim, a estroinice mal travestida de aparência régia.

O Cadilhe «ao sabor da estratégia» ao sabor ele vai, mas da palrice pobre verbo escondendo a pelintrice acaciano fruir de capa régia.

Estratégias e táticas? Paleio. Discurso com veneno por recheio onde a gravata põe um ar feroz.

Onde o leva a estratégia, não me inquieta. Importa-me é saber, de tão infecta, onde nos pode levar ela a nós...

Para eles, não é problema

Um dirigente do alto patronato (mesmo é dizermos: de alto gabarito) bem vestido, falante, de bom trato, e sempre no miolo do conflito,

diz-nos que o desemprego não é chato, que não é relevante, nem aflito, e o desemprego assim, sem desacato, pode ir subindo mais, sem ser delito.

Parece o que ele diz muito indiscreto. Porém tal julgamento é mesmo o fruto do pensamento ao Capital devoto.

Ora assim mesmo, rápido e directo, ele ganha entre nós novo estatuto: o mau cheiro enfartado de um arrotto.

Cavaco quis o Freitas presidente falou forte no fogo da fervura. O Freitas lhe daria cobertura quando ele, no governo, desse ao dente.

Que espanto! Que emoção! Que amor de gente! Que bons cintos de caça na cintura! E o dinheiro jorrava pela fartura a empurrar o batelão «prá frente»...

Mas os tempos mudaram o jogo fraco. Da massa que gastaram, diz Cavaco que não dá provisão nem agasalho.

Deixa-se aviso a quem pode ir no bote: se alguém até aos seus prega calote que fará a quem esteja noutra galho?...



Agenda

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 733

14 de Janeiro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta 14

Trabalho de Carnaxide, com a presença do camarada Manuel Pedro, membro do CC.

• AMADORA

Plenário de militantes da célula da Sorefame, às 18.00, com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• GÓIS

Reunião de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• PÓVOA DE SANTA IRIA

Plenário de militantes, às 21.30, para discussão das conclusões da reunião do CC e entrega de cartões, com a presença do camarada Ruben de Carvalho, membro do CC.

• FORTE DA CASA

Plenário de militantes, às 21.30, para discussão do trabalho na autarquia, na sede nova do Clube.

• PENACOVA

Reunião de militantes, às 21.00, na Ronqueira.

• S. JOÃO DO CAMPO

Reunião dos organismos de Direcção da margem direita do Mondego do concelho de Coimbra, às 21.30.

• CARNAXIDE

Plenário de militantes de Carnaxide, Linda-a-Velha e Portela, às 21.30, no Centro de

• COIMBRA

Reunião de células do concelho de Coimbra, às 19.00, no Centro de Trabalho. Reunião dos Organismos de Direcção da margem esquerda do Mondego.

Sábado 16

• VIALONGA

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• RIO DE MOURO

Visita dos vereadores CDU, à freguesia, a partir das 09.45.

• STA. MARIA DE SINTRA

Visita dos vereadores, a partir das 09.30, com concentração no largo Lourel.

• PINHAL NOVO

Plenário, às 15.00, para entrega de car-

tões, no Centro de Trabalho.

• ALCOCHETE

A CDU presta contas, durante todo o dia em Alcochete.

• LISBOA

Almoço, às 13.00, no Centro de Trabalho de Marvila.

• SACAVÉM

Sessão/debate, sobre a revisão da Constituição, às 15.00, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada Jerónimo Martins.

• GALIZA

Entrega de cartões e convívio, a partir das 15.00, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada Carlos Pinhão, membro do CC.

• CASCAIS

Almoço e entrega dos novos cartões, no

Clube Columbófilo, com a participação do camarada Joaquim Judas.

• CONSTÂNCIA

A CDU presta contas à população do concelho de Constância, a partir das 13.00, na Casa do Povo de Montalvo.

• ÉVORA

Encontro sob o lema «Dar mais Saúde à Vida», promovido pelas Direcções das Organizações Regionais do Alentejo, Algarve, Santarém e Setúbal, a partir das 10.30, no Teatro Garcia de Resende.

• PORTO

Encontro Distrital de Quadros da Organização Regional do Porto, das 09.30 às 19.30, na Faculdade de Engenharia (à rua dos Bragas), com a presença do camarada Carlos Costa, mem-

• ALGÉS

Plenário de militantes Reformados, às 15.00, no Centro de Trabalho de Algés.

• ARGANIL

Reunião da Comissão Concelhia de Arganil, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• MIRANDA DO CORVO

Reunião da Comissão Concelhia, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• MONTEMOR-O-VELHO

Reunião, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• COIMBRA

Reunião do Organismo de Direcção das freguesias sul do Concelho de Coimbra, às 21.30, no Centro de Trabalho.

2.º encontro de AMIZADE das juventudes PORTUGUESA e SOVIÉTICA
Portugal 18.26 Janeiro 88
JCP
Juventude Comunista Portuguesa - Komsomol Leninista da URSS



PAIVA, Miguel (Brasil) in «ISTO É» revista editada por «Gazeta Mercantil», n.º 554 de Agosto de 1987



CONTRA PONT

Janeiro 88

Neste número:

- Projecto governamental sobre legislação laboral
- O Orçamento do Estado
- As lutas dos trabalhadores

— *Internacional:* A cimeira de Washington, a situação no Médio Oriente e na África Austral

— *Suplemento:* Graceland — concerto de Paul Simon gravado no Zimbabué

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



O Militante

- ★ Tem formato diferente
- ★ mais 16 páginas
- ★ novo aspecto gráfico
- ★ artigos em maior número e mais variados

Lê e divulga

O Militante

O alargamento da sua difusão e da sua leitura ajudará a elevar o espírito revolucionário dos militantes e permitirá uma acção mais esclarecida e esclarecedora na luta ideológica

- Preço de um exemplar
50\$00
- Assinatura de 6 números
275\$00
- Assinatura de 12 números
550\$00

Lê e divulga

Uma assinatura grátis para quem angarie 10 assinaturas

Quinta 14

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada» (93.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Brinca Brincando
- 18.20 - Gira Mundo
- 18.55 - Série: «O Império de Carson» (66.º epis.)
- 19.30 - Telejornal
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro» (66.º epis.)
- 21.10 - Primeiro Andamento: «Mozart por Maria João Pires»
- 21.40 - Telemundo
- 22.10 - Série: «Clínica da Floresta Negra»
- 23.10 - 24 Horas
- 23.45 - Remate.

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Pano para Mangas
- 15.40 - Série: «Horizontes de Glória»
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes» (166.º epis.)
- 18.00 - Eurovisão: «Patinagem Artística - figuras livres (senhoras)»
- 21.00 - Almanaque
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.40 - Já Está
- 23.00 - Série: «As Teias da Lei».

Sexta 15

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.25 - Série: «Os Anos não Contam»
- 18.30 - Série: «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.10 - Série: «Missão de Amor»
- 22.20 - O Programa das Festas
- 22.55 - 24 Horas
- 23.30 - Remate
- 23.40 - Pela Noite Dentro: «Morte em Canaan».

RTP2

- 13.16 - Totally Live
- 14.10 - Agora, Escolha!
- 15.40 - Série: «Os Anos Trinta»
- 17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 - Eurovisão: «Patinagem Artística - dança livre»
- 20.10 - Almanaque
- 20.15 - Série: «Naked City»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Clube de Jornalistas
- 22.00 - Série: «Dr. Fausto»
- 23.00 - Troféu.

Sábado 16

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.05 - Série: «A Água e a Vida»
- 12.30 - Série: «Imagens da Arte Portuguesa»
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Série: «Especial National Geographic»
- 14.05 - Parlamento
- 14.35 - Concurso: «Sobe e Desce»
- 15.35 - Sessão da Tarde: «A Maior Amiga»
- 17.20 - Toque de Classe
- 18.00 - Saber Saúde
- 18.15 - Viva Música
- 19.15 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.00 - Boletim Meteorológico
- 21.05 - Série: «Cobardias» (1.º epis.)
- 22.00 - Espectáculo: «Baton»
- 23.40 - Cinema da Mela-Noite: «Quem Tem Medo de Virginia Woolf?».

TV O Programa

RTP2

- 09.00 - Compacto Tottaly Live
- 11.30 - Futebol: «Objectivo-92: Espanha-Portugal»
- 13.30 - Compacto «Tudo ou Nada»
- 16.30 - Troféu
- 20.00 - Almanaque
- 20.05 - Som da Surpresa: «Jazz»
- 21.05 - Série: «Collette» (1.º epis.)
- 22.00 - Concorde ou Talvez Não».

Domingo 17

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.00 - 70 x 7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Série: «Ritmos da Cidade»
- 14.00 - Série: «A Casa de Irene»
- 14.25 - Série: «O Planeta Terra»
- 15.20 - Primeira Matinée: «O Pirata dos Meus Sonhos»
- 17.15 - Clube Amigos Disney
- 19.00 - Série: «Um Anjo na Terra»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Série: «Eu, Show Nico»
- 21.50 - Série: «De Quem é o Bebê?»
- 23.00 - Domingo Desportivo».

RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 12.30 - Juventude e Família
- 13.05 - Caminhos
- 13.35 - Novos Horizontes
- 13.45 - Troféu
- 17.00 - Série: «O Mundo de Zen»
- 18.00 - Série: «5.ª Dimensão»
- 18.55 - Piano Bar
- 20.00 - Série: «Quem Sai aos Seus...»
- 20.25 - Arte e Letras



21.30 - CineClube: «Fatalidade».

Segunda 18

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário



- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.20 - Um Certo Sorriso
- 18.55 - Série: «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»
- 21.10 - Concurso - «Com Pés e Cabeça»
- 23.50 - 24 Horas
- 00.20 - Remate.

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Agora, Escolha!
- 15.40 - Pas de Deux
- 16.40 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Fórmula One
- 20.00 - Série - «Naked City»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Bolsa e Negócios
- 22.00 - «A Morte de um Padre Polaco».

Terça 19

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV

- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.25 - Série - «A Mão - O Homem em Projecto»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»
- 21.10 - Programa da Direcção de Informação
- 22.15 - Série - «Acção em Miami»
- 23.15 - 24 Horas
- 23.45 - Remate.

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Dois Dedos de Conversa
- 15.40 - Série - «A Dama de Monsoreau»
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Fórmula One
- 19.55 - Almanaque
- 20.00 - Série - «Naked City»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Série - «Lá em Casa Tudo Bem»
- 22.05 - Cinemadois.

Quarta 20

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.20 - Série - «Portugal de Faca e Garfo»
- 18.55 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»
- 21.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.30 - Lotação Esgotada
- 23.15 - 24 Horas
- 23.50 - Remate.

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Agora, Escolha!
- 15.40 - Piano Bar
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 20.10 - Almanaque
- 20.15 - Série - «Naked City»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Fantasia e Realidade
- 22.00 - Clube de Imprensa
- 22.45 - Série - «Leis do Amor».

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 5.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.30. *AOI et le Tambourin de Soie*, de Mishima, enc. de Philippe Fridman (até 17/1).

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. *A Dama do Maxim's*, de Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço.

Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom., às 16.00. *Grande Paz*, de Edward Bond, pelo Teatro da Cornucópia, enc. de Luís Miguel Cintra.

Teatro da Cantina Velha-Cidade Universitária. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 e 21.30. *A Espuma dos Dias*, de Boris Vian, enc. de Paulo Filipe, pelo IBIS (ISCTE).

Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30;

dom., às 17.00. *Lenas de Amor e Morte*, de Yukio Mishima, enc. de José Blanco Gil.

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. *Toma Lá Revista*, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. *Metro-Cabaret*, de Fernando Gomes.

Teatro da Trindade, Rua Nova de Trindade. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb., às 16.00 e 21.30, dom. às 16.00. *Alzira Power*, de António Bivar, pela Companhia de Teatro Espaço.

Teatro Variadas, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00, 20.30 e 23.00. *Festa no Parque*, de José Viana.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a

dom. às 21.30, dom. também às 16.00. *Crada para Todo o Serviço*, enc. Amândio Cortez.

• PORTO

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 17.00. *Édipo Rei*, de Sófocles pelo Tear, enc. de Moura Pinheiro.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom., às 16.00. *O Balcão*, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

• ÉVORA

Teatro Garcia de Resende. Diariamente às 21.30. *Solness, o Construtor*, de Henrik Ibsen, enc. de Luis Varela.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Baleario Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. *O Médico à Força*, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

Para Crianças

• LISBOA

Comuna, sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom. às 15.00. *Viagem*, de Sophia de Mello Breyner, pelo o Grupo o Bando. *Junta de Freguesia de Carnide*, Largo das Pimenteiras, 6-A. *À Moda da Minha Avó*, pelo Teatro de Animação os PAPA-LÉGUAS.

TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. *O Avestruz Mecânico*, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

Cinema

A selecção

...e ainda

Música, debates, etc.

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A As Asas do Desejo	—	★★★★	★★★	★★★	—
B Crimes do Coração	★★	—	★★	—	—
C Os Intocáveis	★★	★★	★★	—	★★
D O Sacrifício	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★	—
E O Siciliano	★★★	—	★	—	★
F O Último Imperador	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

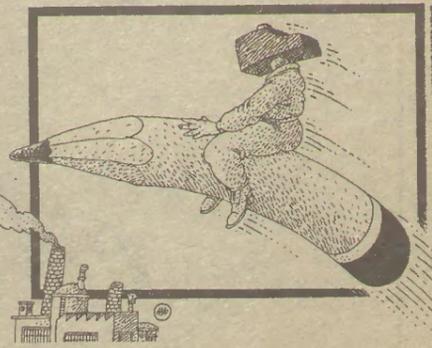
A — Real. Wim Wenders — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Bruce Beresford — Amoreiras/6 (14.15, 16.45, 19.45, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 C — Real. Alain Resnais — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 D — Real. Andrei Tarkovsky — Quarteto/4 (15.00, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Michael Cimino — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Borna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Bernardo Bertolucci — Hollywood/1 (14.45, 18.00, 21.15, 24.00); Las Vegas/2 (15.00, 18.15, 21.30); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/3 (14.15, 17.45, 21.00) — Lisboa.

Classificação de a a

Música

No Grande Auditório da Gulbenkian:
 — hoje às 21.30 e amanhã às 18.30, os dois últimos concertos de Igor Oistrakh que — agora com a Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro Jerzy Maksymiuk — será solista em violino no Quarteto em ré de Stravinsky, na Sinfonia Clássica de Prokofiev e no Concerto em ré maior para violino e orquestra de Tchaikovsky;
 — segunda, dia 18, e terça, 19, sempre às 18.30, o Lindsay String Quartet nos concertos III e IV da série dedicada à audição integral dos Quartetos de Cordas de Beethoven.
 Outros concertos promovidos pela Fundação Gulbenkian:

— domingo, dia 17, às 16.30, na Sé Patriarcal de Lisboa, com os Capela Lusitana — Mário Marques, contratenor, Nelson Rocha, trompete, Emidio Coutinho, sacabuxa, e ainda Gerhard Doderer, organista e director musical do agrupamento. Obras de, entre outros, Schutz, J. J. Bach e Carlos Seixas.
 — quarta-feira, 20, às 21.30, na Igreja de S. Roque, concerto pelo Coro Gulbenkian dirigido pelo maestro Jorge Matta. Obras de Marques Lúbio e a Missa em sol menor de Vaughan Williams.



Palma, Dora, Tim, Luís Pedro Fonseca, Carlos Martins, António Cordeiro e Mário Laginha.
 Quente, de Richard Brooks;
 — sábado, 16, às 15.30, Fumos de Verão, de Peter Glenville, e às 18.30 Brusca, de J. Manckiewicz;
 — terça, 19, às 18.30, A Primavera Romana de Mrs. Stone, de José Quintero;
 — quarta, 20, às 18.30, A Arte de Bem Casar, de G. Roy Hill, e às 21.30 Corações na Penumbra, outro filme de R. Brooks.
 Também na Cinemateca, dois filmes de Billy Wilder — A Incrível Susana/1942, na segunda-feira às 21.30, e Cinco Covas no Egipto/1943, na terça às 21.30 — e dois outros de Preminger: hoje às 18.30, Anjo ou Demónio/1945, e amanhã, às 18.30, A Dama de Arminho/1948.

... rock soviético no Rock Rendez-Vous

Chama-se Século XX e é uma banda de Kiev, capital da Ucrânia, formada há um ano mas já com grande popularidade na URSS. Quatro instrumentistas e uma vocalista, todos com formação musical adquirida nos conservatórios de Kiev e Leninegrado, afirmam pretender fazer uma «aproximação entre as várias correntes do rock e outros géneros musicais, nomeadamente o sinfónico e o jazz».
 O seu primeiro concerto decorrerá no Rock Rendez-Vous na próxima quarta-feira, dia 20, às 18.00.



No Teatro da Trindade, com entrada gratuita, mais um dos concertos dominicais com bandas militares: no domingo próximo, dia 17, com a Banda da Armada. É às 11 horas.
 A mesma hora e também no domingo, concerto pelo Coral Vértice e o Coro D. Pedro de Cristo no Teatro S. Luiz, onde na terça-feira, dia 19 às 18.30, haverá novo concerto — este pelo grupo Capela Lusitana. Integram-se ambos no ciclo organizado pelo maestro José Atalaya com música do tempo dos descobrimentos (compositores portugueses dos sécs. XVI e XVII).
 Música antiga ainda no Fórum Picoas: no sábado, às 12.00, Pedro Caldeira Cabral e José Pedro Calado num concerto denominado «A Arte dos Instrumentos na Idade Média».
 No S. Carlos, hoje, às 18.45, Helena Afonso, Crémilde Rosado Fernandes, Manuel Moraes, Mário Marques interpretam canções portuguesas e brasileiras do séc. XIX.
 Em Alhandra, na Euterpe Alhandrense, domingo, às 16.00, mais um dos concertos organizados pelo departamento de acção sociocultural da Câmara Municipal de V. Franca de Xira: os Segreís de Lisboa executam música maneirista e barroca dos séculos XVI/XVIII.

— domingo, dia 17, às 16.00, mais um dos concertos organizados pelo departamento de acção sociocultural da Câmara Municipal de V. Franca de Xira: os Segreís de Lisboa executam música maneirista e barroca dos séculos XVI/XVIII.

— domingo, dia 17, às 16.00, mais um dos concertos organizados pelo departamento de acção sociocultural da Câmara Municipal de V. Franca de Xira: os Segreís de Lisboa executam música maneirista e barroca dos séculos XVI/XVIII.

— domingo, dia 17, às 16.00, mais um dos concertos organizados pelo departamento de acção sociocultural da Câmara Municipal de V. Franca de Xira: os Segreís de Lisboa executam música maneirista e barroca dos séculos XVI/XVIII.

— domingo, dia 17, às 16.00, mais um dos concertos organizados pelo departamento de acção sociocultural da Câmara Municipal de V. Franca de Xira: os Segreís de Lisboa executam música maneirista e barroca dos séculos XVI/XVIII.

— domingo, dia 17, às 16.00, mais um dos concertos organizados pelo departamento de acção sociocultural da Câmara Municipal de V. Franca de Xira: os Segreís de Lisboa executam música maneirista e barroca dos séculos XVI/XVIII.

— domingo, dia 17, às 16.00, mais um dos concertos organizados pelo departamento de acção sociocultural da Câmara Municipal de V. Franca de Xira: os Segreís de Lisboa executam música maneirista e barroca dos séculos XVI/XVIII.

— domingo, dia 17, às 16.00, mais um dos concertos organizados pelo departamento de acção sociocultural da Câmara Municipal de V. Franca de Xira: os Segreís de Lisboa executam música maneirista e barroca dos séculos XVI/XVIII.

— domingo, dia 17, às 16.00, mais um dos concertos organizados pelo departamento de acção sociocultural da Câmara Municipal de V. Franca de Xira: os Segreís de Lisboa executam música maneirista e barroca dos séculos XVI/XVIII.

Exposições

LISBOA

Ana Leonor e Luís França — Pintura. Espaço Poligrupo Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 20.00, sáb. das 09.00 às 12.00.
 António Aurélio — Pintura. Galeria Tempo da FCG, Av. de Berna, 45-A. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.
 Arquitectura/Património — Museu das Janelas Verdes. Diariamente das 10 às 17 (até 17/1).
 Azules de Expressão ou Teatralidade na Pintura Portuguesa — Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Calouste Gulbenkian (até final de Janeiro).
 Azulejos — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menez, Lurdes Castro, João Vieira), R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00.
 Batarda — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.
 Biombos Pintados — Galeria EMI/Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00.
 Brinquedos Cabo-Verdianos — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).

Cecília de Melo e Castro — «Info-arte». Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A.
 Coleção da Livraria Buchholz — Lda. Galeria Arcada. Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 6.ª, das 11.00 às 20.00.
 Colectiva — Multifacet. Centro Comercial Gemini, Loja 65. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.30, sáb. e dom. das 12.00 às 19.00 (até finais de Janeiro).
 Colectiva — Galeria Página 75, Centro Comercial da Portela (até 18/1).
 Colectiva — Galeria Holly, Largo da Trindade, 17 (até final de Janeiro).
 Colectiva — Escada Centro-Arte, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A.
 Diálogo com Soares dos Reis — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes.
 Espiga Pinto — Gravura e serigrafia. Galeria da Gravura Cooperativa de Gravadores Portugueses, Trav. do Sequeiro, De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 17.00.
 Estudos de Pintura — Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes. Diariamente das 10.00 às 17.00 (até 25/1).
 Expressionismo/Ingenuismo — Fundação Gulbenkian.

Diariamente das 10.00 às 17.00 (até 24/1).
 Graça Pereira Coutinho — Galeria 75, Campo Grande. Diariamente das 14.00 às 20.00, sáb. das 14.00 às 17.00 (até 26/1).
 Jaime Silva, José Mouta e Pedro Chorrão — Pintura. Escada Centro de Arte, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A (até 23/1).
 João Vieira — Pintura. Atelier 2, Rua da Emenda, 66-3.ª. De 2.ª a 6.ª, das 14.30 às 20.00.
 Joaquim Bravo — Desenho «Sapatos Andados». Loja do Desenho, Rua da Academia das Ciências, 2-B (até 16/1).
 Laura Cesana — Pintura. Centro Europeu de Línguas, Av. Padre Manuel da Nóbrega, 43-2.ª dt.ª. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb., das 11.00 às 13.00 (até 31/1).
 Lilly Rosa e Gary Hansmann (EUA) — Pintura e gravura. Galeria de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian.
 Madalena Rosalís — Jóias. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 24/1).
 Manuel Graça Dias — «3 Bocados». Galeria Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1-B a S. Mamede. Diariamente

das 15.00 às 20.00 (até 20/2).
 Maria João Franco — Pintura, desenho, gravura. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 26/1).
 Miguel Branco — Pintura. Galeria Monumental, Campo dos Mártires da Pátria, 101.
 Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.
 Pedro Portugal e Rui Cunha — Pintura e fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. Diariamente das 10.00 às 20.00.
 Tapeçaria e Têxtil — Atelier Troufa Real, Rua da Horta Seca, 11-2.ª. Diariamente das 14.30 às 18.30.
 «Têxteis Mexicanos» — Museu Nacional do Traje. Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.
 Tomás Mateus — Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 26/1).
 Vítor dos Reis — Pintura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 26/1).

PORTO

Desenhos Realistas — Museu Nacional de Arte Moderna. Casa de Serralves. De 3.ª a 6.ª, das 14.00 às 20.00.
 Gravuras — Da Coleção Calouste Gulbenkian. Museu Soares dos Reis (até 24/1).
 Isabel Pavão — Pintura. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.
 José Rodrigues e Pedro Tudela — Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 67 e 68.
 Modernistas Portugueses (anos 30/40) — Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20.00.
 Vítor Costa — Pintura. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854.
 Xana e José de Guimarães — «Arqueologias». Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

OUTRAS LOCALIDADES

Jorge Mealha — Cerâmica. Centro Cultural (até 15/1) ALMANSIL.
 Miguel Barbosa — Pintura. S. Marcos, Galeria de Arte, Rua de S. Marcos, 3. Diariamente das 10.00 às 22.00 (até 20/2) AZEITÃO.
 Cristóvão Dias e



Brinquedos Cabo-Verdianos, no Museu Nacional do Traje



Debate: a URSS e a Paz

Amanhã, 15 de Janeiro, exactamente dois anos após a apresentação por Mikhail Gorbachov do Plano Global de Paz da URSS — que haveria de frutificar nomeadamente no acordo URSS-EUA de Dezembro passado —, assinalando-o, a Associação Portugal-URSS promove um debate em que participará o Dr. Avelãs Nunes, e o Eng. Aquilino Ribeiro Machado, ambos da direcção da Associação, e ainda o embaixador da União Soviética, Valentin Kassakin.
 A sessão tem início às 21.30 e realiza-se da sede da Associação Portugal-URSS, R. de S. Gaetano, 30, à Lapa.

Cinema

Na Cinemateca, R. Barata Salgueiro, 39, prossegue o ciclo consagrado a adaptação cinematográfica de obras do dramaturgo norte-americano Tennessee Williams:
 — sexta, 15, às 21.30, Gata em Tealhadro de Zinco

Lena d'Água na Aula Magna...

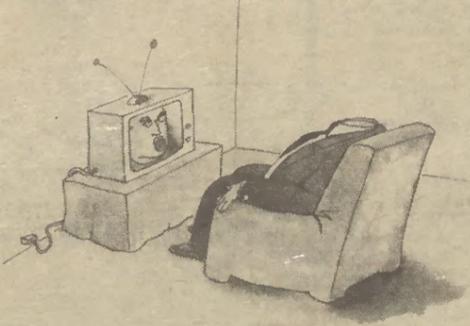
Dois concertos com nova banda e novas músicas nos dias 15 e 16 — amanhã e sábado, portanto — às 22.00. Como convidadas, Rui Veloso, Jorge



Tempo Fim de Semana

Sábado, dia 16 — Céu muito nublado, tornando-se gradualmente pouco nublado nas regiões do norte e centro. Vento fraco. Aguaceiros nas regiões do centro e sul, diminuindo de frequência a partir da tarde.
 Domingo, dia 17 — Céu pouco nublado. Vento fraco moderado de norte. Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para o próximo fim-de-semana.

a TV



O coração doente

Não sou dos que atacam freneticamente a programação da RTP. Penso mesmo que em certos aspectos ela melhorou de qualidade, muito embora alguns excelentes programas sejam atirados para o segundo canal de audiência muito inferior ao primeiro, principalmente na província. O telespectador que não é passivo, que escolhe criteriosamente, encontra na televisão portuguesa várias rubricas de interesse cultural.

Inicialmente, a TV era considerada apenas como entretenimento, como espectáculo. É a guerra-fria que vem despertar as suas potencialidades de veículo informativo. A repressão macarthysta e a resistência do povo americano ao tenebroso senador que tão forte repercussão tiveram na TV, lançou esta decisivamente para o grande plano da informação. A tal ponto que alguns estudiosos, já nos anos sessenta, consideravam o telejornal o próprio coração da TV e tudo o mais era acessório.

Sucede que na actual televisão portuguesa o telejornal é um coração doente. Precisa de uma estadia no hospital de Santa Cruz, para um transplante urgente.

Telejornal: de joelhos

Vejamos, a título de exemplo, o que se passou com a repressão na INDEP.

O **Jornal da Tarde** do dia oito dá uma informação correcta, no essencial: a razão da luta dos trabalhadores, a empresa encerrada por ordem da administração, a recusa desta a que as câmaras de TV entrassem na empresa, ainda a sua recusa em falar.

Vimos depois um trabalhador ferido, a cabeça ligada, as mãos sangrando. Conta-nos como foi perseguido e como, sem oferecer qualquer resistência, foi espancado com bastões eléctricos.

O **Jornal das Nove** fez-se eco dos esclarecimentos oficiais, segundo os quais a polícia não tinha carregado, nem perseguido, nem batido. Os feridos haviam-no sido quando se gerou o pânico. Assim temos que, no julgamento oficial, o pânico é de geração espontânea...

Mas deram a palavra, honra lhes seja, a um membro da Comissão de Trabalhadores que confirmou o ataque policial, reafirmou os objectivos dos trabalhadores, desmascarou a ideia de «sequestro» ao mostrar como fora a própria administração a fechar-se por dentro no gabinete, a recusar falar com os trabalhadores e a não permitir a entrada da televisão.

E no **Telejornal**?

Aí, o caso assumiu as proporções de um caso sem importância enquanto, no essencial, retomava as teses oficiais da inocência policial. Só não explicavam as marcas no corpo dos trabalhadores e a presença actuante dos bastões eléctricos...

Assim se passam as coisas no principal órgão informativo do País, de que as forças no poder não abrem mão...

História mal contada

A URSS continua, sem qualquer desfalecimento, os seus esforços a favor da paz, com vista a um desarmamento global que traga novas esperanças à Humanidade.

Já há tempos que a URSS vinha chamando a atenção para a necessidade de não se buscar novas armas, enquanto outras se desarticulam. Agora, acusou formalmente os Estados Unidos de estarem defraudando a confiança dos últimos actos pela paz através do fabrico de uma nova arma química.

O **Telejornal** dá-nos conta disso. E pasmail, informa logo que os Estados Unidos reconheceram, estão de facto a fabricar a tal arma química de tipo binário...

... Mas logo explicam a posição dos Estados Unidos: eles só fizeram isso para equilibrar o poder da União Soviética, que já possuiria tal arma...

Uma pessoa simples perguntará: se a URSS tem tal arma, é porque a fabricou. Nesse caso, quando a fabricou, por que é que os Estados Unidos não denunciaram o facto, como a URSS fez agora?...

Trata-se como se vê, de uma história muito mal contada. Mas o **Telejornal** não se preocupa com esses pormenores...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Lobbies

Segundo um estudo de opinião Gallup/Norma anteontem divulgado pelo Diário de Notícias, metade dos mil portugueses inquiridos acha que este ano vai ser melhor que 1987.

Ótimo! Mas pergunta-se entretanto uma pessoa de onde lhes brotará tal optimismo. E, das duas, uma: ou é este estado de graça a que o nosso amor à vida frequentemente nos predispõe... ou estamos mesmo dispostos, também por causa do nosso amor à vida, a não aceitar as intenções do Governo e as de alguma oposição dita «democrática» — e confiamos nas nossas forças para as fazer gorar e já em 88!

Uma terceira hipótese: os inquiridos são, por feliz acaso, parte — ou franja ou franjinha ou franjeta... — dos tais poderosos *lobbies* de que agora muito se fala. Para alguns, o Governo gere-os, para outros o Governo ignora-os, para outros ainda são eles que governam o Governo. E, de facto, o que mais parece é que o Governo é uma espécie de conselho de administração dos *lobbies*...

Não sabe o que é um *lobby*? Nunca viu um *lobby*? Faça como nós — tire pelo sentido. Ou espreite-os, mesmo. Por exemplo nesta guerra, que agora vai começar a sério, das privatizações.

Lobbies? Acho bem!

«Uma das actuais constantes da vida política portuguesa é o discurso sobre os *lobbies*. Durante a discussão do Orçamento, intervenção sim, intervenção não, lá vinham os *lobbies*: era a Renault que estava «por detrás» dos impostos dos automóveis, o BPA «por detrás» do ministro Cadilhe, os advogados «por detrás» da contestação ao IVA para os advogados, os interesses do jogo «por detrás» da crítica às taxas sobre as máquinas automáticas de diversão...

Tenho imensas suspeitas sobre este tipo de discurso «por detrás» do qual vejo duas coisas: desconfiança face à sociedade civil e hostilidade ao capitalismo. De facto, contrariamente aos seus proponentes, acho bem que haja *lobbies* e considero que os interesses, sua representação e acção organizada são vitais para a existência de uma democracia saudável (...)

Não vai ao fundo da questão (ou seja, não está realmente interessado nos efeitos nefastos dos *lobbies*), quem não refere que fonte principal desse mal é em Portugal o tamanho do Estado e a correlativa fragilidade da sociedade civil.

As minhas suspeitas sobre tanta obsessão com os *lobbies* vem pois daí — parece-me que o que realmente não se quer é diminuir o Estado, privatizar, dar aos cidadãos e à sociedade a última palavra sobre o mercado e por consequência o controlo dos *lobbies*.

Veja-se o caso da comunicação social do Estado. Toda a gente está muito preocupada com o que possa ir parar às mãos do grupo Balsemão, do grupo Murdoch, do grupo Maxwell e respectivos aliados e subgrupos. Mas ainda estou por saber como é que se privatiza alguma coisa sem realmente a entregar ao privado, e esse privado só pode ser o que tem a virtude ontológica de existir, não o que queremos que existisse.»

(J. Pacheco Pereira, «Semanário», 9. Jan.)

Governo não percebe...

«O actual Governo começa a perder popularidade pelo facto de não dar ideia de reco-

nhecer a importância e as vantagens dos *lobbies*. Dir-se-ia que Cavaco Silva, Eurico de Melo e Fernando Nogueira, os três homens fortes do Governo, admitem governar sem ter em conta os *lobbies*, seja na política, seja na economia, na indústria, na Comunicação Social. Sem contacto com os mais experientes e conhecedores, assente num grupo de membros de um Governo onde predomina a excessiva juventude, as soluções são adoptadas pela forma que parece bem ao Governo mas que resultam desastrosas na prática. É este o caso vertente. Correctos os princípios e definida a política, as soluções apresentam-se caóticas.»

(Nuno Rocha, «Tempo», 7 Jan.)

Lobbies no Executivo

«A maior ou menor dificuldade com que o primeiro-ministro vai atravessar as suas várias «provas» de 1988 não dependerá só dele próprio, dos seus ministros e do seu (bem comportado) partido. Dependerá fundamentalmente dos adversários que for encontrando no caminho ou, por outras palavras, das «performances» que souber ou não fazer a Oposição. Mas dependerá da forma como souber gerir os diferentes *lobbies* e os vários grupos de pressão que estão representados no seu Governo e que tenderão a manifestar-se quando, depois do estado de graça, o momento for de opções.

Com uma representação numérica assinalável na composição do Executivo, o chamado «lobby do Norte» — englobando figuras como Eurico de Melo, Miguel Cadilhe, Silva Peneda ou Valente de Oliveira — parece impor hoje o pragmatismo dos interesses dos novos grupos económicos (todos sediados no Norte do país) no andamento do Governo. Mais tarde, muito provavelmente na segunda metade de 1988, os tecnocratas de Lisboa ou o sólido grupo ideológico de Coimbra tentarão apresentar também as suas próprias «condições». Cavaco terá de saber exactamente o que é que quer para, então, poder gerir este complicado jogo de influências e de interesses.»

(«Expresso», 9 de Jan.)

Quem terá poder de decisão?

«Penso que vale a pena — é mesmo fundamental — debater a proposta do Governo, sobretudo porque a discussão no concreto poderá contribuir de forma decisiva para os trabalhos de revisão constitucional.

Penso também que as privatizações parciais poderão ter mérito desde que sejam integradas numa estratégia global, que, no médio prazo, conduza às verdadeiras privatizações.

As privatizações só o são

verdadeiramente se envolvem a transferência de poder de decisão para o sector privado.

Até agora, o Governo tem procurado evitar discutir o problema do poder de decisão nas empresas a privatizar. Definiu alguns princípios quanto às percentagens máximas do respectivo capital que poderão ser vendidas a estrangeiros e a portugueses, mas ficou-se por aí. Não chega.

Os investidores já não compram acções às cegas na expectativa de mais-valias mirabolantes.

O Estado não quer seguramente vender gato por lebre.

Quem se predispuser a adquirir acções das empresas privatizadas, vai querer saber quem manda nas empresas e que projectos tem para o futuro.»

(Fernando Ulrich, «Expresso», 9 Jan.)

Projecto global de reprivatização

«O grande capital, um grupo económico, está interessado numa empresa fundamentalmente para a gerir. A maior parte dos lucros que se podem obter com uma empresa, não são os lucros declarados no final do ano. Muito menos os lucros distribuídos. São os lucros obtidos com a gestão da empresa e que, muitas vezes, nem sequer transparecem nos balanços. O interesse fundamental dos grupos económicos, quer sejam nacionais quer sejam estrangeiros, é a gestão dessas empresas públicas. Se fôssemos pensar que um grupo económico poderia vir a deter apenas 10 por cento do capital social de uma empresa pública, estou convencido de que nenhum estaria interessado em investir nessas empresas. Há na proposta de lei a ideia de vir a ligar, ou poder vir a ligar, indirectamente, umas empresas às outras. Porque, quando se diz que o Estado garantirá a maioria do capital social, a detenção desse capital social são é pelo Estado propriamente dito. Pode ser por qualquer entidade do sector público, incluindo empresas de capital misto. Ou seja, o Governo pode reprivatizar, agora, 49 por cento de uma empresa A, a seguir vai reprivatizar 49 por cento da empresa B e atribui tutela — a detenção do capital público — da empresa A à empresa B. E, assim, sucessivamente. Forma-se uma cadeia de interesses em que, ao fim e ao cabo, o mesmo ou os mesmos grupos económicos passariam a gerir todas as empresas que viessem a ser reprivatizadas.

A própria questão de colocar como limitação os 10 por cento do capital social a privatizar a cada entidade privada, é (também ela) falaciosa. Nós próprios, portugueses, conhecemos da nossa História relativamente recente o que é que significam os testas-de-ferro. Os senhores Mellos ou os senhores Champallimaud, ou qualquer outro capitalista de antes do 25 de Abril, não detinham o capital social das suas empresas inteiramente nas suas mãos. Tinham-no disseminado por uma série de testas-de-ferro, embora, de facto, o capital social fosse deles. Há, em tudo isto, uma tentativa de minimizar a reacção pública contra as reprivatizações, lançando a confusão na opinião pública sobre aquilo que o Governo e os grupos económicos têm conluiado.»

(Octávio Teixeira, «o diário», 9 Jan.)

«Capitalismo popular»

«A criação e o desenvolvimento de grupos económicos portugueses não é contraditória com o capitalismo popular e a disseminação da propriedade. Antes pelo contrário.»

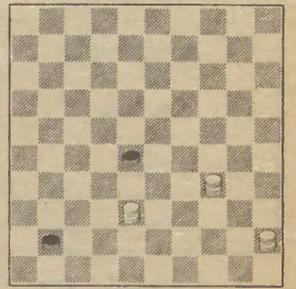
(F. Ulrich, «Expresso», 9 Jan.)

Damas

CXXXVI
14 de Janeiro de 1988

Proposição N.º 136
Por: Cornelis Blankaar
Holanda, 1912

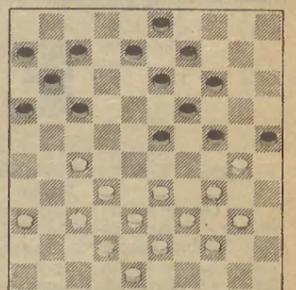
Pr: [2]: 28-41
PR: [3]: (34)-(38)-(45)



Golpe N.º 136

Por: A. de M. M., 1986

Pr: [14]: 3-6-7-8-9-11-13-14-16-17-19-23-24-25
Br: [14]: 27-30-32-33-34-36-37-38-39-40-42-43-44-48



Jogam as brancas e fazem Dama

Soluções do CXXXVI

N.º 136 (C.B.): 1. 38-15 (28-32) [Se: 1. ... (41-46); 2. 15-10 se (28-32); 3. 10x37+ se (28-33); 3. 10-32+ se (46-32); 3. 34-23+]; 2. 15-47 (41-46) [Se: 2. ... (32-37); 3. 47x36 e 36-47+ Se: 2. ... (32-38); 3. 47x36 e + como antes ou 47x33+]; 3. 47-36 (46-37) [Se: 3. ... (32-37) ou (32-38); 4. 36-41+]; 4. 34-48 (32-38) [Se: 4. ... (37-46) ou (37-26); 5. 36-41 ou 36-31+]; 5. 48x26 (38-43); 6. 36-27 (43-49) [Se: 6. ... (43-48); 7. 45-23+]; 7. 27-16 (49-44) [Se: 7. ... (49-35); 8. 26-8...+]; 8. 26-12 (44-49) [Se: 8. ... (44-35)]; 9. 12-8+ Se: 8. ... (44 fica na diagonal 50-6); 9. (16-11 e 45-50+ ou obviamente: 9. 45-50+ se: 8. ... (44-6)]; 9. 12-17 (49-35); 10. 17-8...+

Golpe N.º 136 (A. de M. M.): 36-31 (24x35) 27-21 (16x36) 37-31 (36x27) 32-1=D

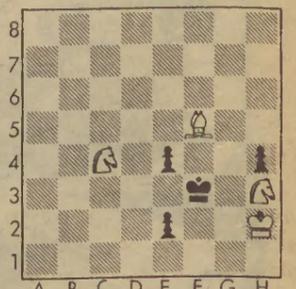
■ A. de M. M.

Xadrez

CXXXVI
14 de Janeiro de 1988

Proposição N.º 136
Por: H.W. Barry
«Checkmate», 1902

Pr: [4]: Ps.é2, é4, h4-Rf3
Br: [4]: Cs.c4, h3-Bf5-Rh2



Mate em 2 lances

Jogo N.º 136
Dundee (Escócia), 1967
Br: O'Kelly
Pr: Davie

1. d4, d5; 2. Cf3, Cf6; 3. c4, d:c4; 4. Cc3, c5; 5. d5, é6; 6. é4, éd5; 7. é5, d4; 8. B:c4, Bb6; 9. B:é6, f:é6; 10. é:f6, Da5; 11. Cé5, Dc7; 12. Da4+ e as pretas abandonam.

Solução do N.º 136

Chave: 1. Bg6
1. ... Rg4; 2. Cc5++
1. ... é3; 2. Cc5++
1. ... é1=?; 2. Bh5++

■ A. de M. M.